

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CAROLINA FURTADO OLIVEIRA

**TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA EM TEMPOS DE ASSENTAMENTO
AGROEXTRATIVISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE UTINGA
AÇU, ILHA DE TRAMBIOCA, BARCARENA-PA**

**Porto Alegre
2021**

CAROLINA FURTADO OLIVEIRA

**TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA EM TEMPOS DE ASSENTAMENTO
AGROEXTRATIVISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE UTINGA
AÇU, ILHA DE TRAMBIOCA, BARCARENA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Garcez Wives

**Porto Alegre
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Carolina Furtado
Territorialidade ribeirinha em tempos de
assentamento agroextrativista: uma análise a partir da
comunidade Utinga Açú, Ilha de Trambioca, Barcarena-PA
/ Carolina Furtado Oliveira. -- 2021.
140 f.
Orientadora: Daniela Garcez Wives.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Territorialidade. 2. Ilha Trambioca. 3.
Assentamento agroextrativista. I. Wives, Daniela
Garcez, orient. II. Título.

CAROLINA FURTADO OLIVEIRA

**TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA EM TEMPOS DE ASSENTAMENTO
AGROEXTRATIVISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE UTINGA
AÇU, ILHA DE TRAMBIOCA, BARCARENA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Garcez Wives

Aprovado em: Porto Alegre, 29 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Daniela Garcez Wives – orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo
UFRGS

Prof. Dr. Rafael Benevides de Sousa
UNIFESSPA

Prof. Dra. Carolina dos Anjos de Borba
Faculdades Dom Bosco

Em memória a minha querida Mãe, Maria de Fátima Furtado, que no momento de minha ida a caminho de Porto Alegre, partilhou sua alegria, dizendo “*Vai com Deus minha filha, teus sonhos são meus sonhos*”. Mesmo sem tua presença, levarei comigo um dos teus últimos conselhos.

AGRADECIMENTOS

Entre encontros e despedidas, posso descrever que assim concluo essa etapa de minha vida. Agradeço a Deus, pois nele busquei apoio espiritual nos momentos de aflições. Agradeço, a minha família e amigos que estiveram por trás dando suporte para que pudesse me dedicar aos meus estudos. Em especial ao meu irmão Leonan e aos meus primos João, Thiago e André, que desde a graduação estiveram comigo dividindo os cuidados de casa e a saúde de minha mãe.

Agradeço aos meus primeiros professores, meus avós paternos e maternos, Noé Macedo e Andresa Macedo – Zeca Furtado e Orlandina Furtado, aqueles que me ensinaram a ver a beleza das dificuldades da vida camponesa, mas ao mesmo tempo não desistir que um dia podemos ser melhores.

Agradeço aos meus tios Maurício Costa e Cátia Macedo, que sempre abriram a porta de sua casa, deixando-me adentrar na intimidade de seu lar. Falo de uma intimidade, não só do adentrar, mas sim da partilha do conhecimento. Lembro-me que mesmo antes de adentrar a universidade, conviver entre eles sempre foi um espaço de aprendizagem e troca.

Agradeço aos meus tios paternos e maternos. Que sem entender muita coisa sobre o universo da academia, sempre me incentivaram e apoiaram as minhas escolhas. Mas de modo especial, agradeço a Tia Cátia, que mesmo na confusão de emoções, entre o ser a professora, ser a tia e o sentimento de ser mãe, nos misturam as emoções. Emoções estas que estão presentes sempre nas minhas principais conquistas. Tornou-se não só importante para mim, mas também para minha mãe, pois sempre que tinha algo relacionado com meus estudos minha mãe dizia “Já falou pra tua tia?”. Obrigada!

Agradeço aos professores que incentivaram minha ida para o PGDR. Um ciclo de pessoas que me fizeram acreditar que seria possível. Agradeço a Cátia Macedo, Fabiano Bringel, Rafael Benevides, Oriana Almeida e Livia Navegantes.

Agradeço em especial Marcos e Paulo, dois amigos que sempre estiveram comigo, partilhando e animando-me, nos dias em que o desânimo habitava.

Agradeço a todos que contribuíram financeiramente para que eu pudesse chegar em Porto Alegre. Muitos deles eram desconhecidos, pois contribuíram em uma vaquinha virtual. Mas agradeço a uma pessoa em especial, a Dona Patrícia, uma das poucas que se identificou e confiou na minha história.

Gostaria de retribuir com minha gratidão aos colegas de curso com os quais pude vivenciar grandes momentos. Em especial a minha amiga Liamara, com a qual partilhei o mesmo quarto durante nossa estada na cidade. Aos laços, que se criaram, entre os estudos e momentos de lazer, e muitas risadas, a minhas amigas, Nayla, Sari e Mauren.

Agradeço à equipe de professores, técnicos e pessoas do administrativo que nesta caminhada foram responsáveis por solucionar minhas inquietações acadêmicas, e garantir o ambiente adequado para esta caminhada do mestrado. Agradeço ao Professor Marcelino, que durante os primeiros meses fez acolhida e partilha, fazendo com que eu pudesse participar das atividades acadêmicas no programa de Pós-Graduação da Geografia na UFRGS.

Agradeço às minhas Dani (s) pela amizade. Kunh, Finamor e Garcez, que além do conhecimento acadêmico, sempre estiveram preocupadas com minha estada e a distância da minha cidade. Elas me proporcionaram aquele carinho e chamego quando eu sentia saudades da minha família.

Agradeço, a dedicação e paciência da Dani Garcez, nessa tarefa árdua de orientação na dissertação. Ela que além dos momentos de estudo sempre esteve comigo nos momentos difíceis, durante esses últimos anos.

Agradeço aos agricultores da Associação colonos ecologistas da região de Torres (ACERT), que durante o ano pude estar com eles aos sábados na Feira de orgânico. Em especial aos agricultores de Morrinhos do Sul. Sábados esses, que me traziam a leveza e a afetividade, como se estivesse em família.

Agradeço aos ribeirinhos da Ilha Trambioca que, durante esses últimos meses, abriram a porta de sua casa e confiaram suas histórias para este trabalho. Agradeço em especial a Denise, moradora da Ilha Trambioca, da comunidade Guajará da Costa.

Agradeço às famílias da comunidade do Utinga Açú, que abriram suas portas desde a minha primeira visita até o ano atual. Agradeço a Dona Neia e seu Júlio, por confiarem e sempre me acolherem em seu lar.

Também registro o meu agradecimento aos governos Lula e Dilma, que a partir de políticas públicas voltadas para educação me proporcionaram viver o sonho de hoje. Espero que a partir de governantes como eles possam surgir mais políticas públicas para o POVO, para os povos da cidade, dos rios, das ilhas e da floresta.

RESUMO

Compreender a Amazônia em suas diversidades, e sujeitos, é compreender as territorialidades constituídas por estes. É na realidade amazônica que o presente trabalho se debruçou em particular em Barcarena-PA, município que ganhou destaque, internacional, nas últimas décadas do século XX, pelo seu potencial mineral. Em meio a esse avanço do capital mineral as populações ribeirinhas, em particular das ilhas que compõem o município se organizaram na luta pela regularização fundiária de seus territórios, levando a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha de Trambioca (PAE Ilha de Trambioca), no ano de 2008. Buscou-se neste trabalho compreender as territorialidades dos povos das águas, mas especificamente, as múltiplas territorialidades presentes na Comunidade Utinga Açú, no contexto de criação do PAE. A modalidade PAE foi criada com o II Plano Nacional de Reforma Agrária- PRNA, que contemplando assim o ribeirinho como beneficiário da Reforma Agrária. Metodologicamente a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com realização de levantamento bibliográfico a fim de dialogar com autores que se debruçaram sobre esse tema, o trabalho de campo que nos possibilitou o contato intenso com os sujeitos da pesquisa, seu modo de vida e suas inquietações. Desse momento foi possível fazer registros fotográficos e gravar áudios. Como resultado, a pesquisa apontou que a criação do projeto de assentamento, permitiu aos ribeirinhos ter acesso a políticas públicas, tais como, política habitacional e eletrificação rural. Além disso, no período pós assentamento a comunidade passou a se organizar garantindo a intensificação da produção e comercialização do açaí e do artesanato, o que implicou no fortalecimento dos laços de autonomia e vizinhança desses sujeitos. Para além do processo produtivo a religiosidade e as questões em torno do domínio da terra e da água se apresentam como elementos marcantes da territorialidade local.

Palavra-Chave: Territorialidade. Ilha Trambioca. Assentamento agroextrativista.

ABSTRACT

To determine Amazon's diversities and subjects is to comprehend the territorialities built up by these subjects. This work focus on the Amazonia reality at the municipality of Bacarena, which has gained notorious visibility in the last decades of the 20th century due to its mining potential. During the mineral capital advance, the riverside population, particularly those that compose the municipality, organized themselves in the struggle to land regularization of their territories, creating the Agricultural-Extractive Settlement Project Trambioca Island (PAE Trambioca Island), at the year 2008. This work seeks to comprehend the riverside population, specifically the multiple territorialities that exist at the Utinga Açu Community, in the context of the PAE creation. The PAE modality was created with the II National Plan of Agrarian Reform, including the riverside community beneficiary of the Agrarian Reform. Methodologically, this research was done with a qualitative approach, with a systematic bibliographic review to dialogue with authors discussing this issue. Fieldwork enabled us to have intense contact with the research's subjects, livelihood, and unrest. In addition, it was possible to make photographic and audio records. As a result, the research pointed out that creating a settlement project enabled the riverside population access to public policies, such as housing policies and rural electrification. Furthermore, during the post-settlement period, the community started to organize itself to guarantee and intensificate the production and trade of açaí berries and handcrafts. All these actions have contributed to enhancing the autonomy and sense of neighborhood between the subjects. Beyond the productive process, the religiousness and the issues concerned with land and water possession are remarkable elements of the local territoriality.

Keyword: Territoriality. Trambioca Island. Agroextractive settlement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Estuário Amazônico	27
Mapa 2 - Aspectos Físicos do Município de Barcarena	29
Gráfico 1 - Conflitos pela água registrados em Barcarena-PA (2014-2020)	34
Figura 1 - Notícia sobre vazamento de rejeitos da empresa Hydro Alunorte em Barcarena-PA.....	35
Mapa 3 - Comunidades que formam a Ilha de Trambioca	38
Figura 2 - Trajeto cidade de Barcarena Ilha de Trambioca	48
Figura 3 - Trajeto cidade de Barcarena Ilha de Trambioca	49
Figura 4 - Posto médico da comunidade Utinga Açú	50
Figura 5 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Marilda Nunes	51
Figura 6 - Modelo de residência do Projeto Minha Casa Minha Vida construídas no ano A)2006 e B)2017	52
Figura 7 - Crianças brincando ao redor da casa	53
Figura 8 - Domingo de Futebol na comunidade Utinga Açú.....	54
Figura 9 - Dona Guiomar e sua neta	55
Figura 10 - Momento em que Davi e Fábio percorrem o Igarapé Utinga Açú	56
Figura 11 - Croqui da Comunidade Utinga Açú produzido por um morador de 27 anos	57
Gráfico 2 - Projetos de Assentamentos Rurais – 1985/1997.....	60
Gráfico 3 - Assentamentos agroextrativistas – Baixo Tocantins (SR 01)	69
Gráfico 4 - Gráfico de assentamentos agroextrativista criados entre 1997 – 2015 – SR-01	75
Quadro 1 - Assentamentos agroextrativistas no município de Barcarena.....	80
Quadro 2 - Caracterização das modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra, PAE e RESEX	81
Figura 12 - Ilustração	92
Figura 13 - Pelo caminho da roça de seu Júlio	101
Figura 14 - Caminhos que dão acesso a casa das famílias	104
Figura 15 - Famílias reunidas para produzir farinha.....	104
Figura 16 - Homens retirando o suco da mandioca ralada - Uma das etapas da produção da farinha	105
Figura 17 - Extração do açaí	106

Figura 18 - Calendário agrícola: Comunidade do Utinga Açú	109
Figura 19 - Momento do jantar - Criança tomando açaí	119
Figura 20 - Ponto de embarque da saída do igarapé Utinga Açú.....	120
Figura 21 - Paneiros produzidos por seu João - Os dois modelos que ele utilizou para contar a história	121
Figura 22 - Senhora tecendo paneiro de guarumã	123
Figura 23 - Guarumã	127
Figura 24 - Artesanato produzido na comunidade do Utinga Açú que foi vendido para loja Feito Brasil.....	128
Quadro 3 - Setores de da Igreja na Ilha de Trambioca	129
Figura 25 - Encontrão das Santas Missões - Setor Efésios (Ilha de Trambioca)	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
UFPA	Universidade Federal do Pará
CEBS	Comunidades eclesiais de base
BDIA	Banco de Dados de Informações ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CPT	Comissão Pastoral da Terra
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
AMAUA	Associação de Moradores Agricultores e Artesãos de Utinga Açú
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
UBS	Unidade Básica de Saúde
STRs	Sindicatos de trabalhadores rurais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
RESEX	Reservas Extrativistas
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativistas
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
Moriva	Movimento dos ribeirinhos de Abaetetuba
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
MMA	Ministério de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O TERRITÓRIO DA PESQUISA: A ILHA E A COMUNIDADE.....	27
2.1	COMUNIDADE UTINGA AÇU: DA ILHA A COMUNIDADE.....	41
3	A EMERGÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA E SEU REBATIMENTO NAS COMUNIDADES.....	59
3.1	O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA E O RECONHECIMENTO POLÍTICO DA LUTA DOS POVOS RIBEIRINHOS	66
3.2	ENTRE A RESEX E O PAE NA ILHA DE TRAMBIOCA: OS IMPASSES DO PROCESSO	75
3.3	A CRIAÇÃO DO PAE TRAMBIOCA E SEU REBATIMENTO NA COMUNIDADE UTINGA AÇU.....	83
3.4	AS TENSÕES ENTRE OS DE DENTRO E OS DE FORA: AFINAL O QUE CONQUISTAMOS?	91
4	OS ELEMENTOS ASSOCIATIVOS DA TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA NA COMUNIDADE UTINGA AÇU.....	98
4.1	PRODUZIR PARA VIVER: ENTRE A VÁRZEA E A TERRA FIRME.....	100
4.2	O ARTESANATO E O AÇAÍ: ONDE O RIO E A CIDADE SE CRUZAM.....	116
4.3	A RELIGIOSIDADE: QUANDO SE FEZ COMUNIDADE	128
5	A QUESTÃO DERRADEIRA: “PRA QUE ISSO VAI SERVIR, MESMO, CAROL”?	133
	REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto, “Territorialidade ribeirinha em tempos de assentamento agroextrativista: uma análise a partir da Comunidade Utinga Açú na Ilha de Trambioca Barcarena, Pará” busca compreender as múltiplas territorialidades presentes na Comunidade Utinga Açú, no contexto de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Criado em 2008, o Assentamento Ilha de Trambioca é composto por vinte e uma comunidades que foram se forjando ao longo do processo de ocupação da ilha. Neste trabalho mergulhamos no universo da Comunidade Utinga Açú, especialmente pela possibilidade de adentrar em suas histórias e narrativas.

O encontro com o campo de pesquisa se tornou possível no ano de 2016 ao cursar a “Especialização em extensão rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento” realizada pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). A partir de então, me aproximei da comunidade e seus moradores, possibilitando-me levantar questões que conduzem esta pesquisa.

No caminhar do curso de especialização, apresentei como trabalho de conclusão o texto *Entre Várzea e Terra-Firme: Mudanças no uso da terra em uma comunidade ribeirinha no estuário Amazônico*. Neste levantamento, observei as transformações no uso da terra entre os anos de 1985, 1995, 2005 e 2015, de modo a verificar como essas transformações influenciaram na vida desses sujeitos nos seus mais diversos aspectos, com destaque para a produção agrícola, a relação com o mercado, os arranjos familiares e as estratégias de sociabilidade.

Em seguida, tive a oportunidade de trabalhar como pesquisadora em um projeto de pesquisa no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) com a Professora Oriana de Almeida, onde o debate focava as Mudanças Climáticas e o ser resiliente. Durante minha atuação nesse projeto, ampliei meu olhar com relação às políticas públicas e seus impactos na vida de camponeses da Amazônia Paraense e Amapaense. Sei que esse trabalho não trará questões sobre mudanças climáticas, porém destaco a importância dessas instituições e seus pesquisadores para construção do atual trabalho, pois desses encontros trago elementos singulares para composição e aprofundamento investigativo sobre território e territorialidade na Amazônia.

Adentrar o mundo do campesinato amazônico é falar das minhas gerações passadas e minhas ancestralidades, vivências essas marcadas por laços paternos e

maternos. Foi através do trabalho direto com a terra que minha família construiu para mim a ideia do produzir para viver. Foi como meus avós proporcionaram o mínimo de dignidade para com seus filhos, em tempos em que a desigualdade quase nos deixava desesperançar, em decorrência da invisibilidade imposta (mas combatida) às territorialidades ali constituídas.

O meio no qual cresci, seja entre o rio Guamá, ao navegar rumo a comunidade dos meus avós maternos, nos anos de 1990, seja ao pegar a estrada para chegar no quilombo dos meus avós paternos, criou em mim uma relação de identidade e afeto. Este ir e vir, essa relação com o rio e a estrada, mesmo que não tão claros para mim naquele momento, forjara uma relação afetiva por entre esses ecossistemas. E assim, se construiu uma relação de afeto com a terra, o rio e a floresta, e que foi se fortalecendo durante minha caminhada acadêmica.

São essas práticas, idas e vindas vividas, no seio de minha família que marcam não só minha trajetória acadêmica, mas nos últimos anos, marcam também o surgimento do meu encantamento com os povos que vivem entre o rio e a terra-firme. Hébette, através de seus estudos, torna latente a marca do campesinato amazônico, ao pontuar que:

Ao falar de campesinato, nos referimos a um modo de vida específico, amplamente estudado nas disciplinas como a Economia, a Sociologia e a Antropologia, e, em particular, nesta História Social do Campesinato no Brasil. Um modo de vida marcado, principalmente, pela relação direta de determinados grupos rurais com a natureza como base de sua produção material e de sua reprodução social, e por sua organização social baseada na família nuclear, no parentesco e na convivência coletiva em vizinhança). Um modo de vida, portanto, que, pela mediação de suas características materiais, sociais e simbólicas, fundamenta uma identidade específica. Em nosso entendimento, esse modo de vida camponês abrange uma variedade de atividades produtivas; não só as ligadas à agricultura ou à criação de animais, como também à pesca dita artesanal e a tantas outras formas de extrativismo (MOREIRA; HÉBETTE, 2009, p. 187).

Witkoski (2010, p. 162), tomando como referência Bourdieu (1983), apresenta o sistema que imprime à vida prática camponesa, como *habitus*,

Na fronteira entre sociedade envolvente e a vida interna da unidade de produção camponesa, que possui os obstáculos arrolados, localiza-se um conjunto complexo de problemas, que pode ser produzido como o dilema camponês. O camponês que examinamos é um tipo de camponês que desenvolve, e tem que desenvolver, uma multiplicidade de atividades. Estas fazem dele um agente econômico, social e político que pode ser classificado de multifuncional- condição necessária, embora não suficiente, para seu desenvolvimento pleno. A multifuncionalidade que funda suas características

básicas, decorrentes do seu modo de vida, imprime-lhes um *habitus*. (WITKOSKI, 2010, p. 162).

Por sua vez, o *habitus* de ribeirinho camponeses entre várzea e terra-firme sinaliza para a diversidade de relações que se constituem no seio do campesinato sem, contudo, renunciar a códigos e valores que são de certa forma comuns.

Falar dos caminhos metodológicos, pode tornar-se repetitivo. Pois, as minhas origens se tornam presentes em diversos momentos, quando adentrou o território de pesquisa. Como disse, o contato com a comunidade surgiu no ano de 2016 e a partir de então, alargaram-se laços e conversas, momentos de troca e de partilha. Lembro do primeiro contato com a família que me hospedou. No primeiro dia foram vários interrogatórios, perguntas sobre meus avós, meus tios, meus pais e meu irmão. E assim, fui respondendo. Após a apresentação do trabalho de conclusão na especialização, não tive contato direto com a comunidade, somente contato por mensagem, ou até ali no Mercado do Ver-o-Peso, mercado este, que traz consigo encontro de sabores e afetividade. Quando seu Júlio e os outros senhores saiam para vender os produtos que vinham de lá. Essa ida no Ver-o-Peso, eram momentos de trocas. Minha mãe, em forma de agradecer a acolhida da época, fazia bolo e sempre que possível eu levava pessoalmente no Ver-o-Peso. Momentos como esses foram se tornando engraçados, pois trocamos mensagens e comentários sobre o sabor do bolo.

Desde 2016, o contato com a família de seu Júlio e Dona Néia foi constante. Porém com a pandemia, não tive mais os contatos do Ver-o-Peso e nem pude adentrar o território da comunidade. Minha principal inquietação é se a comunidade iria me receber e se seria possível restabelecer os laços de confiança, depois de três anos, um em Porto Alegre e esses últimos anos distante devido a pandemia. Sem muito pensar fui caminhando e quando vi estava lá. Peguei a rota que ia pela estrada, desci na rampa e lá o filho de seu Júlio foi me buscar de moto. Cheguei em um dia em que a comunidade estava atarefada na produção e organização dos artesanatos para vender em Belém.

Fui acolhida cheia de sorrisos. Isso já estava aliviando a minha angústia dessa tal “acolhida”. E naquele momento, parece que retorno ao primeiro encontro no ano de 2016. Antes de qualquer coisa, me disseram que sentiam pelo falecimento de minha mãe e me confortaram. Não havia pesquisa, nesse momento, somente a Carol e pessoas amigas! Foram muitas perguntas, fui respondendo, como a primeira vez

em que entrei na comunidade. Com o passar dos dias, percebi que a troca de conversa que se relacionavam a minha família tornava-se mais intensa, com perguntas como? Como está a roça dos teus tios? O que eles estão plantando? Cheguei até me questionar se eles estavam desconfiados que as histórias da minha família não passavam de uma farsa. Mas logo passou (risos).

Destaco esse ponto, pois ao mesmo tempo que a relação da história familiar veio a ajudar, em outros momentos atrapalhava. Porque quando eu pedia informações mais detalhadas da maneira de produzir, um olhava para mim e dizia “não precisa falar muita coisa tu sabes né, lá o teu pessoal também planta isso”. Outro momento, era caminhar até a roça, quando íamos caminhar, sempre vinha uma pergunta, “tu sabes o que é isso? ”, “ Vai na frente, bora ver se tu tens medo de andar na mata”. Momentos como esse se fizeram presentes.

E foi aqui, entre essa questão do impor esse limite, de refletir até que ponto falar da minha origem auxiliou no caminhar da pesquisa que chego à conclusão de que um dos caminhos metodológicos que me ajudaram no percurso da pesquisa foi trazer um pouco sobre a história da minha origem e de onde vim. Mesmo com os desafios de ponderar, as brincadeiras e perguntas que vieram a surgir, falar sobre aqueles que possibilitaram a vida era falar um pouco sobre a pesquisa que estava sendo realizada.

Diante deste cenário de imensas transformações nas relações e formas de uso da terra e a configuração de múltiplas territorialidades estabelecidas neste processo, a indagação que mobiliza essa pesquisa é: quais elementos caracterizam a territorialidade ou territorialidades forjadas no contexto pós-assentamento?

Assim, este trabalho realizou uma pesquisa no Município de Barcarena Pará, especificamente na Comunidade Utinga Açú, que compõe o Projeto Agroextrativista Ilha de Trambioca, localizado na ilha de mesmo nome. Busca-se como objetivo: compreender as territorialidades e as transformações, materiais e imateriais presentes na referida comunidade em função do estabelecimento do referido projeto. Considera-se as relações de poder, através de políticas públicas, mas principalmente as próprias ações internas existentes ali naquele território.

Saque (2007) compreende que o território “[...] significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza.”. E é neste sentido que se buscará

dialogar acerca das transformações ocorridas nesse universo ribeirinho-camponês nos últimos anos.

Neste caso, será necessário situar a Geo-história da comunidade e sua relação com a criação do PAE. Compreender a relação da comunidade no contexto de criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativista no Estado do Pará, e seu contexto político e social nas ações do Estado diante a proposta de categorização de assentamentos, significa trilhar uma abordagem pela qual se possa compreender o porquê a necessidade da categorização “agroextrativista”. Será que tal categoria seria uma nomenclatura imposta por outrem ou marcada pela história desse povo?

Portanto, pensar as transformações exige um olhar atento das dinâmicas territoriais implementadas no projeto de assentamento. Isto passa necessariamente pelo entendimento do modo de vida dessa população e suas estratégias de uso da terra. Apesar das transformações, a dinâmica territorial local é marcada pelos ecossistemas amazônicos, onde o que regula a vida ainda é o tempo da natureza.

Durante minha caminhada acadêmica, o conceito de território e territorialidade esteve presente na construção de um debate existente na lógica da produção camponesa amazônica. O conceito de território é a base para pensar as relações que se forjam no espaço a partir das relações sociais. Para isso, faz-se necessário uma breve reflexão histórica, sobre a elaboração do conceito até a atualidade, na tentativa de compreender o território e sua perspectiva diante o capital.

O conceito de território em sua origem foi pensado dentro de uma perspectiva nacional, que englobaria diferentes ciências. Dentro do pensamento da Geografia clássica, marcada principalmente por Friedrich Ratzel no século XIX, esse mesmo conceito esteve empregado na centralidade do Estado-Nação, como uma unidade exclusiva de poder. Este seria o território como fonte básica de poder do Estado, sendo entendido como um produto de meio físico (FERNANDES, 2012, p. 138).

Souza (2020), destaca que para Ratzel, “o Estado não é um “organismo”, meramente “porque ele representa uma união do povo vivo com o solo imóvel”, mas também “porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só”. Neste caso o propósito do estado seria vincular esse organismo vivo ao solo. Percebe-se que pensar território neste período nos remete ao território como um recorte político espacial, que compreende o Estado como poder dominante diante o “organismo” vivo, ou seja, seria pensar ações de poder, dentre uma perspectiva jurídica.

O pensamento ratzeliano se fundamenta no ponto Jurídico. Ratzel apresentava uma visão determinista entre espaço físico e Estado, sendo que este se constituía como o ente institucional responsável pela exploração das potencialidades do território.

Para Souza (2020), o discurso ratzeliano não explorou propriamente um conceito de território plenamente individualizado. O olhar de Ratzel está fundamentado no momento histórico e de sua situação política-ideológica, pois nesse momento a preocupação seria a dominação do espaço geográfico, já que o enfraquecimento do feudalismo na Europa Ocidental e a criação do Estado-Nação propuseram uma forma de política moderna, que possibilita novos arranjos de jurisdições, onde seria estabelecida uma autoridade política em comunidades territoriais.

Em contrapartida, La Blache compreende que o território não se constitui, apenas, em uma categoria espacial e que a natureza não seria um determinante no comportamento humano (WIVES, 2017). Essa afirmação, rivaliza com o que Ratzel estava propondo, pois para os lablachianos o território não seria uma categoria espacial importante.

A partir da segunda metade do século XX, o território passa a ser uma unidade política, esse pensamento ganha força no ramo da geografia política, com o geógrafo Jean Gottman (WIVES, 2017). Para os geógrafos que compactuam com os pensamentos da Geografia regional, a unidade política seria o território, expandido ao “conjunto de terras agrupadas numa unidade que depende de uma autoridade comum com um determinado regime”.

A partir de então, para os adeptos da geografia regional, o território ressurgiu com uma análise teórica pautada de duas formas: estabelecimento e contestação. O primeiro seria induzido pela transnacionalização, que pontuaria as relações espaciais e que daria a concepção de território único. Por fim, a homogeneização das relações de mercado, marcadas pela desigualdade regional, resultam em uma diversidade de territórios. Contudo, o território é visto como uma ferramenta que busca debater a heterogeneidades no âmbito, econômico, político, cultural, entre outros (SPECHT, 2009).

Assim, no final da década de 1980 o conceito de território seria resgatado no Brasil, sobretudo nos estudos urbanos, onde não se limitaria entre a relação território e Estado. (FERNANDES, 2012). Este conceito no espaço agrário brasileiro estaria

marcado pela constante transformação, pela qual o território surge como categoria fundamental da realidade espacial, que se constitui num espaço sob controle e domínio de um grupo social, estado e outros (FABRINI, 2011).

Pensar o território neste contexto, nos remete às condições econômicas, culturais, políticas, simbólicas-imateriais (SAQUET, 2007). Essas concepções surgem a partir de autores que se baseiam em Raffestin (1993) em particular sua obra Geografia do poder, que estabelece a diferença entre espaço e território: é, para ele, essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa), em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, Raffestin (1993, p. 143) afirma que “o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Enquanto Ratzel, falava do poder soberano do Estado, no qual os conflitos só existiriam entre Estados - guerra entre estados - surge a partir da leitura de Raffestin (1993) a ideia de que o território estatal “contempla a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais” (FERNANDES, 2012).

Entende-se território como:

Manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia - ações e estruturas concretas - informações - ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização - reterritorialização, baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) (FERNANDES, 2012. p. 37).

A busca por uma análise temporal sobre o conceito de território na contemporaneidade, para Souza (2020, p. 80), é, “[...] fundamentado, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Neste caso, o que seria este poder?

O poder é sempre como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como força. Enquanto a força é a quantidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (SOUZA, 2020. p. 80).

Levando em consideração os debates que cercam o conceito de território nesta dissertação, busca-se compreender o território para além do poder político. Porém,

não se desconsidera a existência de um amplo debate que visualiza uma ligação entre ambos.

O poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território. Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis. Mesmo quando se exerce o poder a grandes distâncias, por meio de modernas tecnologias de comunicação e informação, o alvo ou destinatário jamais é um grupo social "flutuador no ar", mas sempre um grupo social em conexão com um espaço (a ser [des]territorializado, portanto). E, em muitos casos, o uso intensivo e ostensivo de práticas espaciais, como restrições de acesso e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e ressignificação de lugares (mediante alteração da toponímia etc.), modificações de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem a instrumentalização e a alteração do território (e também do substrato espacial material, da paisagem e das imagens do lugar, em vários casos. (SOUZA, 2020. p. 88).

Então, como compreender a dinâmica entre poder e território em um contexto global atual, e sua relação com o local? O território se constitui a partir das relações de poder, em um sentido mais concreto, pensar o território, para além do poder político, é esmiuçar diante do sentido mais simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2002 *apud* FERNANDES, 2012).

Como compreender o território e, por conseguinte, compreender a territorialização? Souza (2020, p. 79) destaca que "[...] o território é, em primeiríssimo lugar, o poder.". Em seguida o autor destaca: O que determina este poder? A dimensão política social. Porém o autor não nega o simbólico, marcado pelas relações culturais e o econômico, baseado no trabalho e nos processos de produção e circulação de bens.

Raffestin (1993) apresenta em *Por uma Geografia do Poder* a abordagem sobre território e territorialidade, compreendendo territorialidade, como.

Uma noção de soberania, ou, como uma forma pela qual o agente organizou o território, composta pelo menos de três elementos: sendo de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993).

Haesbaert (2007) destaca a territorialização como:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território

ao qual se refira não esteja concretamente manifestado (HAESBAERT, 2007, p. 25).

Assim, “Em cada caso concreto, ao se examinarem os fatores por trás de processos de territorialização, descobriremos, recuando no tempo e escavando o suficiente, um emaranhado de motivações, dos mais diversos tipos.” (SOUZA, 2020, p. 101).

Vislumbra-se no Assentamento Agroextrativista um forte movimento que reconfigura o sentido da várzea e terra firme, na maioria das vezes sob a justificativa do aumento da produção e comercialização nessas áreas do assentamento. Neste sentido, Shiva (2003) aponta que a riqueza da natureza é destruída para se tornar uma riqueza comercial caracterizada pela uniformidade. É neste sentido que submerge e se recriam novas estratégias, as quais Stengers (2014) aborda como Cosmopolítica, perspectiva que vê no risco a possibilidade de transformar as práticas particulares/local em uma chave para neutralidade das tensões.

O presente trabalho busca dialogar com autores que compreendem que o modo de vida camponês-ribeirinho é indicador característico da existência de uma classe. Por esse motivo faz-se necessário compreender o sentido desses modos de vida e suas particularidades.

Neste sentido, esse modo de vida,

Está dentro do capitalismo, com um modo de produção da vida singular que faz com que a agricultura por ele praticada seja não só radicalmente oposta àquela do agronegócio como também de um modo de resistir, às vezes consciente, às vezes não, ao avanço do capital e da mercantilização da vida por ele imposta (MARCOS, 2019, p. 98).

Ou seja, pensar um modo de vida dentre suas especificidades não quer dizer que o ribeirinho-camponês vive fora do sistema capitalista, mas que existem particularidades que são construídas a partir do território. Camacho (2014) entende modo de vida como:

A maneira particular com a qual o camponês se relaciona com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos, lhes dá uma condição social que nos permite identificá-lo como um “modo de vida”. O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para

subsistência e a venda do excedente dessa produção (CAMACHO, 2014, p. 3).

Dito isto, vale destacar que este estudo assume o campesinato como um modo de vida e uma classe social em constante disputa com o capital para a garantia dos seus territórios. O capitalismo fragmenta o território, alimentando-se das desigualdades socioeconômicas, criando espaços segregados dentro da sociedade. De acordo com Marques,

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao descampesinamento, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2002, p. 2).

A permanência do campesinato na sociedade capitalista é marcada pela conflitualidade, resultado de formas distintas de se pensar e gerir o território. De um lado há o território camponês e de outro, o território capitalista. Para Fernandes (2013, p. 8),

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional.

Assim, o território é aqui compreendido como base concreta onde as relações sociais se constituem. Portanto, pensar o território é pensar a relação Espaço-Tempo-Território, do desenvolvimento e da questão agrária. Nesse universo de disputas, se descortinam novos elementos que se agregam e desagregam de certa forma o modo de vida local.

Além disso, esse território possibilita diferentes territorialidades que são construídas a partir das relações, ou seja:

No real, o movimento está no interior do próprio território. Todos vivemos territorialidades múltiplas. O movimento é histórico e multiescalar. O movimento é fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo; de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os saltos. A matéria e a ideia, conjugadas, estão em movimento constante, em que, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território (SAQUET, 2007, p. 56).

Quando nos voltamos para região amazônica, Moreira e Hébette (2009) nos dão o suporte para a compreensão de que o campesinato Amazônico é diverso e abrange uma variedade de atividades produtivas que estão atreladas diretamente a natureza, a uma dinâmica específica do tempo e do espaço vivido dos camponeses. Partindo dessa perspectiva, vislumbramos o ribeirinho muito próximo ao modo de vida camponês, no que tange às relações familiares, de vizinhanças e produção.

Por esse motivo, constrói-se aqui a ideia de ribeirinho-camponês. Pois o contato com as literaturas nos esclareceu que os ribeirinho-camponês não dispõe apenas de áreas de várzea, se utilizando também da terra firme. Isto, por sua vez, possibilita uma diversidade de atividades, econômicas e socioculturais naquele território. Esta situação de disponibilidade e uso de dois ecossistemas bem distintos (várzea e terra firme) por ribeirinhos, no estuário amazônico, é relativamente comum, assim como foi identificado por Araújo e Navegantes-Alvez (2015).

É na várzea que o ribeirinho realiza as atividades da caça, do extrativismo vegetal, a exemplo da retirada do cipó Guarumã, utilizado pela comunidade para a fabricação de paneiros, cestos em geral, e outros utensílios que são comercializados no mercado do Ver-o-Peso em Belém. Além disso, os ribeirinhos buscam também na várzea as ervas, cascas e cipós medicinais.

Cruz (2008, p. 55) enfatiza que a constituição da identidade ribeirinha envolve muitos outros aspectos além da localização às margens dos rios, afirmando que “[...] os processos, as relações sociais espaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento.”.

Neste trabalho o termo ribeirinho-camponês é utilizado, a partir das perspectivas das particularidades de um grupo humano localizado em uma ilha, historicamente reconhecida pela relação de seus habitantes com o rio e com a terra. Para Neves (2009, p. 89), “[...] ribeirinho é uma categoria mais política e econômica”. Trata-se de “agricultores de várzea, reconhecidos pela prática econômica que associa a subsistência e as interdependências mercantis”.

A relação direta com a natureza é condição primeira para a constituição e reprodução do ribeirinho-camponês. Esses valores se expressam nas relações de vizinhança, solidariedade, produção, religiosidade, que compõem esse universo e lhes confere singularidade. Esta singularidade pode ser expressa também na capacidade e experiência que os povos tradicionais possuem de conservar a biodiversidade e a ecologia dos ambientes terrestres, florestas e águas onde se reproduzem. Ainda que

esses ambientes venham sendo destruídos especialmente pela falta de reconhecimento do potencial econômico das espécies nativas locais e/ou concepção de desenvolvimento que promovam uma produtividade imediata da Amazônia, desconsiderando suas especificidades (WITKOSBI, 2010). Essas populações têm criado estratégias para garantirem sua reprodução e salvaguardar o meio natural.

A pesquisa por sua vez, o método e a metodologia de pesquisa partem de reflexões baseadas em autores¹ que compreendem a recriação camponesa por meio das contradições do desenvolvimento da agricultura capitalista, o que permite com que esse campesinato se reproduza socialmente, criando estratégias de sobrevivência por dentro e por fora das relações comerciais com o mercado capitalista.

A coleta de dados se deu com fins de se produzir uma abordagem qualitativa e quantitativa, pois ambas possibilitaram o entendimento dos dados colhidos em campo, constituindo, assim, um trabalho descritivo, comparativo, interpretativo e reflexivo.

A técnica investigativa será a pesquisa de campo, pois “oferece o diálogo entre o teórico e o empírico, num processo constante de reconstrução” (NORONHA, 1986 *apud* TEDESCO, 1999, p. 34). Por meio deste método, visamos maior aproximação com os camponeses e a percepção de como estes constroem seus territórios e configura-se a territorialidade. Com isso, vivenciei o cotidiano desses sujeitos, participando de suas jornadas de trabalho, visitando os lugares da labuta, observando as relações em assentamentos rurais e agrovilas, as influências externas ao território ribeirinho-camponês, entendendo as manifestações das relações capitalistas e compreendendo, assim, os diversos aspectos da vida camponesa local.

Através deste texto tenho o prazer e a difícil tarefa de me embrenhar na vida dessas pessoas e dessas comunidades a fim de compreender um pouco mais sobre seu modo de vida e logo as territorialidades que ali se constroem. Assim, de certa forma, esta dissertação leva-me ao reviver das minhas raízes, difícil, já que, minha proximidade com as pessoas e suas histórias de vida, uma vez que, a forma de viver

¹ Destacamos os trabalhos de Rosa de Luxemburgo (*Acumulação do capital*, 1976), Alexander Chayanov (*Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*, 1924), Teodor Shanin (*Naturaleza y lógica de la economía camponesa*, 1973), José de Souza Martins (*O cativo da terra*, 1979; *Expropriação e violência: a questão política no campo*, 1980; *Os camponeses e a política no Brasil*, 1995), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (*Agricultura camponesa no Brasil*, 1991; *Geografia das lutas no campo*, 1998), José Vicente Tavares dos Santos (*Colonos do Vinho*, 1978), Margarida Maria Moura (*Camponeses*, 1986), Jean Hébert (*Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, 2004), Bernardo Mançano Fernandes (*Espacialização e territorialização da luta da terra*, 1994; *Questão agrária, pesquisa e MST*, 2001), entre outros.

dessas pessoas, pode ter me feito cegar diante da realidade objetiva, já que muito se aproxima de minha história de vida, e que de alguma forma pode ter impedido-me a problematização necessária ao pesquisador. Minha principal preocupação era a armadilha da superficialidade e da generalização (PROENÇA, 2007, p. 3).

Este trabalho na sua primeira parte propõe uma análise da geo-história dos **lócus de pesquisa**, o qual percorrerá três diferentes escalas de análise geográfica. Isso ocorre devido a necessidade de nos aprofundarmos diante dos processos de ocupação e sua relação para com relação da reprodução social, econômica e cultural, que são construídas na região da qual se encontra a Ilha de Trambioca. Por isso, partimos de uma análise, que focaliza a região do Baixo Acará² mais especificamente no Vale do Tocantins, que compõe uma abordagem da formação do campesinato amazônico, no período colonial, no período das sesmarias e de grupos que realizam devoluções diferenciadas, em um contexto de empreendimentos na dinâmica comercial do período colonial.

A segunda abordagem, é olhar o território de pesquisa enquanto parte do espaço estuarino amazônico³, que para além da sua abundante de recursos naturais e sua relação com o rio, que se interligam em sua importância econômica para a região. Porém é nesse mesmo agrupamento que se encontra uma das regiões paraenses mais pobres, “A pobreza e a baixa qualidade de vida dos moradores do estuário são, em parte, ocasionadas pela falta de domínio claro sobre a terra e recursos naturais, bem como pela sua superexploração.” (IMAZON, 1998, p. 11).

Vale pontuar que o conceito de várzea, será abordado a partir da perspectiva da várzea estuarina, definindo-a como:

As florestas de várzea do estuário amazônico englobam uma área de aproximadamente 25.000 km², compreendendo as ilhas do arquipélago de Marajó e as margens dos rios que compõem o estuário desde sua foz até o rio Xingu. As várzeas são áreas planas e de baixa altitude, sendo boa parte sujeita às inundações diárias pela variação da maré que chega a 3,50 metros em Belém e apenas 0,50 metro na foz do Xingu (Lima, 1956). O clima da região é quente, com temperaturas médias de 25-26°C, umidade relativa quase sempre superior a 80% e precipitação anual em torno de 2.300 mm

² Período das sesmarias - A região do Acará notabilizou-se no século XIX pelo número de escravos, por quilombos formados e intrincados nas matas e ainda pelo estalido de uma revolta de cultivadores que a historiografia insere na gesta revolucionária da Cabanagem (MARIN, 2010).

³ Na primeira centúria da colonização portuguesa, no estuário do rio Amazonas, a ocupação foi mais dilatada em direção às terras próximas de Belém, então, o principal centro comercial e político. Este espaço experimentou mais acintosamente os desdobramentos da política de povoamento e, em seguida, de fomento agrícola.

(DNMET, 1992). Inúmeros rios e igarapés formam uma rede fluvial densa que facilita o acesso por barco a grande parte das áreas. (IMAZON, 1998, p. 8).

Autores, que desenvolvem pesquisa com sujeitos da várzea amazônica, com base no conceito de camponês, designaram diversos termos para este morador⁴ da várzea amazônica.

Encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas em relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada (CRUZ, 2007, p. 07).

Pobreza essa que se intensifica reflete na ausência de políticas fundiárias. Little (2004) ressalta que a diversidade fundiária no Brasil foi pouco conhecida e pouco reconhecida pelo Estado Brasileiro. Tal ausência faz com que muitos sejam invisibilidades e sufocados diante a lógicas econômicas. Tratando dessa diversidade, pontua-se que tais dimensões geográficas aqui trabalhadas apresentam uma temporalidade que nos remetem a tempo-espço distintos e que dialogam reafirmando a diversidade dos povos da Amazônia.

Já a terceira análise geo-histórica, que podemos descrever como uma divisão mais atual é a região de integração e municípios do Estado do Pará⁵, mais especificamente a região do Baixo Tocantins⁶, a qual o Município de Barcarena integra e onde se encontra o Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha de Trambioca. É a partir dessa análise que no ano de 2020 retorno ao território de pesquisa e me deparo com as diferentes Barcarenas. Uma Barcarena de *companytowns*⁷, marcada principalmente pela presença da empresa Vale desde os

⁴ Fraxe (2000) utilizou o termo "homens anfíbios" para identificá-lo, procurando representar o modo de vida desses moradores que habitam dois ambientes: a terra e a água. Já Oliveira Júnior (1991), em sua pesquisa na região das ilhas, município de Gurupá-PA, próximo à foz do rio Amazonas, identificou dois tipos, que ele denominou de "ribeirinhos", para os moradores da várzea, e "roceiros" para os moradores da terra firme. Por outro lado, Cruz (1999) no trabalho desenvolvido no Careiro da Várzea, estado do Amazonas, designa para esses habitantes "caboclos-ribeirinhos". Witkoski (2006) no seu estudo na calha do rio Solimões-Amazonas denomina para os moradores da várzea de "camponeses amazônicos" (CRUZ, 2007, p.07).

⁵ Divisão IBGE

⁶ Abaetetuba Acará Baião Barcarena Cametá Igarapé-Miri Limoeiro do Ajuru Mocajuba Moju Oeiras do Pará, Tailândia.

⁷ A Barcarena dos *companytowns*, marcada pela representatividade da exploração de minério.

anos 1990. É a Barcarena da PA-151⁸ que interliga outros municípios. Além disso, é a Barcarena dos rios que se conectam com o arquipélago do Marajó. Essas Barcarena(s) se ligam através dos rios e estradas marcadas por um discurso desenvolvimentista desde o século XX e que historicamente se apresenta devastador.

Historicamente no processo de ocupação da ocupação Amazônica, a várzea e terra firme proporcionam padrões de ocupação que se moldam conforme os próprios programas de desenvolvimento para a região. Porto Gonçalves (2001) refere-se a dois padrões de organização do espaço, destacando-os como contraditórios. Trata-se da mudança do padrão de ocupação – rio – várzea – floresta, para o padrão – estrada – terra firme – subsolo, o que de acordo com Gonçalves engendraria na Amazônia uma geografia das contradições e dos conflitos.

Gonçalves (2001) destaca que o padrão de ocupação rio – várzea – floresta corresponde às primeiras incursões coloniais na Amazônia e se estende até o final da primeira metade do século XX, consolidando um modo de vida fortemente marcado pelo enraizamento dessas populações com a dinâmica da floresta, protagonizada pelas comunidades locais e sua relação com o rio.

O segundo capítulo apresenta o panorama de luta pela regularização fundiária a partir do II PRNA, quando os ribeirinhos passaram a compor a lista de beneficiários da reforma agrária. Em seguida, mostrou-se os impasses e tensões em torno da modalidade de regularização que se deteve no debate entre a criação de uma RESEX ou um PAE. E, por fim, foi apresentado o plano de uso do Projeto de Assentamento Agroextrativista mostrando suas peculiaridades no contexto dos assentamentos rurais.

No terceiro e último capítulo foram apresentados elementos associativos da territorialidade ribeirinha da Comunidade Utinga Açú. Neste capítulo buscamos discutir como as práticas de feitura da roça e do roçado, o extrativismo do açaí e o artesanato atreladas a relações específicas de sociabilidade, que dão o tom desse território e suas territorialidades. Por fim, buscou-se através das tensões e associações presentes na comunidade vislumbrar como a comunidade se liga e se tenciona com o mundo externo.

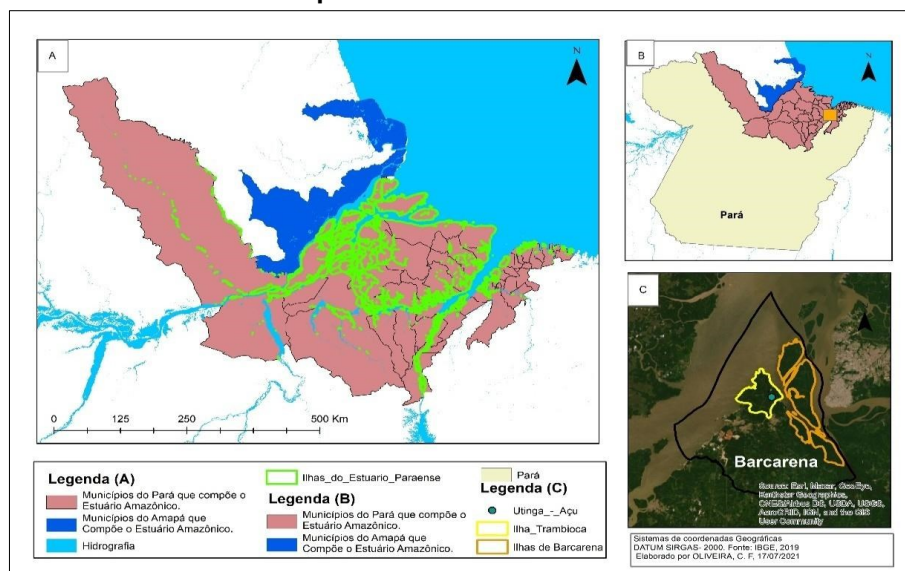
⁸ A Barcarena da PA-151 é um importante corredor de escoamento da produção, principalmente para municípios do Baixo Tocantins - A Rodovia PA-151 começa no entroncamento com a PA-483, no município de Abaetetuba, passando por Barcarena, Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba, Baião, Moju e Breu Branco, dando acesso a outras 15 rodovias estaduais.

2 O TERRITÓRIO DA PESQUISA: A ILHA E A COMUNIDADE

A comunidade rural-ribeirinha Utinga Açú faz parte do mosaico de localidades da Ilha Trambioca, no município de Barcarena, compondo o território do Projeto de Assentamento Agroextrativista-PA, em que a ilha está inserida. A história/geografia da comunidade se confunde com o processo de ocupação da ilha ocorrido na transição do século XVII e XVIII. Porém, o surgimento da comunidade se entrelaça com as atividades religiosas, tendo como marco temporal o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base- CEBS nos anos de 1960 e 1970, quando as famílias passaram a organizar suas atividades religiosas em articulação com a Igreja Católica. À medida que essas atividades se intensificaram, especialmente com a presença do pároco de Barcarena, o sentido de comunidade ganha maior expressividade. Data deste momento a escolha do Santo padroeiro São Vicente de Paula e sua festividade ocorrida todos os anos no mês de setembro.

Neste capítulo, discutiremos o processo de formação da Comunidade Utinga Açú no contexto das transformações ocorridas na Ilha. Compondo o Estuário Amazônico paraense que abrange 55 municípios, sendo 48 distribuídos no Estado do Pará e 7 no Amapá, a ilha está localizada às proximidades da região mais densamente habitada da Amazônia, como a capital do Pará, Belém e Macapá no Amapá. No Mapa 1 é possível identificar essa região, bem como o Município de Barcarena, a Ilha e a comunidade.

Mapa 1 - Estuário Amazônico



Fonte: Autora.

A região do Estuário Amazônico apresenta uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes, sendo 4 milhões de moradores da área urbana (80%) e os demais da área rural (20%). Dos 55 municípios dessa região, 35 deles, (excluindo as grandes áreas metropolitanas) somam 1,36 milhão de habitantes, representando 27% da população total da região, sendo que desses, 70% da população vive em zona rural. A população urbana concentra-se principalmente na Região Metropolitana de Belém (55%) e em Macapá (10%).

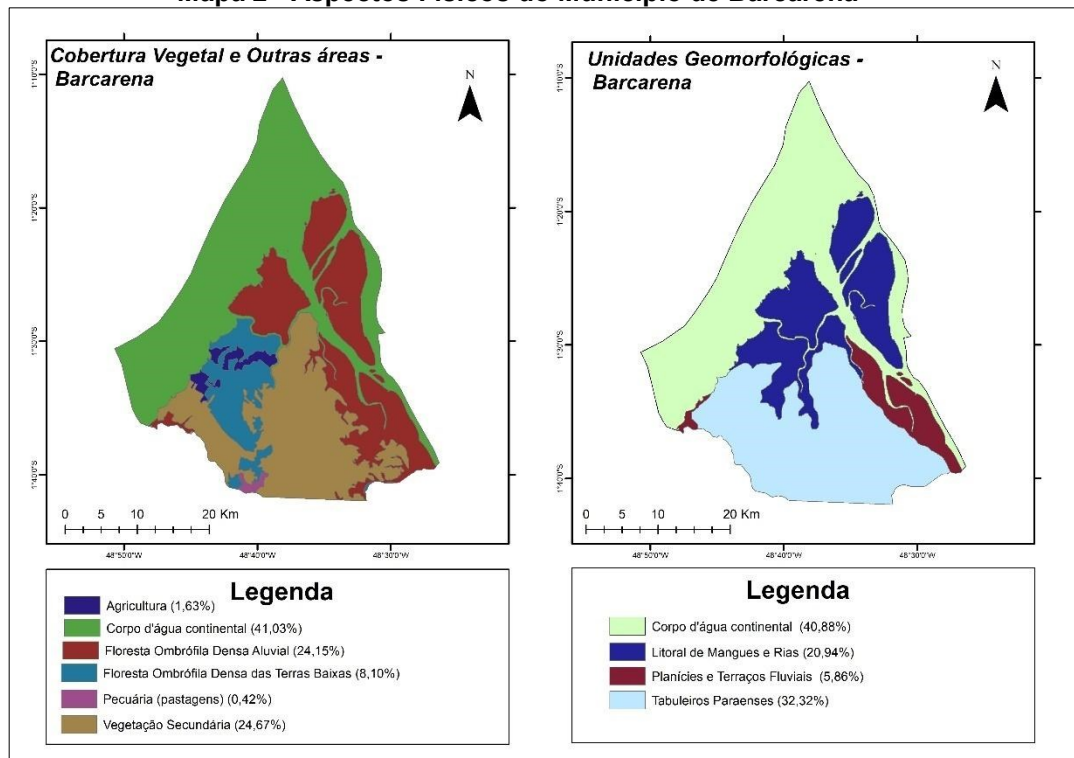
Além disso,

A densidade populacional da região delta-estuarina é de 29,5 habitantes/km², a qual pode ser considerada alta quando comparada à densidade da região Norte (4,6 hab./km²). Como mencionado, é a região mais densamente povoada do Norte brasileiro, abrigando, por exemplo, Belém, que possui 1.371,3 habitantes/km² (PINEDO-VASQUEZ *et al.*, 2018, p. 20).

Localizada na área estuarina do Rio Amazona entre os rios Pará e Tocantins, a Ilha de Trambioca é de natureza aluvial, formada a partir dos sedimentos trazidos pelas águas do Rio Amazonas em tempos geológicos pretéritos. Apresenta extensão aproximada de 123,5 km², sendo banhada pelo rio Mucuruçá, furo do Arrozal, rio Carnapijó e baía do Marajó. Quanto ao sistema de drenagem, a ilha é cortada por vários furos, igarapés ou rios, sendo os principais o Abacate, Anauerá, Arapajó, Pescador, Guariju, Urucuriteua, Pau grande, Cuipiranga, Guajará da costa, Utinga Açú e Jaquarequara (SIMONIAN, 2004). O clima da região é do tipo quente equatorial, com temperatura média anual de 27 °C e com amplitude térmica mínima. A precipitação anual é superior a 2.500 mm, com estação chuvosa entre janeiro e junho e mais seca nos últimos meses do ano. A vegetação da ilha é composta, basicamente, por matas primárias de terra firme, capoeiras, matas de várzea e campinas arenosas e praias de água doce (AMARAL *et al.*, 2002).

Com base no Banco de Dados de Informações Ambientais (BDIA), site vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboramos o mapa de aspectos físicos de Barcarena, importante para compreendermos a relação sociedade-natureza que se estabelece no devir histórico de ocupação da ilha e, por conseguinte, das 21 comunidades. Assim, consideramos relevante destacar a cobertura vegetal, na apresentação 1 e na 2 a representação das unidades geomorfológicas, desta região. Apesar de as apresentarmos agora, essa articulação será mais bem explicitada no terceiro capítulo.

Mapa 2 - Aspectos Físicos do Município de Barcarena



Fonte: Autora.

Sobre o processo de formação fisiográfica dessa região, destacam-se quatro unidades geomorfológicas; A primeira unidade, corpo d'água continental que compreende 40,88%. A segunda unidade, é a do litoral de mangues e rias que corresponde a 20,94%, formado de material arenoso de origem marinha nas praias e restingas, tendo como principal fonte de sedimentos os manguezais, que vêm das embocaduras dos rios.

Na folha SA.22 Belém, as planícies marinhas geralmente ocorrem nas extremidades dos promontórios e setores das ilhas voltados para mar aberto; são caracterizadas por praias e restingas. As planícies fluviomarinhas são constituídas por sedimentos vasosos e lamosos colonizados por vegetação de mangue. Ocorrem diversos planos de terraços indicando oscilações subatuais do nível do mar. Essas oscilações resultaram em mudanças do nível de base da rede de drenagem, orientando fases de reentalhe dos vales e reesculturação dos modelados (IBGE, 2021, p. 2).

Já a terceira unidade, planície e terraços fluviais, corresponde a 5,86% da área, que são planícies de formação recente. Ocorrem principalmente ao longo dos principais rios. Essa unidade inclui as áreas de várzeas e terraços aluviais, elaborados em depósitos sedimentares holocênicos. De acordo com dados do IBGE (2021, p. 2), essas áreas apresentam,

Níveis de argilas, siltes e areias muito finas a grosseiras, estratificadas. São localmente intercaladas por concreções ferruginosas e concentrações orgânicas, resultando em Neossolos Flúvicos e Gleissolos. A alteração de rochas cristalinas gerou solos Podzólicos Vermelho-Amarelos, por vezes plínticos, associados a Plintossolos, nos terraços; e Latossolos, por vezes plínticos, associados a Gleissolos, nos terraços com planícies. Também ocorrem Solos Hidromórficos Gleyzados associados a Solos Aluviais (IBGE, 2021, p. 2).

A quarta unidade geomorfológica refere-se aos tabuleiros paraenses que correspondem 32,32% da área e se caracterizam como,

Os sedimentos da cobertura terciário-quadernária que deram origem a pacote de solos tipo Latossolo Amarelo distrófico, de textura argilosa. Porém, onde se encontram as coberturas sedimentares mais recentes, é marcante a ação química da ferruginização, de modo que ocorrem expressivas áreas concrecionárias lateríticas. Na área da cidade de Belém ocorrem os Solos Concrecionários Lateríticos Indiscriminados distróficos (IBGE, 2021, p. 4).

No contexto estuarino, Barcarena é o segundo município¹ mais densamente povoado dessa região. Isto se deve a sua representatividade nas atividades minero-industrial no Estado do Pará. Até meados do século XX, o município era predominantemente rural, com mais de 98% da população vivendo do extrativismo e da agricultura familiar nas ribeiras de rios e igarapés. Porém, a partir dos anos 1970, começam a ocorrer pressões atreladas ao grande capital e impulsionadas por políticas do Governo Federal Brasileiro. Steinbrenner *et al.* (2020, p. 311) destacam que,

O caminho para a instalação de um Distrito Industrial em Barcarena teve como pontos de partida o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Programa Grande Carajás (PGC). Em execução entre 1974 e 1979, durante a ditadura militar, o II PND focava nas indústrias de base, indicando investimentos em insumos básicos, infraestrutura, energia e bens de capital. Lançado em 1980, ainda na ditadura, e extinto em 1991, na Nova República, o PGC buscava promover o desenvolvimento regional da Amazônia oriental e incluía a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a instalação da Albrás (Alumínio Brasileiro S.A.) e da Alunorte (Alumina do Norte do Brasil S.A.) em Barcarena, entre outros empreendimentos.

Vislumbra-se aqui panoramas e tempos distintos. De um lado, ocorre a presença dos grandes projetos e as territorialidades que se inscrevem no local a partir desses empreendimentos. De outro, são aviltados os povos do campo e em particular a territorialidade ribeirinha, isto é, os povos das águas.

¹ Belém apresenta o maior adensamento populacional do estuário amazônico.

Na Amazônia, há uma proliferação de zonas de sacrifício, onde a riqueza e a biodiversidade acabam substituídas pela violência do desmatamento, do lixo tóxico, do adoecimento coletivo, não apenas humano. Esse processo está baseado em uma concepção colonial de dominação sobre a natureza e na privatização do que deveria ser comum. No caso de Barcarena, a ocorrência continuada de desastres socioambientais é uma das expressões mais evidentes da zona de sacrifício cravada ali, que se propaga para além do território, já que a contaminação atinge rios e igarapés que seguem seus cursos. A maioria dos desastres catalogados tem relação com a atividade mineradora. (CASTRO, 2019² *apud* STEINBRENNER *et al.*, 2020, p. 312).

A introdução da atividade minero metalúrgica inscreveu Barcarena no plano da economia internacional, demandando, a partir disso, significativas transformações no município como um todo. Estas exigências concentram-se especialmente na relação capital trabalho, na relação com a terra e mais especificamente na relação campo-cidade. Considerando o processo de formação histórica do município, constatou-se que a chegada desses empreendimentos implicou em desapropriações e transferências compulsórias de populações nativas, na reorganização da estrutura fundiária e seus arranjos produtivos, incidindo diretamente nos territórios ribeirinhos, quilombolas e outros.

Desde a década de 1980, Barcarena tem recebido vultosos investimentos públicos através da aliança entre o capital privado e o estado com o objetivo de fomentar a indústria minero metalúrgica e infraestrutura portuária. A implantação do complexo Albrás/ Alunorte, coloca o município na trilha dos grandes projetos na Amazônia. Criado para atender as necessidades do mercado internacional, esse polo minero-metalúrgico impõe às populações locais novas dinâmicas socioespaciais bem como adversidades de toda ordem ao modo de vida, tanto no campo como na cidade.

Na década de 1990, a ação do grande capital se ampliou no município com a implantação do projeto Caulim³. Nascimento e Hazeu (2015, p. 291) destacam que a infraestrutura existente para a instalação do complexo Albrás/Alunorte influenciou na implantação desse novo empreendimento, uma vez que o grande capital já encontrava prontas as condições para ali se implantar”.

² Castro E. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais e “zonas de sacrifício”. In: Castro E., Carmo E., organizadores. Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena. Belém: NAEA; 2019. p.19-34.

³ O Brasil é o quinto maior produtor de caulim do mundo, com destaque para o estado Pará, que possui o monopólio da produção nacional, com aproximadamente 90% da produção nacional. No município de Ipixuna do Pará, concentra-se a mina e o processo de beneficiamento do caulim. Já em Barcarena “são produzidos e depositados rejeitos em barragens e de onde é exportado o minério pelo porto” (HAZEU *et al.*, 2020, p. 149).

Além do beneficiamento da bauxita pela Albrás/Alunorte e do caulim pelas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, o município passou a sediar a VOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja (NASCIMENTO; HEZEU, 2015, p. 292).

Em 2010, a multinacional norueguesa NorskHydro passou a ser acionista majoritária do complexo Albrás/Alunorte, por meio de um acordo de troca de ações com a Vale, privatizada em 6 de maio de 1997. Além da Hidro, muitas outras empresas adentraram no município de Barcarena nos últimos 30 anos,

Como a Imerys Rio Capim Caulim e a Pará Pigmentos (caulim/porto), a Votorantim (cimento), a Usipar (ferro-gusa), a Alubar (alumínio), a Buritirama (manganês), a Bunge (adubo/porto), a Oxbow Brasil Energia (coque), a ADM Brasil (agronegócio/porto), a White Martins (gases industriais e medicinais), a TIMAC, a Fertilizantes Tocantins e a Yara Brasil (fertilizante) (STEINBRENNER *et al.*, 2020, p. 312).

Neste contexto, intensificou-se o fluxo de pessoas e de mercadorias entre a sede do município e as ilhas (Ilha Arapari, Ilha Urubuoca, Ilha Longa Ilha Mucura, Ilha São Mateus, Ilha Arapiranga, Ilha das Onças e Ilha Trambioca), ilhas e Belém, efetivada através da implementação do transporte fluvial interligando o município a capital do estado. Do terminal hidroviário instalado às margens do Rio Pará no Ver-o-Peso em Belém saem barcas de uma em uma hora em direção a Barcarena, com início às 6h da manhã e encerramento às 18h. Ainda nesse período, ampliou-se o fluxo migratório para o município, em busca de trabalho nas subsidiárias da Vale do Rio Doce. Ao mesmo tempo, se acirraram as disputas pela terra, água e floresta. De acordo com Hazeu e Nascimento (2015, p. 290),

Quando a dinâmica do modo de produção capitalista age, especialmente através da implantação de grandes empreendimentos econômicos, alterando as relações dos homens entre si e com a natureza, têm-se tanto o deslocamento dos ocupantes originários dos espaços onde aqueles empreendimentos se instalaram – ribeirinhos, quilombolas, grupos indígenas, trabalhadores rurais etc. -, como a atração de trabalhadores de outras regiões do país em busca de trabalho.

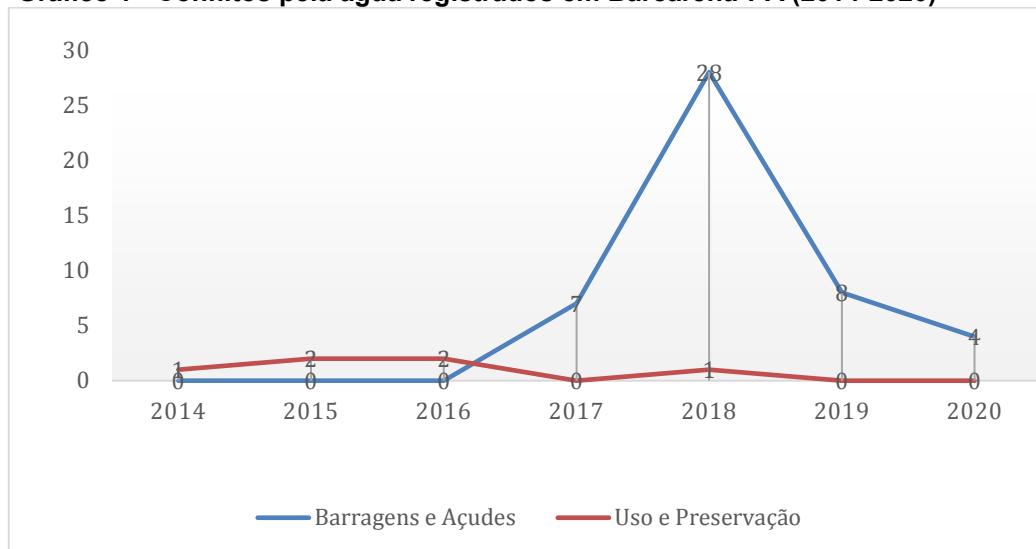
No século XXI, esses investimentos se voltam especialmente para a “[...] ampliação das instalações portuárias, desta vez para o escoamento da produção de

grãos vindo do centro oeste do Brasil.” (NASCIMENTO; HAZEU, 2015, p. 289). A construção de infraestrutura (estradas, linhões e minerodutos) assim como o avanço do capital global a partir das atividades das empresas, especialmente Hydro, Vale, Hydro, Bunge, Imerys, dentre outras, impulsionam a tensão na disputa pelo território.

As pressões sobre as populações do município ocorrem através da ampliação demográfica que passou a ocorrer especialmente na Vila de Barcarena e, em menor proporção, mas também significativa na Ilha de Trambioca, às proximidades das praias, Sirituba e Carnapijó. Além disso, a chegada desses empreendimentos impactou a relação com a natureza, em decorrência da poluição e contaminação dos rios (derramamento de lama vermelha, caulim, substâncias químicas oriundas do processo de industrialização, agrotóxico, soja, minério etc.), da desertificação, da infertilidade dos solos, da descaracterização da vegetação, da poluição do ar (CARMO *et al.*, 2016) e dos processos permanentes de desapropriações, deslocamentos forçados, ameaças e cerceamento (HAZEU, 2015).

A situação de Barcarena remete a outras tragédias recentes da história da mineração no Brasil. Em Minas Gerais, Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019 chamaram a atenção do mundo sobre o modelo de mineração aplicado no país. Para Jackson Dias, os três casos estão interligados, pois “fazem parte de um modelo mineral no qual o capital financeiro rapina e pilha as riquezas de países emergentes” em nome do lucro, assumindo o risco de tragédias como essas. (FERNANDES, 2019, grifo nosso).

No decorrer do século XXI, destacaram-se os crimes ambientais denominados Conflitos das Águas, no *Caderno de Conflitos do Campo* (2014-2020), elaborado pela Comissão de Pastoral da Terra (CPT). Verificou-se que Barcarena aparece já no primeiro caderno com o destaque para o conflito ocorrido no Igarapé Curuperé, devido ao despejo de caulim. Neste episódio, aproximadamente 60 famílias foram impactadas, porém entre os anos de 2014 e 2020, foram mais de 11.794 famílias atingidas. As mineradoras Hydro Alunorte e a Multinacional Bunge estariam diretamente envolvidas nesses conflitos.

Gráfico 1 - Conflitos pela água registrados em Barcarena-PA (2014-2020)

Fonte: Adaptado de Comissão Pastoral da Terra, [20--].

Entre os dois tipos as atividades criminosas realizadas pelas empresas mineradoras no município, sobressaem-se as ações de barragens e açudes, que causam destruição e/ou poluição dos ecossistemas. Trata-se de impacto com alto grau de dificuldade de mensurar a quantidade de povos e comunidades afetadas já que se necessita um olhar que alcance os limites das bacias hidrográficas e não os limites administrativos propostos pelo Estado, “uma vez o rio não nos separa; mas une-nos, ajudando-nos a conviver entre diferentes culturas e línguas” (Papa Francisco, 2020 p. 33).

Recentemente essa região tornou-se notícia nacional e internacional devido ao vazamento de rejeitos da Hidroalunorte.

Figura 1 - Notícia sobre vazamento de rejeitos da empresa Hydro Alunorte em Barcarena-PA



Fonte: Fernandes (2019).

Seguindo a lógica da implantação dos grandes projetos na Amazônia, os empreendimentos criados no município de Barcarena seguem o nexos da apropriação via espoliação, pela qual a acumulação se realiza fora da produção capitalista, internalizando “práticas canibais, predatórias e fraudulentas”. (HARVEY, 2004, p. 111). Desta forma, não geraram melhorias na qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que promoveram novas adversidades às populações nativas, especialmente das ilhas que se avizinham a esses empreendimentos. O potencial encontrado nas terras de Barcarena, seja pela sua proximidade com Belém e os mercados internacionais, seja pelo seu potencial econômico mineral, aguçou os sentidos do grande capital aliado ao estado e colocando esse município na trilha do des(envolvimento).

Nessa direção, Loureiro (2002, p. 107) afirma que a Amazônia é sofrida de sua própria “Magia, sua exuberância e sua riqueza”. Nos idos da colonização, rentável para a metrópole e na contemporaneidade, rentável para a federação. Desta forma, as riquezas aqui produzidas não têm se constituído enquanto garantia de bem viver para seu povo e sua gente. Assim,

Ao longo de sua história, a Amazônia tem gerado sempre mais recursos para fora (Metrópole e Federação) do que tem recebido como retorno; tem sido, permanentemente, um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos. Mesmo nos últimos trinta anos, quando grandes investimentos foram feitos em infraestrutura, estes visam possibilitar a exploração de riquezas em favor da Federação. (LOUREIRO, 2002, p. 107).

A inserção da Amazônia na economia nacional se fez sob o molde da exclusão e conseqüentemente negação das populações, sua cultura, suas identidades e modo de vida. Trocando em miúdos, a implantação desses empreendimentos na Amazônia promoveu uma verdadeira “geografia da exclusão”, não apenas como um processo de expansão de sistemas técnicos, mas como produtores de ruínas, que naturalizam o uso da violência, da destruição e da morte em processo de acumulação por espoliação (MALHEIRO, 2020, p. 160).

Malheiro (2020, p. 160) destaca ainda que a implantação dos grandes projetos na Amazônia implica em violação, suspensão de outras formas de territorialidade, uma vez que a racionalidade “produtiva/corporativa” age diretamente sobre as diversas formas de realização da vida, viabilizando a violência e a morte. Ainda de acordo com o Malheiro (2020), os empreendimentos de mineração na Amazônia se efetivam como modelos de estados de exceção. Desta forma, mesmo na contemporaneidade, “só se realizam tornando a exceção à regra em seus processos de territorialização”, que se materializam em territorialização da exceção.

O avanço desses empreendimentos no município atinge diretamente a área urbana, mas também as comunidades ribeirinhas que se multiplicam tanto nas ilhas quanto no continente. No caso da ilha Trambioca, pescadores relatam que a poluição provocada por contínuos acidentes nas águas que lhes são circundantes vêm afetando a capacidade de reprodução e de crescimento das diferentes espécies presentes nos rios. Nesta direção, o site Mapa dos Conflitos envolvendo justiça ambiental e saúde no Brasil (PA-MINERAÇÃO..., 2014) apresenta que,

As populações ribeirinhas e pequenos agricultores locais tiveram seus meios de subsistência prejudicados com os vazamentos de caulim. A contaminação da bacia hidrográfica e de igarapés levou à mortandade de peixes, impediu a pesca e alterou o ciclo reprodutivo de peixes e camarões. Segundo notícia publicada no Ecodebate (repercutindo matéria de O Liberal, edição de 03/03/2008), José Maria Moraes de Souza, presidente do Centro Comunitário de Vila do Conde, avaliou que, após o acidente de 2007, a Imerys teria voltado a operar uma bacia de rejeitos que já estaria nos limites de contenção: “Assim não dá mais para o povo de Vila do Conde viver. Eles só tiraram os tubos que jogavam rejeitos da fábrica direto nos igarapés e desviaram para a praia. É preciso fazer alguma coisa porque a empresa passou a ser a maior fonte de

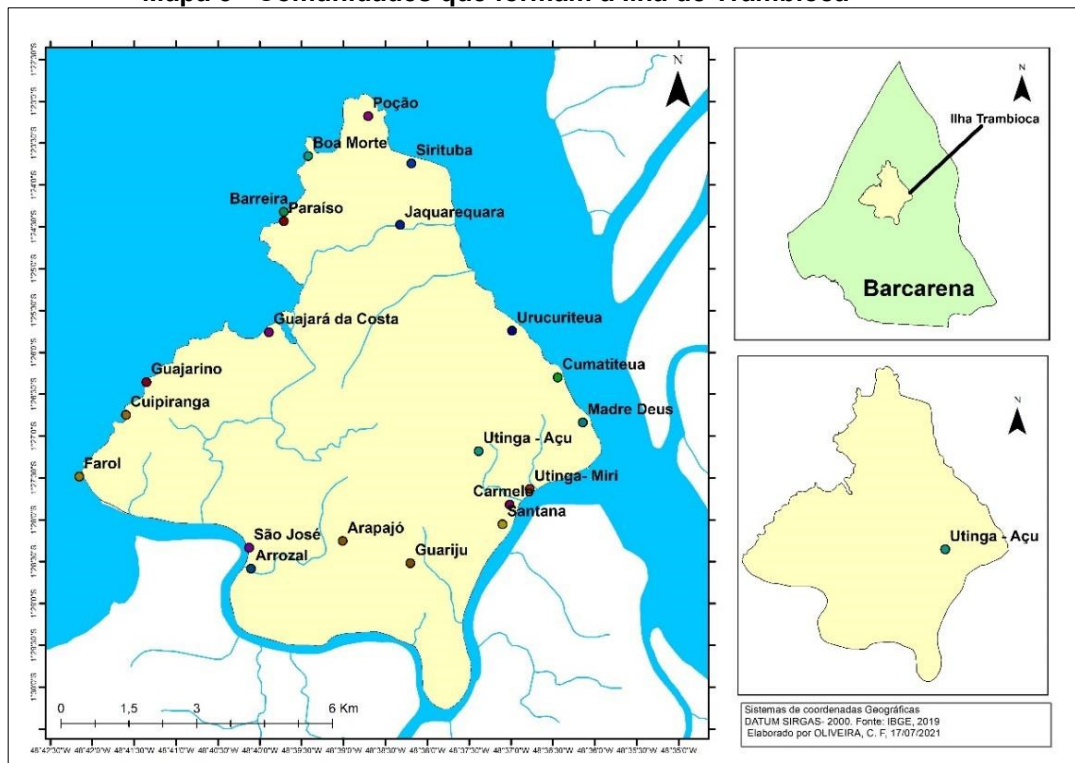
poluição da água e do solo em Barcarena”, afirmou. As pequenas roças foram afetadas pela contaminação do solo. Existem relatos de que a mandioca plantada fora afetada, tornando-se amarga e imprópria para a produção de farinha, e que muitas árvores deixaram de produzir frutos.

A relação com o rio, a prática da pesca, e a apropriação dos quintais, a relação de vizinhança, as formas de produzir e comercializar foram, se reordenando nesse tempo de avanço do capital. As tentativas de territorialização do capital nesta região levaram, na década de 1990, à criação de um forte movimento de luta da população ribeirinha cobrando o reconhecimento dos povos das águas, ao direito à terra-território. Abordaremos tal tema mais especificamente no próximo capítulo.

Composta por vinte e uma comunidades rurais ribeirinhas, dentre elas a Utinga Açu⁴, a Ilha de Trambioca tem sua formação territorial atrelada aos povos originários. Através da presença dos Sambaquis e os sítios de terra preta, vislumbra-se essa ocupação. Com a colonização, foram desaparecendo e mesmo incorporados em outras sociedades durante o processo gradativo de miscigenação. De acordo com Simonian (2004, p. 96): “Como os demais indígenas das proximidades, os de Trambioca devem ter sido conquistados, dominados ou cooptados pelos processos de dominação colonial que se expandiram a partir de Belém.”.

⁴ As demais são denominadas como: Urucriteua; Jaquarequara; Poção; Boa Morte; Barreira; Paraíso; Sirituba; Guajará da Costa; Santana; Guariju; Carmelo; Arapajó; Arrozal; São José; Farol; Cuipiranga; Guajarino; Utinga-Miri; Madre Deus e Cumatiteua.

Mapa 3 - Comunidades que formam a Ilha de Trambioca



Fonte: Autora.

Tanto a comunidade quanto a ilha apresentam-se sob as características da ativa estuarina, tendo na dinâmica terra – firme e várzea, a composição de suas territorialidades e território. Essa relação de pertencimento marcado pelo tempo da natureza define a perspectiva da relação com a terra-água, que se alicerça na relação terra-água-território. O domínio do bem comum pela comunidade demarca as práticas sociais e a composição do território, como mostraremos no terceiro capítulo, quando mergulharemos nas práticas associativas das territorialidades.

Os moradores atuais referem-se frequentemente aos vestígios arqueológicos encontrados, como fragmentos de cerâmica e mesmo de pedra, que indicam um possível uso desses artefatos, porém, em geral, ou se perdem ou são destruídos. É certo que, em algum momento, os indígenas do baixo Amazonas expandiram-se por essa área, que inclui Trambioca. (SIMONIAN, 2004, p. 7).

Os indícios paleoindígenas na Trambioca estão presentes ainda hoje na memória da população da ilha. No contato com a população local, ouvimos menções de que ali teriam vivido os “Sernambi e os Tapuia Aruã”. Os primeiros seriam, segundo os atuais habitantes, os que produziram os sambaquis presentes na ilha. Os vestígios das primeiras ocupações na ilha ainda em tempos pré-coloniais estariam relacionados

à caça e à sua posição estratégica na rota de acesso a Amazônia Oriental por via fluvial (SIMONIAN, 2004).

De acordo com Marin (2010), no contexto colonial e posteriormente com a formação do Estado nacional, a ordem político-econômica implementada interferiu diretamente nos povos indígenas e pequenas sociedades, formadas por ribeirinhos, quilombolas e trabalhadores de modo geral. No Estado do Pará, onde as populações indígenas permaneceram, ficaram “sujeitos a formas de peonagem, repressão, imobilização de sua força de trabalho, invisibilidade e processos de desterritorialização” até meados do século XIX.

Notoriamente vê-se em Trambioca e na comunidade Utinga Açú as marcas da colonização, especialmente através da presença jesuítica que se instalara na região, entre os séculos XVII e XVIII, mais precisamente nas terras do atual município de Barcarena. Ainda se encontram resquícios das missões jesuíticas, a cultura da produção agrícola, especialmente as ruínas dos engenhos de cana de açúcar, fazendas de seringa e a pecuária. De acordo com Simonian (2004, p. 102):

Provavelmente, o processo de expansão colonial nas imediações de Trambioca causou impactos na Ilha (Trambioca), em seus recursos e em sua população [...]. Em termos históricos, tanto a escravidão negra como a cabanagem (1835-1840) marcaram, de algum modo, a Ilha de Trambioca. A economia escravocrata desenvolveu-se desde o século XVII na região e nessa ilha, principalmente ao longo do século XIX, nesse caso a partir de engenhos de açúcar e de produção de cachaça.

Nas narrativas populares da comunidade ainda estão presentes as histórias da escravidão e da violência comum a esse tempo. “Lá na frente tinha uma senhora que era descendente de escravos, era a Maria Vicência” nos contou Dona Mundica, moradora da comunidade de 83 anos em entrevista realizada em julho de 2021. Nascida em 1937, certamente seus avós vivenciaram o drama da escravidão e mesmo não fazendo referência direta a sua família, nos diz a frase “na verdade somos todos índios pretos”.

Na fase colonial, “os grandes rios formaram as trilhas que os expedicionários seguiram”. Assim, destaca Marin (2010, p. 29), “os rios Pará e Tocantins ‘constituíram um Carrefour de águas’ devido às suas posições privilegiadas em relação a Belém, centro povoado de maior importância histórica. Destaca-se no Rio Tocantins a ocupação da sua margem oriental tomada rapidamente pelos colonizadores e religiosos, entre os séculos XVII e XVIII. Marin aponta ainda que o Vale do Tocantins

empreendeu, neste período, “[...] a formação de fazendas e engenhos, acompanhada pela introdução de escravos de origem africana e a submissão dos indígenas” que, embora livres, tornaram-se dependentes dos colonos (MARIN, 2002, p. 30).

Vê-se neste contexto a expansão dos empreendimentos agrícolas no Vale do Tocantins, com destaque para o cacau, a cana-de-açúcar e o trabalho baseado na mão de obra escrava africana. Marin (2002, p. 29) afirma que:

Poucas regiões da Amazônia colonial se enquadram nesta noção de plantation. Outro destaque encontra-se na densidade demográfica, notadamente pela concentração de escravos de origem africana. Ainda, diversos eventos políticos singularizam sua história no período colonial, nas lutas políticas da Independência e durante a Cabanagem. O presente da região do Tocantins compreende-se a partir da formação de uma sociedade de fortes raízes agrárias, mas é também é a partir da sua contemporaneidade que se descortinam as diversas situações históricas aqui recortadas.

A apropriação desses territórios dependia dos empreendimentos agrícolas. Nas “sesmarias distribuídas no vale do Tocantins são enumeradas as produções de cacau, cana de açúcar, tabaco, mandioca e, em menor quantidade, de gado”. Para além do cacau extrativo, destaca-se também no vale a produção do cacau cultivado, aponta Chambouleyron (2006). A ocupação do vale do Tocantins seguiu o movimento dos migrantes a caminho da coleta de seringa no final do século XIX. Esses trabalhadores buscavam a trilha em direção à capital do estado, embora “[...] a região mantivesse espaço privilegiado para a agricultura na várzea de pequenos igarapés e nas ilhas” (MARIN, 2010, p. 31).

Entre os séculos XVIII e XIX, o Vale do Rio Tocantins apresentava um território controlado por quilombos de escravizados e indígenas. Com relação às formas e relações de trabalho, destaca-se o trabalho escravo indígena, especialmente na extração da canela, salsarrapilha, Cravo e transporte de mercadorias. Já o trabalho escravo africano centrava-se nas *plantations* de cana de açúcar, cacau nativo e cultivado. Destaca-se na Ilha de Trambioca a existência do engenho de Carmelo e Carapajó, com a agricultura de cacau, curtume e açúcar (MARIN, 2002, p. 38).

Denominada anteriormente de Xiriteua, em seguida Carnapijó, somente no século XX a ilha de Trambioca, além da Ilhas das Onças, aparecem na carta cartográfica de 1905, diferente das demais ilhas localizadas no município de Barcarena. O Barão do Marajó destacou a importância de Trambioca no contexto do estuário amazônico. “Entre as ilhas existentes [...] do rio do Pará até ao Tocantins

[...], referiu-se ainda Abreu (1992, p. 336) “[...] constam as ilhas Carnapijó e Arrozal.” (ABREU, 1992, p. 336).

Ao mesmo tempo que as ilhas eram invisibilizadas, a ocupação territorial do estuário amazônico, em particular as ilhas, incluindo Trambioca, eram fonte de exploração e cobiça da coroa portuguesa. Os aspectos físicos da ilha e seu potencial para exploração econômica, cultural e de lazer, ontem e hoje, devem-se a sua exuberância natural.

Na costa oeste e leste, são encontradas praias como a de Cuipiranga e a de Sirituba, como várzeas, igarapés, matas ciliares, processos de deposição/sedimentos; ao norte, há uma área de rochas e barreiras elevadas. No extremo norte da ilha e em Guajarino e Farol, tais rochas existem em abundância. Açaizais nativos e plantados predominam na ilha. (SIMONIAN, 2004, p. 6).

Os objetos geográficos, resultado do processo histórico de formação territorial dessa região da Amazônia, são visualizados no presente por meio das ruínas, casarios, formas de ocupação das comunidades e nas memórias que são materializadas nas narrativas dos moradores da ilha, bem como na composição do modo de vida e das territorialidades lá existentes. Isto será destacado no terceiro capítulo, quando iremos abordar as territorialidades presentes na comunidade.

No contexto do capital global, a aproximação, devido aos aparatos técnicos, das ilhas com a capital do estado, de onde saem barcos várias vezes por dia para o município de Barcarena, tornou o município território atrativo como espaço de lazer, especialmente direcionado para as praias, ao mesmo passo em que se dava a implantação dos empreendimentos minero-metalúrgicos assim como portuários, levando o município a condição de polo de atração populacional.

2.1 COMUNIDADE UTINGA AÇU: DA ILHA A COMUNIDADE

A investigação empírica e teórica tem indicado que a formação territorial da comunidade Utinga Açú ocorreu concomitantemente à ocupação do vale do rio Tocantins e, por conseguinte, do estuário amazônico. Marin (2000) destaca que o século XVIII representa um momento chave na formação do campesinato regional. Isto se deveu à formação dos arranjos familiares relativamente autônomos em decorrência da dissolução dos aldeamentos missionários e do plano de expansão da

agricultura comercial sob os cuidados dos colonos. Este empreendimento possibilitou a criação de estruturas familiares de produção e consumo, bem como impulsionou novos métodos de cultivo. Sobre o avanço do projeto agrícola no estuário amazônico aponta Marin (2002, p. 3).

Na primeira centúria da colonização portuguesa, no estuário do rio Amazonas, a ocupação foi mais dilatada em direção às terras próximas de Belém, então, o principal centro comercial e político. Este espaço experimentou mais acintosamente os desdobramentos da política de povoamento e, em seguida, de fomento agrícola.

E continua,

Vários engenhos e sítios encontravam-se até à distância de oitenta léguas nas terras banhadas pelo rio Moju. As terras baixas do rio Guajará (nome que também recebia o rio Guamá) foram propícias para o cultivo da cana-de-açúcar e estava partilhado por diversos sítios com seus engenhos e engenhocas dedicados à fabricação de açúcar e aguardente. Esta atividade também foi igualmente dominante nos rios Capim e Acará que contavam dezenas de sítios de engenhos e engenhocas (MARIN, 2002, p. 3).

Esse processo de ocupação territorial da ilha apresenta suas marcas na comunidade, seja pela dinâmica de produção, bem como pelas práticas sociais que giram em torno das atividades relacionadas ao rio e às atividades agrícolas. De modo geral, a produção na comunidade está diretamente relacionada com a atividade extrativista (pesca, camarão e açaí), a produção dos roçados para a fabricação da farinha, leguminosas, a produção de cestarias e o manejo do açaí. A relação com o rio possibilitou uma dinâmica intensa de comercialização entre as comunidades, destas com outras ilhas da região e com as cidades de Barcarena e Belém.

À medida que as atividades produtivas foram se ampliando na comunidade, elas revelaram a condição da terra. No período colonial, as terras da ilha de Trambioca foram distribuídas a comerciantes, senhores de engenhos que se estabeleceram na região. No contexto da exploração do látex, a ilha recebeu migrantes nordestinos que ocuparam as terras onde não existia reclame de domínio e outros se tornaram agregados em terras de comerciantes, parentes e conhecidos. De modo geral, trata-se de duas situações: na primeira, ter terra para plantar, estava atrelado a uma relação de confiança, e na maioria das vezes se partilhava o que era produzido. Tal relação na Amazônia é recorrente nas comunidades rurais e apesar de apresentar uma diversidade de nomenclaturas. É predominantemente conhecido como sistema de meição. Já no segundo caso, tratava-se do trabalho “alugado”, pelo qual o agregado

produzia o roçado e recebia uma quantia em dinheiro ou comida. Como nos relata Dona Mundica:

Eles tinham serviço, aí a senhora sabia que eles tinham serviço, tinha roçado pra encoivarar, aí a senhora ia lá pedir um dia de serviço, aí ele dava quantos dias quiser, por quanto durar o serviço. Olha pra senhora ver, que eu fui pra casa do meu irmão, porque, meu irmão casou e ele tinha um trocadinho, que ele trabalhava. Muito trabalhador (Isso já foi quando seu João chegou pra cá). Aí eu com a minha mãe nós trabalhava pra eles, porque meu pai vivia muito doente, aí nós deixava o papai em casa fazendo a comida, nós cortava o cumê, ajeitava tudo, o feijão a carne, tudo pronto pra ele reparar, ele só fazia meter fogo debaixo da panela, e botar água pra amolecer, até nós chegar. Aí quando nós chegava a gente tomava de conta das coisas. Quando era uma hora, uma hora e meia, a gente voltava do serviço, aí chegava em casa umas seis hora da tarde. Aí eu trabalhava pro pai do Paulo (Tio dela), pro senhor pra li, que era o Mauricio, a mamãe empreitava caieira pra tirar carvão, roçado pra capina. Assim, que nós vivia. Nesses aí nós pegava no dinheiro. Do irmão meu a gente só pegava embrulho. Naquele tempo era assim, era 10 mirreis, eu trabalhava 10 mirreis por dia, que dizer que se eu trabalhasse a semana toda, de segunda a sexta 50 mireis, agora desses 50 mireis ele ia pra Belém e vinha ele trazia café, açúcar, arroz. Aí era aqueles embrulho; meio quilo de açúcar. Naquele tempo a agente comprava tudo de meio, meio quilo de açúcar, meio quarto de café, ele comprava meio quilo de arroz, ele comprava um pedacinho de sabão, comprava sal e feijão. A gente repartia até passar a semana. Aí na outra semana, nós tornava a ganhar, agora comprava as outras coisas que faltava, assim que nós vivia. Agora tinha que comprar remédio pra papai, que o papai só vivia doente (Dona Mundica, entrevista realizada em julho de 2021).

Dona Mundica, senhora negra de 83 anos, chegou na comunidade com 6 anos de idade. Oriunda da Comunidade do Cafezal, hoje bairro de Barcarena, nos apresenta como se dava a divisão do trabalho, bem como sua flexibilidade, destoando dos papéis bem definidos entre homens e mulheres, especialmente no trabalho do roçado, no trabalho pago fora da unidade doméstica. Nesse excerto de entrevista observa-se também o consumo de alimentos e as formas de pagamento pelos trabalhos executados.

Dona Mundica ressalta as dificuldades enfrentadas pelas famílias que viviam do trabalho alugado. O pagamento do trabalho alugado se aproxima da relação de aviamento, prática em que o dono da propriedade aviava do armazém interno da propriedade itens para a dieta alimentar das famílias dos trabalhadores, como a carne seca, o querosene e outros produtos de primeira necessidade. O monopólio no fornecimento de produtos a preços altos gerava uma relação de dependência para com o patrão-aviador, uma vez que o consumo deveria ser pago com o trabalho, o que resultava em dívidas permanentes e crescentes. Observa-se a partir desse relato a construção da subordinação camponesa no processo de formação da comunidade. O fato de a terra já ter “dono” impedia que os recém-chegados tomassem posse e

produzisse com autonomia as estratégias de reprodução social da família. Por outro lado, aqueles que conseguiram entrar na terra na condição de posseiros, de certa forma alcançariam a realização da autonomia fundante para a reprodução social camponesa.

Esse terreno nós adquirimos, esse terreno era dos costas, um terreno que tinha dos Costas, foi o tempo que eles foram embora daí aí a gente alugou ele pra trabalhar, nós trabalhava de mutirão né, a gente era 18 o nosso grupo de mutirão, daí nós alugamos esse terreno deles quando chegou na hora a gente comprou deles, foi até a coisa que pagou pra nós e depois a gente pagou pra coisa, pra SUDAM, a SUDAM quando era viva ela que pagou pra nós esse terreno, ela pagou depois nós pagamos pra SUDAM, tinha um cara que trabalhava lá dentro aí arrumou lá, na época foi dois milhão, foi uma cara, eu não tinha nem mulher ainda, faz um tempão, nós compramos esse terreno aí trabalhamos de mutirão durante um tempão depois não deu certo aí nós dividimos cada um ficou um lote de terreno (Júlio, entrevista realizada em julho de 2021).

Nas minhas andanças pela comunidade e mesmo na ilha foram muitas as histórias de compra e venda da terra na primeira metade do século XX, mas não foi possível mergulharmos mais profundamente nessa questão. Inferimos através dos relatos e das conversas que, na virada da primeira metade para a segunda do século XX, as famílias de comerciantes acabaram migrando para Barcarena e mesmo para Belém, e em virtude disso estabeleceram negociações verbais de compra e venda da terra. Soubemos ainda em campo que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM realizou atividades agrícolas na comunidade, garantindo posteriormente que essas famílias permanecessem nessas áreas.

No início do século XX, a composição espacial da comunidade era apresentada por um pequeno número de famílias que se aglomeravam nas proximidades do Igarapé Utinga, constituindo um território onde as águas conduziam as relações tanto com o interno quanto com o externo. “Os antigos são quatro famílias, que são referência aqui” afirma seu Júlio. E continua,

A força do tinga é os Pinheiro, Cardoso, Benjamin e os Carvalho. Foi mais assim, pouca gente que veio de longe, os longe são só os que vão chegando agora depois. Vem uns da ilha, vem de Belém, Abaeté, mas os antigos são essas 4 famílias, são referência (Júlio, entrevista realizada em junho de 2021).

Dona Mundica, nascida na década de 1930, relata a partir das conversas realizada com seus avós sua memória dos primeiros moradores:

O meu avô se mudou para cá pra esse terreno em 1918 (Teodoro Rodrigues Damasceno). Assim minha mãe contava uns eu até conheci, já velhinhos; era um senhor que morava, onde é aquele, esse comerciozinho, bem daqui. A família é do Antônio Espinosa. Ali aonde a gente vai pra igreja, vai bem na beira do igarapé, lá tinha uma senhora que o nome dela era Trindade, essa pouco eu conheci, é ela. Aqui neste lugar, tinha um senhor velho, velhinho, ele se chamava João Pureza. Já ali perto do campo, tinha uma mangueira bonita, lá na beira desse campo era um sítio, na época que eu conheci, lá era onde eles moravam lá o João e o Antônio. Tinha essa casa que é aqui em casa, que é a casa do João Pureza. Bem ali, onde tem aquele comércio, era uma senhora chamado Antônio Espinoza, e lá na frente tinha uma senhora que era escrava, descendente de escravo, era a Maria Vicência. Lá na Frente por dentro desses matos, tinha um senhor chamado Cassiano e, mas o Cassiano, conheci desde pequeno, conheci ele pequeno com a mãe dele. Lá na frente, mas pra frente tinha um outro senhor chamado João Pinheiro (Vó de seu Júlio). Lá pra frente bem lá na frente, lá pros quebrados. Tinha um senhor chamado Silvestre, era os moradores que tinham aqui. Aí depois chegou mais um senhor, chamado José Miguel, negócio de cearense, essas pessoas que vão de arribata, aí arrumaram um lugar lá pra ele fazer uma casa, depois chegou o seu João Inácio, (que era, comprou um pedaço pra lá, esses pessoal comprou um pedaço e pra lá ficou. Meu avô nasceu no Ceará. E minha vó materna era lá das ilhas das onças. Aí ia para o centro, aí no centro só tinha um senhor, que morava lá no fim da estrada, dessa rua aqui e segue pro centro. Lá dentro que era um senhor chamado Vaquim Pinto, era quem tomava conta do terreno ainda, que tinha um pedaço aqui dos Costas. Vaquim tomava conta do terreno, onde eles faziam lenha, muito roçado, abacaxizal, esse homem que tomava conta, ele morava com a família dele. Eles tinham um boi grande e esse boi transportava as coisas de lá do centro até a beira. E justamente, nesse porto que a gente chama cocheira, isso era um porto que embarque e desembarque madeira, porque esse igarapé, ele era muito grande, esse garapé que vinha ali do Tinga, que as canoas grandes, essas canoas grandona, vinha embarcar lenha aqui nesse porto do Utinga, vinham buscar madeira era lenha. Era um porto que embarca e desembarca (Dona Mundica, entrevista realizada em julho de 2021).

Dona Mundica apresenta ainda as memórias da escravidão, do extrativismo da madeira, do corte de seringa, da produção de abacaxi, do transporte no lombo de animais, do uso da canoa e da chegada dos migrantes cearenses que compuseram a segunda leva de moradores da comunidade em meados do século XX. Vislumbra-se ainda na narrativa a importância do porto na dinâmica territorial da comunidade.

Nota-se a partir das entrevistas que o igarapé se apresenta na centralidade da formação da comunidade. Da relação intensa tanto com a várzea quanto com o Igarapé brotaram as histórias que dariam os nomes ao igarapé da comunidade. Seu João Medeiros destaca que,

Esse nome surgiu de dois pescadores, lá na boca do igarapé, lá na nesse igarapé Utinga Açú, tavu pescando esses dois, né. Aí, um puxou um peixe bonito assim, aí um outro dizia, isso é um carauaçú, né? Aí o cara dizia, não! Isso é um caratinga, não! Isso é um carauaçú! Não! Isso é um caratinga. Aí depois chegou um outro e disse, isso é um caratinga, sim! É então é um caratinga, sim. Aí por aí ficou. Aí pegou o caratinga, aí o outro disse que era

carauaçú, aí botaram Utinga Açú. Aí esse nome começou assim (João Medeiros, entrevista realizada em julho de 2021).

Em relatório de pesquisa sobre a Ilha de Trambioca realizado por Oliveira *et al.* (2017) observou-se que o nome da comunidade seria resultado também da conversa entre dois pescadores. Um dos pescadores acreditava que se tratava de um peixe caratinga e o outro questionava que se trata de um peixe carauaçú. A partir dessa discussão, tanto a comunidade quanto o igarapé teriam recebido o nome Utinga Açú como fruto da junção dos nomes dos tipos dos peixes.

Na década de 1950, a comunidade crescia, porém, mantinha-se voltada predominantemente para dentro, apresentando um tempo marcado pelo ritmo do rio e da relação com a natureza. O contato com Belém e Barcarena ocorriam somente por ocasião de uma necessidade, como tratamento de doenças e compra de um produto que não houvesse na comunidade. As negociações comerciais se davam basicamente entre os moradores da comunidade, comerciantes locais e atravessadores, como podemos destacar na entrevista de Joana.

Nesse tempo não era comunidade, era só as localidades que a gente chamava: Barcarena, Tinga açú, Tinga Mirim e que hoje se chama comunidade. A parte que eu morava era bem na beira do rio, aí as pessoas faziam as casas na beira do rio, nos terrenos que tinham, era assim [...]. A vida era assim, era só roçado, pescar camarão, era isso. Naquela época a gente tinha que ir pra Belém de barco de remo, mas era difícil ir. Todo mundo tinha suas canoas, quando não vinha nas canoas que remava, tinha as canoas que vinha com vela, que chamava vela. Olha quando o caboco vinha remando, eu tenho impressão de que o caboco levava umas duas horas, hora e meia remando, porque eles saíam de lá de madrugada pra chegar aqui em Belém de manhã cedo, era muito difícil. Lá encostava navio na beira do rio. Encostava lá no trapiche. Lá nosso comercio era imenso. Eles iam vender negócio de gênero alimentício, pirarucu, peixe salgado, bebidas que era a cachaça, que a gente chamava de água ardente, essas coisas que eles iam vender. Ele comprava das pessoas que sabiam tirar o leite da seringueira. Ele comprava botava nus barril e vinha vender aqui pra Copala, pra Belém. Ele comprava dos moradores da ilha e das outras ilhas, ali de perto da casa, da Ilhas das Onças e de onde vier (Joana, entrevista realizada em junho de 2021).

No excerto de entrevista, Joana faz referência a Comunidade de meados do século XX, quando a relação da ilha e da comunidade com a cidade de Belém ainda era bastante restrita. O percurso de aproximadamente 40 km era feito de barco a remo e envolvia principalmente os homens adultos da família. Isto se devia às condições em que a viagem era realizada, necessitando de braços para o movimento do remo. As idas à capital ocorriam somente nos momentos de muita precisão, por ocasião de

uma doença, procura de um produto não disponível na comunidade e na festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, no segundo domingo do mês de outubro.

Na atualidade, a comunidade é uma das mais densamente povoadas da ilha, contando com aproximadamente 160 famílias e perto de 500 pessoas. O contato com a cidade de Barcarena e Belém é intenso, seja por motivo de trabalho no setor secundário, na comercialização do açaí e das cestas, seja para lazer e compras. De acordo com Oliveira *et al.* (2017), 24 % de uma amostra realizada com 60 pessoas apresentavam vínculo empregatício no Município de Barcarena.

O transporte de Belém à comunidade divide-se em dois momentos, de Belém a Barcarena e de Barcarena a Comunidade. Esses trajetos podem ser realizados tanto pela via fluvial, quanto pela via rodoviária. Na primeira, o trajeto é realizado em 50 minutos em barcas que saem do centro de Belém, de uma em uma hora, doze vezes por dia. O segundo trajeto é realizado de ônibus ou vans que saem do terminal rodoviário e tem a duração de duas horas e meia. O segundo momento de Barcarena até a Comunidade pode ser realizado de duas formas. Pega-se um barco em Barcarena que segue até a rampa de Trambioca, ponto principal de entrada e saída da Ilha e que dá acesso a outras comunidades pela estrada e suas vicinais.

Saindo da rampa, seguimos pela estrada principal da ilha, estrada de Sirituba que dá acesso às 21 comunidades. Esse trajeto leva em média uns 30 minutos. Apesar de existir um ramal que dá acesso direto à Comunidade, as pessoas têm optado pela estrada, uma vez que ele se encontra inviável para transitar, por apresentar-se esburacado, dificultando sobremaneira o acesso por essa via.

Figura 2 - Trajeto cidade de Barcarena Ilha de Trambioca



Foto: Autora.

A outra opção de Barcarena à comunidade é a realização do trajeto em um barco de pequeno porte “Dom Felipe” que leva os moradores de Barcarena, saindo às 6h15 da manhã e retornando à comunidade às 10 horas, num percurso que leva em média 40 minutos. Essa rota é realizada por um morador da comunidade conhecido como “Patinho”. Patinho sai de Barcarena e percorre as laterais da Ilha de Trambioca, seguindo até a boca do Igarapé Utinga Açú e seu encontro com o rio Barcarena.

Figura 3 - Trajeto cidade de Barcarena Ilha de Trambioca



Fonte: Autora.

Vale destacar que o acesso à ilha é realizado através do Rio Mucuruçá, que também é conhecido pela forte influência da maré, o que favorece a formação de microbacias de igarapés, furos e lagos. Importante frisar que o transporte para a ilha vem se diversificando à medida que nos últimos 20 anos a ilha passou a receber intenso fluxo de turistas atraídos pelas praias do local que são mais movimentadas durante o veraneio e contribuem para a circulação da economia local.

A comunidade em seus aspectos produtivos se assenta inicialmente no extrativismo do açaí, na agricultura, particularmente do roçado de mandioca, no cultivo de hortaliças, produção de carvão. Posteriormente aos projetos implantados na comunidade através de parcerias com as empresas, INCRA, e outros, foram sendo inseridas novas culturas e manejo de culturas já existentes tais como o açaí, que atualmente é a principal atividade produtiva local. Além disso, foram introduzidas na comunidade a piscicultura e a avicultura.

O artesanato de cestaria é uma técnica que se consolidou e se desenvolveu de forma particular na comunidade, possuindo um papel fundamental no histórico de formação local e na ampliação da renda das famílias locais. Hoje, a comunidade destaca-se como uma das mais importantes produtoras de cestarias do estado, comercializando para além do Pará, com estados do Paraná e do Amazonas.

Com relação à organização política e social, a comunidade conta com a Associação de Moradores Agricultores e Artesãos de Utinga Açú (AMAUA) que tem como objetivo estabelecer diálogos com instituições que viabilizem o financiamento, a assistência técnica, especialmente agrícola e os projetos de formação profissional na comunidade.

Quanto à infraestrutura, a comunidade conta com um posto de saúde São Vicente de Paula, que oferece consulta médica uma vez por semana e serviços como curativos que são realizados por uma técnica de enfermagem. A comunidade conta também com a presença de um agente de saúde que realiza o acompanhamento das famílias e suas demandas para encaminhamentos e solicitações de serviços médicos. Para acessar outras especialidades, é necessário ir até o posto de saúde localizado no trevo, entre a estrada de Sirituba e Carnapijó da Ilha Trambioca e que funciona apenas pela manhã, com médico todos os dias. Além disso, existe uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que está localizada no Jacarequara (comunidade pertencente à ilha), com a presença de médico todos os dias.

Figura 4 - Posto médico da comunidade Utinga Açú



Fonte: Autora.

A comunidade conta também com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Marilda Nunes, que oferece apenas as séries iniciais (1ª a 4ª séries) do ensino fundamental. Apesar da impossibilidade de dar continuidade aos estudos na comunidade, a conquista da escola significou muito para a comunidade, uma vez que o deslocamento das crianças menores para as escolas em Barcarena é descrito pelos pais como algo difícil e penoso.

Figura 5 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Marilda Nunes



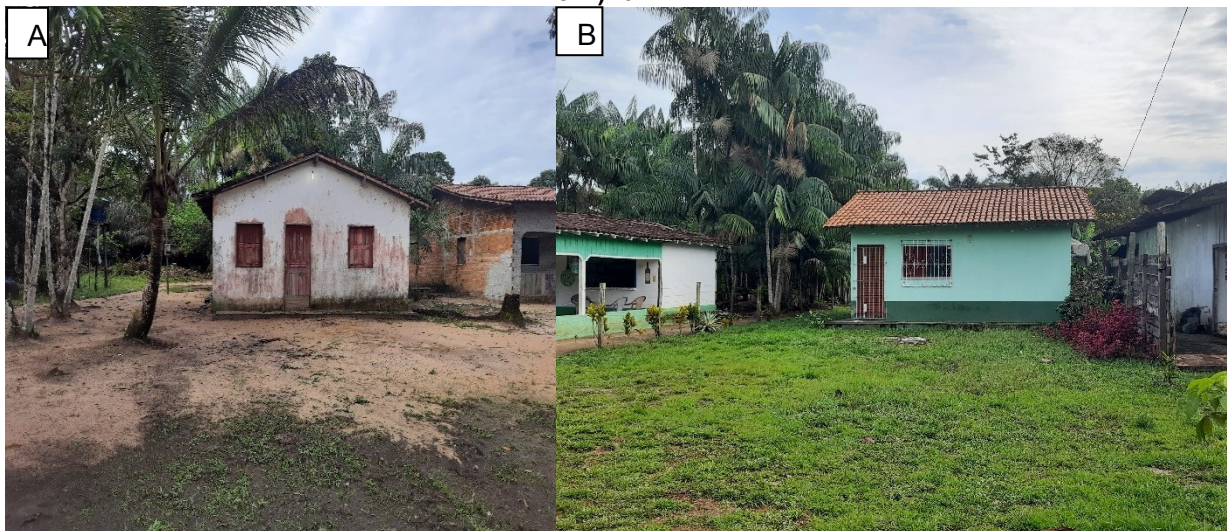
Fonte: Autora.

Hoje, a continuidade da formação escolar daqueles que concluíram as séries iniciais na comunidade depende do deslocamento até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Lourival Campos Cunha, que fica no trevo entre a estrada principal Sirituba e Cuipiranga. Uma das conquistas pontuadas na comunidade é o projeto de ampliação do ensino na escola Lourival, que possibilitou com que os jovens deixassem de ir até Barcarena para concluir o ensino Médio na própria ilha, através da sede de extensão da escola Estadual Ensino Médio José Maria Machado, localizada em Barcarena.

As casas na comunidade são predominantemente de alvenaria, fruto principalmente do programa Minha Casa e Minha Vida do governo federal, que chegou à comunidade em 2006 (primeira demanda quando da criação do Projeto de

Assentamento Agroextrativista-PAE na ilha). A segunda demanda do projeto na ilha chegou dez anos depois, em 2016. Deve-se destacar que no início da formação da comunidade as casas eram feitas de madeiras e cobertas com folha de guarumã. A mudança nas casas resultou das políticas públicas habitacionais, inauguradas no país na primeira década do século XXI, especialmente no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse mesmo período, a comunidade foi beneficiada com o programa Luz Para Todos (2003). A seguir, a figura (6A) apresenta o modelo de casa construído na primeira demanda do projeto. Já a figura (6B) trata-se da segunda demanda.

Figura 6 - Modelo de residência do Projeto Minha Casa Minha Vida construídas no ano A)2006 e B)2017



Fonte: Autora.

O projeto Minha Casa Minha Vida proporcionou melhorias significativas nos espaços de moradia dos ribeirinhos. Soubemos em campo que este projeto viabilizou o retorno de filhos e netos já adultos e com famílias constituídas para a comunidade, uma vez que muitos deles foram agraciados pelo programa. As casas das imagens (6A) e (6B) estão localizadas à margem da estrada, principal via de acesso à entrada e saída da comunidade.

Por entre os caminhos da comunidade (vicinais), nota-se o intenso convívio entre os moradores, como o momento de sociabilidade das crianças, às proximidades das casas, e que perambulam por entre os quintais fazendo da casa sua extensão. As práticas sociais cotidianas se fundamentam especialmente na relação de parentesco e de religiosidade, o que se torna evidente na organização espacial dos sítios.

Observamos que os filhos adultos que formam família constroem suas casas nas proximidades da casa dos pais.

Figura 7 - Crianças brincando ao redor da casa



Fonte: Autora.

Nota-se que há intensa relação de vizinhança e sociabilidade entre as famílias na comunidade, seja nos momentos de oração, nas diferentes congregações religiosas (Deus é Amor, Assembleia de Deus, Quadrangular e a Igreja Católica), seja no futebol, nas festas familiares e religiosas. Esses espaços de convivência materializam os laços de afetividade e pertencimento ao complexo rio-terra-território, configurando-se em muitas situações como espaços de resistência à subordinação e a negação de direitos a que são submetidos os povos do campo e das águas, no processo de acumulação capitalista.

Observou-se durante os trabalhos de campo que uma simples partida de futebol, em um dia de domingo, agrega mulheres, homens de diferentes faixas etárias, crianças e idosos. É na “beira do campo”, como dito na linguagem local, que se formam os grupos, que as conversas fluem, que os romances acontecem, que as crianças se socializam transbordando subjetividades e afetos.

Figura 8 - Domingo de Futebol na comunidade Utinga Açú



Fonte: Autora.

O momento da fabricação das cestarias é também marcado pela intensa sociabilidade inter e intrafamiliar. Observa-se nessa atividade a construção de saberes que atravessam gerações, possibilitando o convívio entre diferentes faixas etárias ao mesmo tempo em que permitem a socialização da criança, a troca de experiência entre os adultos e momentos de descontração, venda de produtos de beleza e bijuterias, entre outros. A produção do artesanato ocorre ora nos quintais, ora na parte frontal da casa de onde se tem uma visão privilegiada dos transeuntes. Como relata a dona Néia, "a gente faz os cestos aqui na frente da casa, e fica apreciando os que ficam passando".

Nos quintais, a criação de pequenos animais, a casa de farinha (retiro), os jiraus – local onde se lava a louça e roupa fora da casa os varais coloridos se misturam com as árvores frutíferas, o fogão de lenha ou carvão, com o canteiro de plantas medicinais e flores, que dão cor e beleza somados ao de sua dona, sorriso de satisfação quando se faz um elogio às suas plantas.

Figura 9 - Dona Guiomar e sua neta



Fonte: Autora.

É também no igarapé e pelo igarapé que se dá a troca de saberes entre as diferentes gerações. É no manuseio do barco, no percurso do rio, que se presencia a troca desses saberes entre as gerações. Evidencia-se aí a importância da experiência, pois andar pelos rios é caminhar por onde os olhos não podem ver. Na Figura 10, Davi de apenas 11 anos é o responsável por guiar a embarcação que foi emprestada do seu avô. Como seu primo Fábio não tinha a “manha” de guiar a embarcação, o avô delegou a responsabilidade ao Davi para guiar o barco.

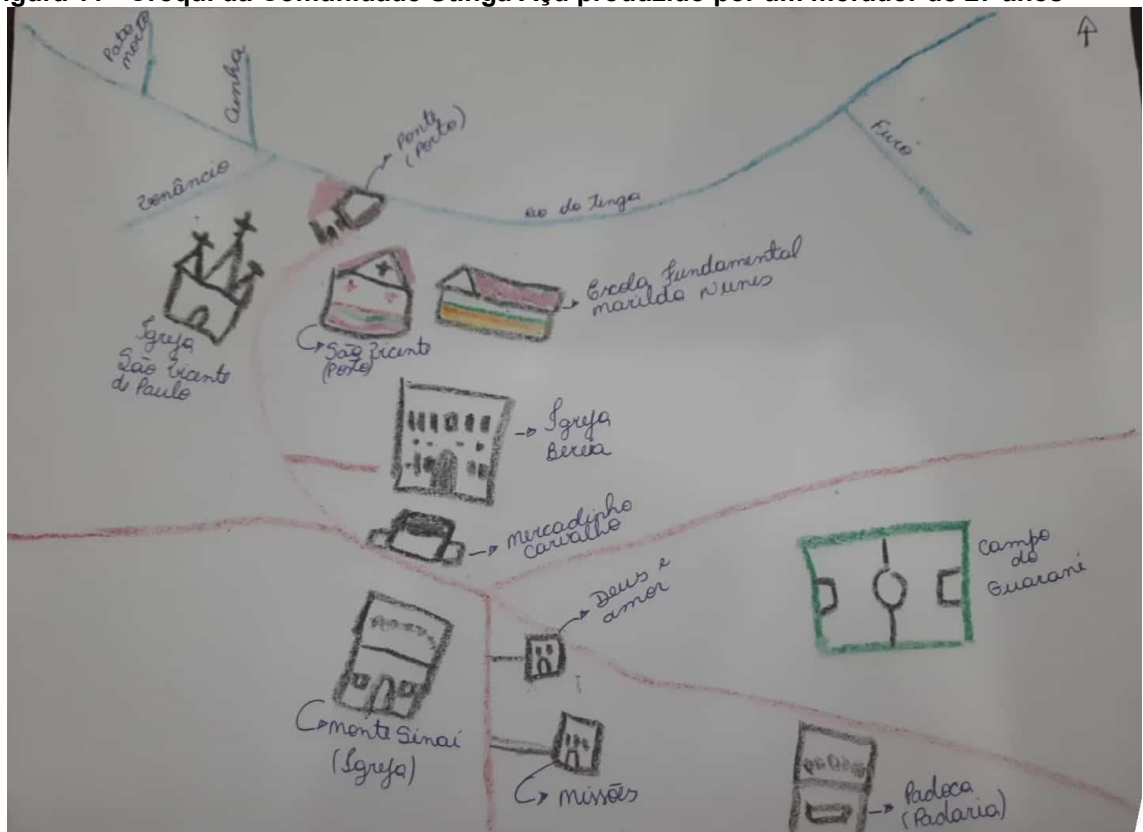
Figura 10 - Momento em que Davi e Fábio percorrem o Igarapé Utinga Açú



Fonte: Autora.

Com relação à religiosidade, a comunidade conta hoje com a igreja católica, cujo Santo Padroeiro é São Vicente de Paula e denominações neopentecostais (Deus é Amor, Assembleia de Deus, Monte Sinai e Quadrangular). Porém, observamos que a igreja católica assume a posição de coordenadora religiosa local e mesmo o coordenador católico ocupa uma posição político-religiosa na comunidade. De modo geral, os moradores apresentam alguma relação de consanguinidade e se relacionam sob a égide do parentesco e da vizinhança. Esta, por sua vez, se entrelaça na dinâmica da natureza e aos saberes e fazeres locais constituindo um ritmo diferenciado ao modo de vida local.

Figura 11 - Croqui da Comunidade Utinga Açú produzido por um morador de 27 anos



Fonte: Autora.

Por esses lados, o tempo se difere do tempo controlado pelo relógio e ou da fábrica, conecta-se bem mais a dinâmica da várzea e a terra-firme, ao extrativismo do açaí, ao tempo de tirar cipó para a cestaria, a hora da maré. São esses tempos-espacos que constituem as práticas sociais presente na comunidade e, por conseguinte, dão o tom das territorialidades que aí se fazem. Vislumbra-se como territorialidade as práticas cotidianas que garantem as condições de vida e trabalho, “[...] na execução de ações que são criadoras da existência material e social e que possuem uma dimensão histórica” (MARIN, 2020, p.121). Olhar a comunidade sob a ótica do território é pensá-la como lócus de “[...] articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões” (SAQUET, 2007, p. 88).

No capítulo seguinte, nos deteremos no processo de regularização fundiária vivido pela Comunidade Utinga Açú, com a formação do Projeto agroextrativista Ilha de Trambioca em 2008. Abordaremos o percurso de luta pela garantia do domínio da terra, desde o fim do século XX, o que culminou em 2005 com a publicação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PRNA), quando os ribeirinhos apareceram nominalmente como beneficiários do programa de reforma agrária. Além disso,

abordaremos as tensões ocorridas na ilha e na comunidade com relação ao formato de regularização fundiária.

Há que se considerar, que a concepção de território para o Estado diverge com relação a concepção de território dos moradores da comunidade e suas territorialidades. O próximo capítulo busca dialogar, sobre os caminhos da luta pelo direito ao território, seu reconhecimento e pertencimento aos moradores da Ilha de Trambioca e da Comunidade de Utinga Açú. Vale ressaltar que a busca pela regularização fundiária, implicou diretamente nas territorialidades já existentes, por isso, perceber essas transformações e dialogar com a partir delas considerando o povo ribeirinho, seu modo de vida, e principalmente sua relação com a terra e a água.

Pretendeu-se também apontar os pontos de tensão ocorrido no processo de discussão sobre a regularização fundiária, especialmente no que tange às implicações dessa mudança para os ribeirinhos da comunidade Utinga Açú.

3 A EMERGÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA E SEU REBATIMENTO NAS COMUNIDADES

A política de assentamentos rurais implementada no Brasil e na Amazônia na segunda metade do século XX nasceu como fruto das mobilizações de luta pela terra que se avolumam no país desde a década de 1950, passando pela ditadura militar e se estendendo por toda a segunda metade do século passado. Porém, é no contexto da redemocratização do país que se inicia um novo período de lutas pela terra no país materializadas na reorganização das Comunidades eclesiais de base (CEBs), nos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e no surgimento de novos movimentos sociais no campo, a exemplo do Movimento Sem-Terra (MST). Trata-se de um novo tempo na luta pela terra, *pari passu* seguido pela “lenta e irregular, implementação de assentamentos rurais em todos os estados da federação”, objetivando acalmar os conflitos, sem qualquer alteração na estrutura agrária brasileira (BERGAMASSO, 1997).

Desta forma, a criação dos assentamentos rurais no contexto da redemocratização do país revela o modelo econômico implementado pelo estado autoritário que priorizou a grande propriedade, mantendo na invisibilidade os povos do campo e a agricultura camponesa. Para Gosh (2020), trata-se de um modelo de reforma agrária característico de um “estado reativo” que não foi capaz de implementar o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que não tinha como objetivo estabelecer zonas prioritárias de reforma agrária, e nem tão pouco implementar o que ficou estabelecido no Estatuto da Terra (BRASIL, Lei nº 4.504, de 30 de abril de 1964).

Ineficiente com relação às alterações na estrutura fundiária, a política de assentamentos rurais proporcionou o surgimento de “manchas territoriais” com elevada concentração de assentamentos, impulsionando trabalhadores rurais a tomarem o caminho da busca pelo sonho da terra para plantar, forjando novas desapropriações e ampliação do número de assentamentos (HEREDIA *et al.*, 2002).

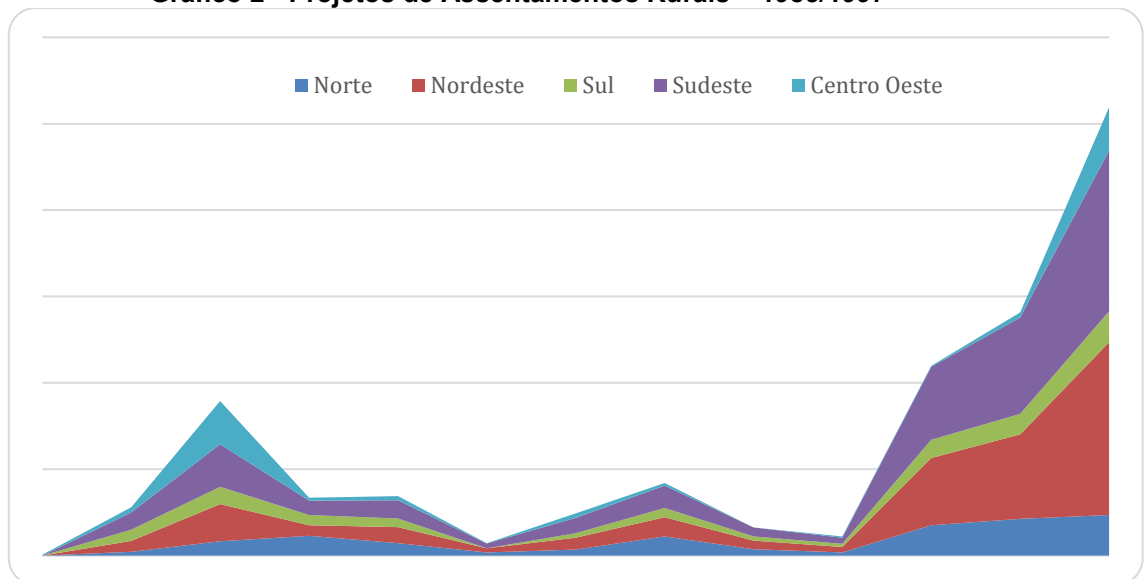
As medidas que resultaram na criação dos assentamentos do período democrático, sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária “massiva”, como exigiam os movimentos de trabalhadores, mas adotadas sob pressão destes, foram potencializadas por uma certa simultaneidade (“pacotes” de desapropriações) e por sua concentração nas regiões em que os movimentos atuavam, mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas. A percepção do sucesso do

caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem na mesma linha, sendo feitas novas desapropriações, adensando-se os assentamentos em determinadas áreas e levando os movimentos a tentar repetir a experiência em outras tantas. Assim foram surgindo “áreas reformadas” a posteriori (HEREDIA *et al.*, 2002, p. 46).

Assim, pode se afirmar que a criação dos assentamentos rurais no Brasil da década de 1980 apresenta uma estreita ligação com a luta dos movimentos sociais no campo, pressionando o estado para que promovesse as desapropriações e a posterior implantação de assentamentos rurais. Conflitos e políticas de assentamentos rurais caminharam lado a lado, materializando a política de Reforma agrária dos anos 1980, que se deu unicamente como resposta do estado ao processo de intensificação dos conflitos no campo.

Nesta direção, Bergamasco e Norder (1996) apontam que a política de assentamentos rurais, por não se tratar de uma política ordenada de garantia de melhorias ao homem do campo, se fez de forma desordenada e conduzida unicamente para a contenção de focos de conflitos, bem como atender interesses políticos e econômicos de ocasião. Vê-se a partir de então a rápida expansão dos assentamentos rurais na região norte e nordeste, como demonstra o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Projetos de Assentamentos Rurais – 1985/1997



Fonte: Adaptado de INCRA (1987).

Com este intuito, continua Bergamasco e Norder, (1996) “[...] a política agrária nacional tentou de forma clara deslocar a luta pela terra para locais mais afastados e desabitados do país, como a região amazônica e, sobretudo, em áreas de fronteira

agrícola”. Tratava-se de atenuar os conflitos, sem atingir o âmago da questão agrária brasileira que se caracteriza desde os tempos coloniais pelo domínio privado e concentrador da terra. Fernandes (2014, p. 4) destaca que a questão agrária tem na sua centralidade o movimento de destruição e recriação das relações capitalistas de produção e camponesas, e que estas advêm da “[...] contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza.”. Isto, por sua vez, não teria um fim na sociedade capitalista.

Na Amazônia, a política de integração nacional atinge diretamente os povos tradicionais e seus territórios, imprimindo ali intenso processo de espoliação e expropriação. Neste ínterim, a escalada dos conflitos torna-se inevitável (NARDER, 1997). Embalado pelo slogan “Terras sem homens para homens sem-terra”, o estado autoritário brasileiro promoveu na Amazônia uma ação coordenada no sentido de conter os conflitos no campo distribuindo terras públicas em territórios tidos como despovoados. Com esse intuito, foi criado em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que empreenderia na região uma política de colonização em detrimento da Reforma Agrária. Reportando-se a Torneau, Bursztyn (2010, p. 114) sublinha que:

O novo órgão assumiu o papel de organizar a política de terras do governo, segundo os critérios vigentes. Por um lado, os focos de tensão fundiária nas áreas de ocupação consolidada – a luta pela terra por pequenos agricultores com ou sem terras – seriam objeto de uma ação governamental coordenada. Por outro, no lugar de promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados (colonização). Esse deslocamento do eixo da política fundiária, com o INCRA agindo, sobretudo, no aspecto “C” (colonização), em detrimento do aspecto “RA” (reforma agrária) é crucial como explicação da dinâmica territorial brasileira desde então.

A política de colonização, configurou-se como um revés à proposta de Reforma Agrária, reclamada pelos povos do campo no contexto da integração nacional e que ganharia corpo nas décadas seguintes. Através da colonização, o estado brasileiro acreditava intervir em duas frentes: seja acomodando os conflitos, seja viabilizando os braços que atenderem às demandas dos grandes empreendimentos que porventura se instalassem na região.

Simultaneamente o governo cria a Rodovia Transamazônica cortando as terras das imensas florestas da Amazônia, e naquele mesmo ano é implantado na cidade de Marabá, o Incra com o Projeto Fundiário (PF) e o

Projeto Integrado de Colonização (PIC). A prioridade foi dada ao Projeto de Colonização às margens da transamazônica, com lotes demarcados a 100.000 hectares para cada colono, destinados na época há mais de duas mil famílias, com casas construídas de madeira em agrovilas e estradas vicinais ao longo da Transamazônica, partindo dos municípios de Itupiranga, Ipixuna, Jacundá, Tucuruí e outros (CARDOSO, 2006, p. 39).

Através de incentivos fiscais, o estado brasileiro atuou diretamente nas áreas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) especialmente no financiamento de projetos agropecuários. Palmeira (2007) destaca que, apesar dos vultosos investimentos, ocorreu baixa rentabilidade dos projetos de assentamentos, que não geraram postos de trabalho e distribuição de renda, como aventado. Como se isso não bastasse, salta aos olhos a transferência do patrimônio fundiário da união, sobretudo na Amazônia legal. Entre os anos de 1970 e a transição democrática,

Um dos mecanismos mais usados para operar essa transferência foram as licitações (os leilões de terras) que beneficiavam, pelo tamanho dos lotes vendidos (500 a 3.000 hectares), pela inexistência de limitações à aquisição de vários lotes por um mesmo grupo e de exigências como aquelas que se antepõem ao reconhecimento de posses, além da própria mecânica dos leilões e de todo o ritual envolvido (editais, projetos, etc.) que excluem os que não têm recursos para cobrir lances e os que não dispõem de recursos financeiros e culturais para sequer entrar na parada, que beneficiavam grandes fazendeiros e grupos econômicos nacionais e estrangeiros interessados na terra como reserva de valor. Dos quase 32 milhões de hectares a que nos referiu os, 12.224.984 hectares foram, assim, incorporados ao estoque de terras da grande propriedade. Curiosamente, essa política generosa de alienação de terras públicas a grupos nacionais e estrangeiros se fez acompanhar de um crescente envolvimento das Forças Armadas com o problema fundiário e com a questão da terra (PALMEIRA, 2007, p. 96).

As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral. De acordo com Loureiro (2005), tratava-se de um verdadeiro estado de exceção a forma como o governo brasileiro atuou para transferir terra pública (devoluta) aos grandes grupos econômicos. Loureiro (2005) destaca ainda que as transformações e conflitos ocorridos na Amazônia no contexto da ditadura tiveram no estado seu principal responsável e articulador.

Além disso, destaca Loureiro (2005, p. 84) “[...] grilagem e conflito converteram-se em práticas no cotidiano da região [...]”, tornando-se peça-chave na apropriação de terras na Amazônia. O estado autoritário não só aceitou a conviver com a grilagem como deu instrumentos legais à Justiça, para legalizá-las e garantir a expulsão dos

posseiros. “A Justiça reconheceu os papéis validados pelas Medidas Provisórias e outros instrumentos de exceção da ditadura, garantindo a expulsão de antigos e legítimos posseiros e estimulando os conflitos e a violência na região”. Coetaneamente à implantação da política de integração nacional, pelo estado brasileiro e seu modelo de desenvolvimento, constituiu-se o avanço do grande capital sobre o território amazônico, ao mesmo tempo em que a escalada de conflitos e tensões cresceu na mesma proporção.

Na centralidade desses conflitos está o território correspondente aos eixos rodoviários, Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230); pontos centrais de atrativos populacionais para a Amazônia no contexto da ditadura. Na maioria das vezes, os migrantes buscavam o acesso à terra no polígono dos castanhais, postos de trabalhos nos grandes empreendimentos amazônicos, financiados ou incentivados pelo governo federal, tais como as barragens de Tucuruí e Balbina, construção das estradas, abertura das minas de Carajás, Pitinga etc., bem como fortuna no garimpo de Serra Pelada (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

No volume 3 do texto, *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, Jean Hébette (2004, p. 151-152) chama atenção para o conflito ocorrido entre camponeses e Eletronorte por ocasião da construção da hidrelétrica de Tucuruí,

Surgiu um conflito muito agudo entre a Eletronorte e os camponeses desalojados que tinham recebido lotes de 50 há em terra muito ruim, em troca de terra de 100 há, e indenizações irrisórias pelas casas e pelas benfeitorias, sendo transferidos para uma área sem água, sem vias de penetração e sem nenhum equipamento coletivo. Tudo isso para o camponês é fundamental porque é isso que constitui seu modo de viver. Para a empresa que raciocina em termos de milhões de metros cúbicos de água e aterro, em milhões de toneladas e concreto e megawatts, tudo isso não tem o menor valor. É apenas sinal de atraso. [...] os camponeses são o refúgio da sociedade capitalista. Para serem ouvidos, precisam se organizar em formas suscetíveis de criar pressões, como está acontecendo.

Para além dos impactos pontuais particulares, Hébette (2004, p. 152) chama atenção para “o impacto global e permanente que se dá pelo encontro e pelo confronto” entre grupos sociais distintos, com organização social, modo de vida e territorialidades também distintas, tornando-se inevitável o conflito. Essa oposição entre o território de vida e território da mercadoria, da morte, ocorre devido ao fato de que,

A reunião dos camponeses numa comunidade rural não é uma reunião passageira em torno de um acontecimento qualquer, que possa ser dissolvida sem maior consequência. É uma reunião em torno de uma forma de organizar

sua produção, em torno de um modo comum de se relacionar com recursos naturais e de explorá-los por meio do seu trabalho (HÉBETTE, 2004, p. 152).

Ao referir-se às comunidades camponesas, Jean Hébette faz alusão a uma diversidade de sujeitos que vão desde agricultores, pescadores e extrativistas vegetais e que compartilham experiências de vida que garantem sua reprodução social, bem como estratégias de luta e resistência na garantia dos seus territórios. No último quartel do século XX, dados da Comissão Pastoral da Terra revelam que foram diversos tipos de violência e conflito identificados no campo, como apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados de conflitos no Brasil entre os anos de 1985 a 2014

Ano	Nº Conflitos	Pessoas	Pessoas assassinadas	Ameaçados de morte	Tentativas de Assassinato
1985	768	405.456			
1986	634	594.448	137	188	
1987	782	1.363.729	154	181	38
1988	680	684.513	102	153	68
1989	566	536.513	65	152	103
1990	448	557.619	79	224	87
1991	426	549.319	54	263	98
1992	433	185.996	46	164	47
1993	545	391.128	52	154	37
1994	485	308.619	47	212	62
1995	554	381.086	41	155	43
1996	750	935.134	54	88	71
1997	736	506.053	30	92	37
1998	1.100	1.139.086	47	89	46
1999	983	706.361	27	92	47
2000	669	444.130	21	82	49
2001	880	532.772	29	132	37
2002	925	421.277	43	245	36
2003	1.690	1.190.578	73	194	55
2004	1.801	1.083.232	39	284	99
2005	1.881	1.021.355	38	266	56
2006	1.657	783.801	39	207	72
2007	1.538	795.391	28	260	66
2008	1.170	502.390	28	90	44
2009	1.184	628.009	25	143	63
2010	1.186	559.401	34	125	55
2011	1.363	600.925	29	347	38
2012	1.364	648.515	36	295	77
2013	1.266	573.118	34	241	15
2014	1.286	817.102	36	182	56

Fonte: Adaptado de Comissão Pastoral da Terra [20--].

Apesar de toda propaganda dos projetos de colonização e, por conseguinte, da existência de “terras livres” na Amazônia, a dimensão do alcance humano e territorial foi bem menor do que se propagou. De acordo com Tourneau, Bursztyn (2010, p.115) aponta que somente 40.000,00 colonos foram instalados na Amazônia Legal, “[...] um

número ínfimo se comparado com o número de camponeses que demandam terra no Brasil.”. Somente no Nordeste havia um montante de 1, 3 milhão de famílias subempregadas e para os quais o estado autoritário teria apontado a Amazônia como “válvula de escape” para aproximadamente 30% delas.

Não se resolveu o problema dos sem-terra, assim como não se tocou na estrutura fundiária da Amazônia. Pelo contrário, os índices mostram a ampliação da concentração, o que demonstra a ineficiência do Estado na condução da política fundiária no contexto do Plano de Integração Nacional. O índice de Gini, nessa década, apontou concentração de terra, sinalizando para o aumento de 0,838 em 1970 a 0,854 em 1978 (BRASIL, 2001).

De acordo com Loureiro (2005, p. 79) os dados fundiários são bastante contundentes quanto à ampliação da concentração de terras na Amazônia. Trata-se de práticas que viabilizaram espoliação, concentração fundiária, conflitos e mortes.

Desde os anos de 1960, tornaram-se comuns certas práticas que ainda hoje ocorrem objetivando a grilagem de terras, tais como: a venda de uma mesma terra a compradores diversos; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; o remembramento de terras às margens das grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já remembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada (LOUREIRO, 2005, p. 77).

Vale frisar que nos idos dos anos de 1960, a Amazônia possuía menos de 2% das terras ocupadas com lavouras e pouco mais da metade delas apresentavam um domínio. Tratava-se, portanto, de terras públicas, livres de titulação, porém ocupadas por “milhares de pequenos posseiros que nelas haviam constituído seu trabalho efetivo (como extrativistas na coleta de frutos, raízes, óleos, resinas e sementes das matas”)), plantavam para o autoconsumo e trocas e eram adeptos da pesca (LOUREIRO, 2005, p.77).

Rapidamente esses números se transformaram, sinalizando para a rápida apropriação privada da terra na Amazônia. Como rebatimento disso, houve o

destaque da região amazônica e do estado do Pará nos noticiários referentes a mortes no campo e violência no campo. Oliveira (2007, p. 138) destaca que “[...] é na lógica contraditória deste rumo que se devem entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil.”.

Assim, o projeto autoritário elaborado para o campo na Amazônia atendia ao capital internacional aliado às elites nacionais e regionais que viam na região a possibilidade de concentrar terra e renda. Desta forma, o aparato estatal se encarregou do fomento institucional, com a criação das empresas rurais, de um sistema nacional de crédito com generosos subsídios, da concessão de incentivos fiscais e da apropriação privada da terra como elementos estruturais desse projeto.

A ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese desse processo violento. A ação deliberada dos aparatos de Estado favoreceu a ação de grileiros, empresas nacionais e internacionais aliançados ao Estado e implicou também nos mecanismos para a sublevação das populações amazônicas, seja nas frentes de empates como ocorrido em Xapuri no Acre e viabilizaram a criação das Reservas Extrativistas - RESEX na década de 1990. Além disso, destaca-se a luta pelos territórios quilombolas, ribeirinhos, dentre outros. Dessa pressão se consolidou a luta pela terra do limiar do século XX, fortalecendo novas identidades.

Sobre o surgimento de novas identidades políticas objetivas em movimentos sociais no final dos anos 1980, Wagner (2004, p. 22) descreve-as como nova estratégia dos movimentos sociais no campo, designando os sujeitos da ação, separando-se da conotação política de campesinato. “Os termos e denominações de uso local politizam-se”. A politização da realidade faz erigir o uso de termos locais “como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefine e são representados na vida cotidiana”.

3.1 O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA E O RECONHECIMENTO POLÍTICO DA LUTA DOS POVOS RIBEIRINHOS

Pode-se afirmar que as bases jurídicas e institucionais para que os ribeirinhos fossem contemplados como beneficiários de programas de reforma agrária estão no I Plano Nacional de Reforma Agrária e na Constituição Federal de 1988, uma vez que esses documentos incorporaram demandas e reivindicações dos movimentos de luta

pela terra anteriores que subsidiaram a implantação das políticas fundiárias direcionadas a estes sujeitos sociais.

Coutinho (2016, p. 34) ressalta que foram esses documentos, fruto do amplo debate sobre a questão agrária brasileira, na década de 1980 (I PNRA - 1985, Carta Magna-1988) que deram os contornos gerais “das políticas que seriam implantadas para as populações ribeirinhas, muito embora, ainda neste momento, o grupo social ainda não se autodefine deste modo”. Estes documentos subsidiaram o INCRA na elaboração de programas e portarias específicas que culminaram com a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), modalidade que atende as comunidades tradicionais e extrativistas.

O autor destaca ainda a mudança institucional da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) como elemento central para a regularização fundiária nas ilhas amazônicas e paraenses:

[...] passando da função meramente arrecadatória, em 2003, para a função social dos bens da União, em que habitação e regularização fundiária constituíam os principais objetivos. Tal mudança criou, juntamente com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, as condições jurídicas e políticas para que as comunidades residentes nas áreas de várzea pudessem ser incluídas nas ações de regularização fundiária instituídas pela SPU, especialmente o Programa Nossa Várzea (COUTINHO, 2016, p. 33).

Por intermédio do INCRA, órgão responsável pela execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária, definiu-se a estratégia de sua implantação. Foram diferentes programas que articulavam a criação dos assentamentos rurais, através da desapropriação por interesse social, a promoção da regularização fundiária que cria as condições para a implantação dos Projetos de assentamento em áreas ribeirinhas. Assim, em 1987, através da Portaria n. 627 do INCRA definiu-se,

Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas.”. Com referência direta ao plano, a portaria considerava “que a preservação do meio-ambiente e o respeito às populações rurais das diferentes regiões compõem, plenamente, a “função social da propriedade”, permitindo a perfeita integração do trinômio homem-propriedade-uso da terra, previsto no Estatuto da Terra”. Como se vê, a portaria aludia ao ambiente e tipo de grupo social ocupante de tais áreas, embora as categorias, ribeirinho, quilombola e outros povos tradicionais não fossem nomeados como passariam a ser posteriormente (COUTINHO, 2016, p. 37).

Ficam claras, como exposto anteriormente, as bases da inclusão dos ribeirinhos nos programas de atendimento aos beneficiários de reforma agrária. Porém, vale destacar que foi somente no cenário de mudanças na estrutura de poder na política nacional e sob a articulação de um amplo esforço coletivo de servidores, técnicos, movimentos sociais e intelectuais que isso se torna política pública, materializada no II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no meio rural. Lançado em 2003, na Conferência da Terra em Brasília. O II PNRA fora apresentado como,

[...] um Programa de Governo e um Projeto para o Brasil Rural que busca retomar a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985 como uma das expressões do projeto de redemocratização do país. Expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero (BRASIL, 2005. p. 8, II PNRA).

O plano previa ainda significativas transformações na dinâmica do campo brasileiro, especialmente no padrão de vida da população, através da garantia do crédito agrícola, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, políticas de comercialização e de agroindustrialização, recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade racial e de gênero. Vê-se, nesse momento, um salto na implantação dos assentamentos agroextrativistas que se espalham por todo o Estado do Pará. Somente na área de jurisdição do INCRA SR-01, foram implantados entre os anos de 2004 e 2016, 298 projetos de assentamentos agroextrativista, com destaque para o Baixo Tocantins, região onde se localiza a área de estudo dessa pesquisa.

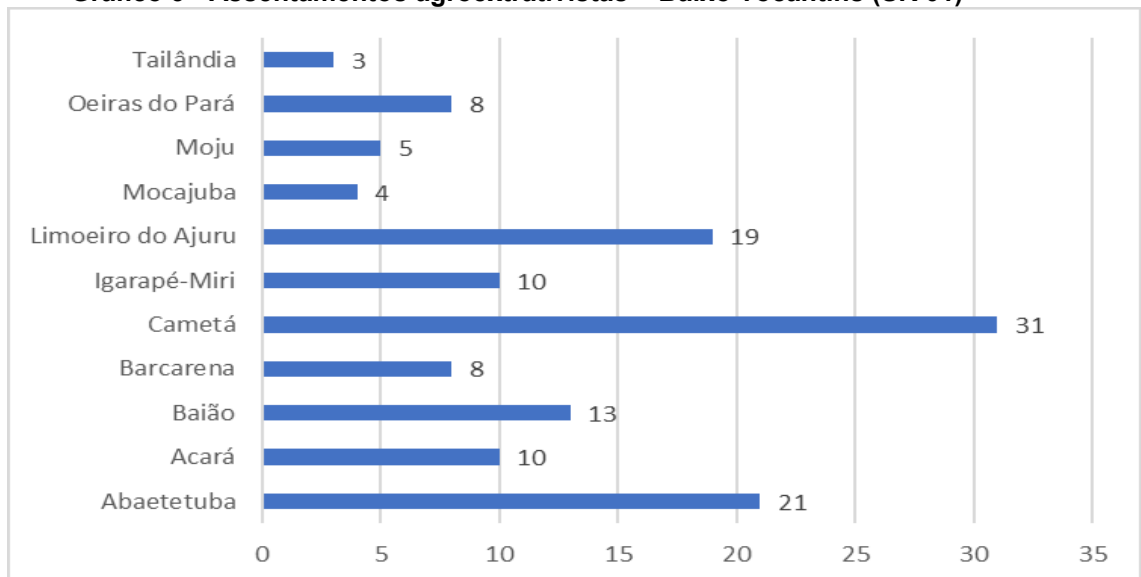
Vale destacar que a inclusão de povos e comunidades tradicionais foi tratada de forma marginal e vagamente aparece nas diretrizes e metas preconizadas pelo II PNRA, lançado em 2003. Isto porque o eixo central da política de reforma agrária gravitava em torno da desapropriação por interesse social como principal instrumento para propiciar a consecução do conceito preconizado no § 1º do art. 1º da Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), ou seja, seria o meio por excelência para modificar os regimes de posse e uso da terra no país, desconcentrando a brutal estrutura fundiária.

No excerto contido no Plano vê-se:

[quanto aos ribeirinhos] O II Plano Nacional de Reforma Agrária reconhece este setor como parte de seu público-alvo e prevê a elaboração e implementação de políticas públicas, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e dirigidas à promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas (BRASIL, II PNRA, 2007, p. 31).

O Plano previa ainda, significativas transformações na dinâmica do campo brasileiro, especialmente no padrão de vida da população, através da garantia do crédito agrícola, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, políticas de comercialização e de agroindustrialização, recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade racial e de gênero. Vê-se nesse momento um salto na implantação dos assentamentos agroextrativistas 6 que se espalham por todo o estado do Pará. Somente na área de jurisdição do INCRA SR-01, foram implantados entre os anos de 2004 a 2016, 298 projetos de assentamentos agroextrativista, com destaque para o Baixo Tocantins, região onde se localiza a área de estudo dessa pesquisa.

Gráfico 3 - Assentamentos agroextrativistas – Baixo Tocantins (SR 01)



Fonte: Adaptado de INCRA (2021).

Na região do Baixo Tocantins, nesse período, foram criados 132 assentamentos. No município de Barcarena, a regularização fundiária avançou para todas as ilhas do município, somando aproximadamente 2.676 famílias. Destaca-se o

PAE Trambioca com o maior número de famílias: 1.059. Entre os anos de 2005 e 2008, todas as ilhas do município passaram pelo processo de regularização fundiária, tornando-se assentamentos agroextrativistas como destaca o Gráfico 3.

Vale interrogarmo-nos como essa demanda se transformou em política pública efetiva, uma vez que historicamente as demandas dos ribeirinhos estiveram marginalizadas e eclipsadas pelos planejadores oficiais? Ocorreu no final do século XX forte engajamento dos ribeirinhos, especialmente dos ocupantes das Ilhas no Pará, na luta pela terra-território. Destacam-se as mobilizações do movimento dos ribeirinhos de Abaetetuba (Moriva), da CPT Guajarina e de outras organizações de igual relevo, conjugadas ao acolhimento das reivindicações por parte da gestão do INCRA/SR-01, que culminou na criação dos primeiros PAE's em 2004. Apesar de processo demoradamente burocratizado, garantiu-se posteriormente à celebração de um termo de cooperação técnica com a SPU em 21 de novembro de 2005. Foi a partir daí que o ritmo de destinação de terras para projetos agroextrativistas caminhou em ritmo acelerado.

Vejamos que se trata de uma modalidade de assentamento que apesar de criado em 1987 e que só se materializa como modelo para a regularização fundiária a partir de 2004, se destacando no Estado do Pará até 2015. Coutinho (2016, p. 46) chama atenção para a gradativa diminuição dessa modalidade de assentamento a partir de 2007, porém cabe destacar que em parte esse argumento é pertinente e a questão principal ainda é bastante controversa.

A principal razão para que nenhum PAE fosse criado no ano de 2007 relacionava-se com a necessidade de atingir a capacidade de famílias atendidas para cada um deles e equipar os 111 PAE's criados nos anos anteriores. Isso incluía avançar na liberação de crédito para os já instalados, bem como executar as demais etapas previstas pelas portarias 268 e 269. Confrontação com a FAEPA e as grandes oligarquias no Marajó (COUTINHO, 2016, p. 46).

Apresentado como “maior plano de reforma agrária da história do Brasil”, o II PNRA se propunha já nos primeiros anos 2005 e 2006 assentar 4.000 mil famílias, garantir a 130 mil famílias o acesso à terra por meio do crédito fundiário, estabilidade na terra através da regularização fundiária a 500 mil famílias. Ao todo seriam 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho no campo.

O plano ganhou destaque pela perspectiva ampla e nova de reforma agrária que se firmaria para além da garantia da terra, nos direitos territoriais. Os discursos

projetavam a partir dessa premissa dar à reforma agrária do II PNRA a perspectiva do etnodesenvolvimento, da construção do território de vida e do reconhecimento da diversidade dos povos do campo, suas culturas e saberes. Nos novos projetos de assentamento, proposto no plano, vislumbra-se combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade (BRASIL, 2005, p.10).

Com esse direcionamento, o plano também ampliou os sujeitos beneficiados pelos programas de reforma agrária, alcançando além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural e outros segmentos da população que habitam os municípios rurais e que não se dedicam às atividades agrícolas.

É neste cenário que se descortinam os ribeirinhos como beneficiários da política de reforma agrária, resultado da luta implementada por estes sujeitos na virada do século XX. Buscava-se encontrar uma saída para a insegurança jurídica a qual estavam submetidos, seus descendentes e seus territórios. Assim, retoricamente, o nascimento do II PNRA se inscreve na perspectiva de um novo modelo de reforma agrária que se ampliaria para além do direito à terra, através do direito, à segurança alimentar, à construção da cidadania e a construção da justiça social.

Foram apresentados nos documentos dez programas, dentre eles, a atenção às populações ribeirinhas, os Novos Assentamento, o Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, a Recuperação dos Assentamentos, o Crédito Fundiário, a Promoção da Igualdade de Gênero na Reforma Agrária, a Titulação e com Apoio ao Etnodesenvolvimento de Áreas Remanescentes de Quilombo, o Reassentamento de não índios ocupantes de terras indígenas, a Reserva Extrativista e Assentamento Floresta, os Atingidos por Barragens e grandes obras de infraestrutura. Esses programas atuariam diretamente na promoção da redução das tensões que alimentam a questão agrária brasileira promovendo assim o campo “como lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e democrática” (BRASIL, II PRNA, 2005, p.7).

Como metas, o Plano previa:

- I-400.000 novas famílias assentadas;
- II -500.000 famílias com posses regularizadas
- III-150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário
- IV-Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
- V-Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
- VI-Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
- VII-Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
- VIII-Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
- IX-Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
- X-Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de XI-comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
- XII-Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reforma agrária (BRASIL, II PRNA 2005, p. 11).

As medidas propostas pelo plano trazem importantes conquistas para os povos do campo. Destacam-se as ações de promoção da igualdade de gênero, a desintração de não índios e titulação dos territórios quilombolas, como destacado abaixo:

- I-Revisão do conceito de propriedade reformável com a inserção de coeficientes de aproveitamento ambiental e trabalhista que também são itens do cumprimento da função social da terra previsto pela Constituição Federal.
- II-Atualização dos índices de definição de improdutividade de terras passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária a ser analisada pelo Conselho de Política Agrícola.
- III-Revisão das normas internas do MDA/INCRA visando a agilizar o processo de obtenção de terras, disciplinar a implantação dos assentamentos e as ações de promoção da igualdade de gênero, de desintração de não índios e a titulação das áreas de remanescentes de quilombolas.
- IV-Estabelecer competência concorrente da União com os Estados e Municípios na propositura de ações discriminatórias.
- V-Estabelecer caráter preferencial das ações discriminatórias em andamento, referentes a domínio ou posse de imóveis situados na área discriminada.
- VI-Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 438/ 2001, já aprovado no Senado Federal e em trâmite na Câmara dos Deputados, que prevê a expropriação para fins de Reforma Agrária das propriedades em que foi comprovada a utilização de trabalho escravo.
- VII-Alterações na Lei Complementar 76/93 que dificultam o processo de desapropriação ou repercutem em aumento dos custos finais da indenização, nos termos do Projeto de Lei Complementar 566/99, que tramita no Senado Federal.
- VIII-Implementação das ações necessárias para que o Estado exproprie as propriedades com plantação de psicotrópicos e as destine para a Reforma Agrária.
- IX-Notificação prévia de ingresso no imóvel particular para efeitos de vistoria por via documental (BRASIL, II PRNA, 2005, p. 13).

Vislumbra-se no II PNRA a trajetória de debate sobre a questão agrária brasileira e a consolidação do papel dos movimentos sociais, especialmente daqueles ligados à questão agrária, mas não somente. A trajetória de luta e mobilizações ocorridas no limiar do século XX culminou com a construção de um plano de reforma agrária que avança em determinados aspectos, porém retrocede em outros. Medeiros (2003) lança como ponto positivo do II PNRA o destaque dado no documento a desapropriação por interesse social: o Imposto Territorial Rural, como valor da terra a ser desapropriada e a penalização aos produtores que descumprirem a função social da terra. Com relação aos retrocessos, Oliveira (2007), diferentemente de Medeiros, chama atenção para a implementação ocorrida com o II PNRA, de uma reforma agrária de mercado, uma vez que a desapropriação foi relegada à condição secundária. Porém, uma questão de debate que ainda permanece sem resposta e diz respeito a como insistir na desapropriação por interesse social como principal instrumento de promoção da reforma agrária na Amazônia, num contexto de aguda apropriação fraudulenta de terras por meio da grilagem?

Na primeira década do século XXI, enquanto o agronegócio acelerava suas ações no campo, via-se no governo do Partido dos Trabalhadores a disputa por perspectivas distintas de reforma agrária. De um lado a perspectiva da política social compensatória auxiliar do Fome Zero e, de outro, “[...] aquela dos movimentos sociais, que veem a reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país.” (OLIVEIRA, 2007, p. 174).

Além disso, destaca Oliveira (2007) que a opção por não fazer a reforma agrária nas áreas de domínio do grande capital acabou por beneficiar o agronegócio. Assim, a reforma agrária do II PNRA estaria, definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país. Aliás, não custa lembrar mais uma vez que, é por isso que a portaria com os novos índices de produtividade dos imóveis rurais, não foi assinada até hoje.

Essa reforma agrária de mercado ampliou a hegemonia do grande capital no campo através do avanço do agronegócio. Oliveira (2007) aponta que o final do século XX e início do século XXI demarcam a mundialização do capital, evidenciado no Brasil através da implantação quase que absoluta das políticas neoliberais que implicaram diretamente na expansão das *commodities* e no crescimento da violência, ampliando as pressões sociais por reforma agrária.

Uma outra crítica desferida ao II PNRA, refere-se a perspectiva da segurança alimentar em detrimento da soberania alimentar. A primeira, refere-se a oferta quantitativa de acesso ao alimento, sem interessar sua procedência e origem. Já a soberania alimentar está relacionada à qualidade e sua origem é fundamental. Assim, a segurança alimentar alimenta a produção de *commodities* e conseqüentemente atua diretamente na ampliação das disputas no campo que geram conflitos, desterritorialização e mortes.

Para além desses aspectos a perspectiva fundiária do II PNRA, tal qual o primeiro, não tocou na estrutura fundiária, mantendo-a concentrada, agora sob forte atuação de grupos econômicos diversos, sobretudo para a produção de grãos, em particular da soja. Outro aspecto a destacar refere-se à flexibilização de regras contra imóveis considerados improdutivos, uma vez que a menor produção desses imóveis os torna invioláveis para fins de desapropriação e reforma agrária.

Neste sentido, aponta Oliveira (2007, p. 145),

A reforma agrária continua a ser uma necessidade estrutural da sociedade brasileira, e um instrumento para corrigir a desigual distribuição da terra e sua retenção improdutiva, descumprindo o preceito constitucional de que a propriedade privada da terra deve cumprir sua função social, como está previsto no artigo 184 da Constituição Federal do país: “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

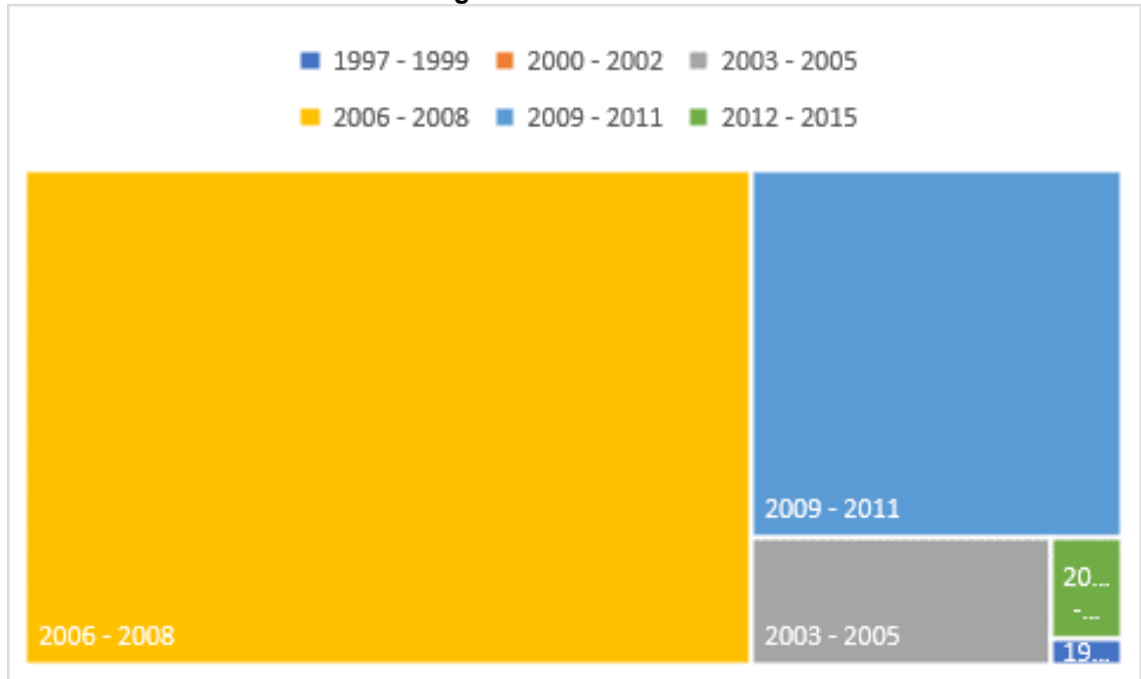
Para além dos avanços e recuos observados no II PNRA, a garantia da estabilidade na terra com regularização fundiária, apresentava-se no limiar do século XX, como uma possibilidade de segurança com relação aos territórios ribeirinhos em meio às incertezas históricas que viviam.

Nós não tínhamos a quem recorrer, não sabia o que fazer, porque a gente não tinha documento nenhum que dava pra nós o direito de viver e trabalhar aqui. Só sabia que aqui nossos pais se criaram e nós fomos fazendo a nossa família aqui, mas o tempo todo a gente sabia que podia acontecer o pior a qualquer momento (Denise, entrevista realizada em julho de 2021).

O debate sobre a insegurança jurídica ganhou espaço na Ilha de Trambioca na virada do século XX para o século XXI, quando os moradores da Ilha, associados a ONGs, pesquisadores, especialmente da UFPA, igrejas ligadas à prelazia de Abaetetuba, começam a debater o tema da “sustentabilidade” e da garantia dos territórios para quem neles vive. Neste momento forjou-se na Amazônia Legal intenso

movimento ribeirinho decisivo para a sua inclusão no II PNRA e que se amplia e solidifica após a sua aprovação no intuito de garantir a segurança territorial jurídica, tão almejada pelos ribeirinhos, o que começa a ocorrer em 2004, com a criação do primeiro assentamento agroextrativista no Pará.

Gráfico 4 - Gráfico de assentamentos agroextrativista criados entre 1997 – 2015 – SR-01



Fonte: Adaptado de INCRA (2021).

O primeiro Projeto de assentamento agroextrativista (PAE) foi criado no ano de 1997, no município de Nova Ipixuna - Pará, denominado de Praia Alta Piranheira. O processo de titulação retornou nos anos 2004. Destaca-se que em 2007 não houve assentamentos criados. Entre 2005 e 2015, a criação de projetos de assentamento agroextrativistas se concentrou na Região Norte e em particular nas regiões das ilhas no Estado do Pará. Nos anos seguintes, a ação do estado se deteve em poucas iniciativas que garantiram crédito, fomento e custeio para essas famílias.

3.2 ENTRE A RESEX E O PAE NA ILHA DE TRAMBIOCA: OS IMPASSES DO PROCESSO

Simonian (2004, p. 64), em estudo realizado na Ilha de Trambioca, destaca que a emergência do debate acerca da regularização fundiária na ilha ocorreu no início do século XXI e expressa os anseios com relação ao abandono a que vivia a população

local no que se refere às ações do poder público. Nos espaços de diálogos promovidos na ilha, com apoio de pesquisadores da UFPA e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, discutia-se a viabilidade da criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), em grande medida ancorados na “preocupação da maior parte local com o futuro do seu território”.

O estudo de Simonian que apresenta a defesa da criação da RESEX acontece no início do ano de 2000, momento em que se ampliam as ações na luta pela regularização fundiária das populações ribeirinhas, especialmente aquelas residentes nas ilhas amazônicas e paraenses. Neste momento, os territórios das ilhas do Pará já apresentavam uma trajetória de luta articulada numa frente que congregava a igreja católica, através das CEBs, a Assembleia de Deus e Sindicatos etc.

Denise Almeida, liderança da Comunidade de Guajará da Costa nos contou em campo sobre o processo de mobilização na Ilha para a análise da proposta apresentada pela pesquisadora.

Tem muitas coisas que eu não consigo lembrar, da daquele processo. Eu particularmente já conseguir acompanhar como se o barco já tivesse andando, né. Eu já consegui acompanhar já... A Ligia já tinha feito o levantamento o livro, tudinho aqui. Era o período que eu não morava aqui. Foi o tempo que eu morei em Ananindeua, depois eu voltei pra cá pra ilha. Então, eu não pude acompanhar essa primeira parte. Aí diante do levantamento da Ligia, que ela fez o livro, tudinho e através do livro fez esse levantamento da ilha em diferentes aspectos; econômico, turístico Tudo, tudo, tudo. Aí depois se pensou com esse material, aí ela sugeriu que haveria uma grande possibilidade de se encaminhar documentalmente esse pedido de Reserva extrativista, para Ilha Trambioca, para o governo... no período que o governo era acessível e que haveria possibilidade dessa Reserva passar. Então, seria um sonho muito grande, porque ela pode conhecer a Ilha, viu o povo e conheceu, e aí ela conheceu e contribuiu muito nessa parte. Aí eu já começo a participar, eu começo a participar já tinha essa discussão, eu não participei dessa reunião quando a Ligia divide, e apresenta o projeto que ela fez, né. Aí ela deixou o livro com a comunidade, deixou o material tudo pronto, e deixou essa deixa (Entrevista realizada em julho de 2021, Denise).

Nessa mesma conversa, percebe-se na fala de Denise Almeida que algumas etapas locais foram estabelecidas para se discutir a possibilidade de criação da RESEX. Neste momento, não havia qualquer menção a criação de um PAE. O contato da profa. Ligia com os moradores da Ilha, bem como a publicização de seu livro, compôs esse primeiro momento das inquietações em torno da possibilidade de criar a RESEX. Formou-se na comunidade um processo de debate marcado pela formação de uma comissão eleitoral para a formação das chapas que estariam à frente do debate. Já no segundo momento, com a comissão já montada, inicia-se o processo

de reuniões com membros da comunidade e os representantes de instituições em diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal), para se elaborar documentos e pensar caminhos para a continuidade do processo.

E aí eu já participei quando já era a formação da comissão né, pra então essa reserva. Eu participei daí pra frente ... é como se o barco tivesse andando, e do meio uma parte a gente entrou, caminhou um pouco e uma parte a gente saiu de novo, e o barco continuou andando. E assim foi. Aí nós participamos eu e o tio Manoel Almeida e mais o João (Seu Batista) que era o atual presidente da associação dos pescadores e a gente teve presente nesse momento. Foi feito, a diretoria. Aí eu entrei nessa parte da Diretoria e aí foi feita a reunião com todas as comunidades da Ilha Trambioca com as lideranças, foi feito na Escola do Trevo ... as maiores reuniões foram feitas na Escola, lá no trevo. Foi lá que a gente compôs uma chapa e lá a gente foi, foi lá que essa chapa foi eleita, pra encaminhar essa tal reserva. Aí foi encaminhada, mediante a apresentação, pras lideranças ... eu lembro que a área da Escola muito cheia ... Muito cheia. Deu bastante gente. Acho que foram duas reuniões que teve, que teve apresentação da chapa, teve eleição né. Aí teve uma outra reunião que foi chamado os poderes Públicos ... só que esse período demorou pra gente, chegar até essa última reunião com os poderes públicos. Foi chamado a câmara a prefeitura, pra estarem nessa reunião lá ... e aliás as lideranças das comunidades também foram chamadas. E aí teve esses encaminhamentos, essas reuniões (Denise, Entrevista realizada em julho de 2021).

E continua,

Aí foi formada essa comissão. Foi eleita. Aí começamos os encaminhamentos, porque como ela foi apresentada de se criar a reserva, aí a gente foi em busca de como encaminhar os documentos, de como fazer os documentos de como fazer o projeto e como encaminhar. Então ficava mais à frente o presidente (Seu Batista) o presidente eleito nessa época. Aí foi eleito o Batista, o Batista era o presidente. O Roberto era o vice. Meu tio era o tesoureiro, Manoel Almeida, eu Denise Andrade era a secretária. E os demais companheiros era o conselho fiscal, que era o conselho deliberativo. (Denise, Entrevista realizada em julho de 2021).

O primeiro momento é impulsionado pela ideia da busca da RESEX, mas durante o percurso dessa construção surgiram alguns impasses. Um deles foi o afastamento de algumas lideranças que estavam compondo a comissão. Esse afastamento se deu após um documento emitido pelo município em que se pontuava que os membros da comissão não deviam ter nenhum vínculo com a prefeitura. Esse momento é marcado por diversas tensões, pois entre os cinco eleitos que ingressaram na comissão, três deles foram afastados, e outras pessoas passaram a ocupar as vagas.

Apesar da defesa da pesquisadora e de grupos sociais envolvidos no debate da regularização fundiária da ilha, a partir do modelo das reservas extrativistas, isso

viria a se modificar, levando à criação do PAE, Ilha de Trambioca, em 2008. O relato de seu Batista é bem elucidativo no que tange a emergência desse debate:

Bom, em 2000 a gente começou a discutir com um grupo de universidade aqui em Barcarena, é, a professora Ligia que coordenava esse grupo de pesquisa daqui. E aí a gente trabalhava com as perspectivas de criar uma reserva extrativista e a gente chegou a trabalhar a trabalhar até 2006 com essa ideia de ter uma reserva extrativista junto do IBAMA. Tivemos a presença do presidente do IBAMA aqui na ilha, tivemos a presença do pessoal do CNPT que agora é o Instituto Chico Mendes, pra que a gente criasse, formalizasse a regularização, a da reserva agro, da reserva extrativista. Mas aí tivemos problemas político, o município era contra o prefeito, os vereadores eram contra, e a gente não tinha força de poder ir em frente com o debate. Fizemos várias assembleias gerais, até de 1000 pessoas presentes nas assembleias nós fizemos, com a presença dos vereadores, representantes do prefeito, representante do INCRA, e da universidade, mas mesmo assim a gente empacou. E aí foi que veio a ideia de se criar o projeto agroextrativista do INCRA, o assentamento seria um PAE. E aí a gente opinou de deixar a ideia da reserva e passar para o PAE, Projeto de assentamento, e a gente conseguiu implantar o primeiro cadastro do INCRA, em 2008. Em 2008 foi feito o levantamento é, socioeconômico, e foi feito todo a regularização de um assentamento, aí veio a equipe do INCRA, o serviço social e fizeram tudo esse acompanhamento junto das famílias (João Batista, entrevista realizada em julho de 2021).

Assim, como o Seu Batista que ocupava a presidência da comissão, Denise também descreve o momento em que a prefeitura de Barcarena interfere diretamente na decisão da Ilha, definindo pela criação do PAE em detrimento da RESEX.,

Nessa discussão já tinha barrado a reserva, não passou. Aí como eles já estavam em contato com o setor do Incra via Estado, aí alguém lá orientou, que ao em vez de ser uma reserva, porque não um PAE? Porque um PAE, era um projeto mais fácil de ser encaminhado, a Ilha Trambioca, tinha um espaço maravilhoso pra se fazer o assentamento, tal e tal e tal. Então poderia se mudar o projeto e aí colocaram tanta Burocracia, se quiséssemos continuar com o processo da reserva. E assim, a gente dependendo muito do rapaz que tinha mais conhecimento, que tinha uma formação mais voltado pra essa área de agricultura, nessa parte dos movimentos sociais e agente se deixou de se levar por aí (Denise, entrevista realizada em julho de 2021).

Essa narrativa marca o segundo momento, no qual o debate de RESEX foi abandonado e passa a ser abordada a possibilidade da criação de um PAE. Duas questões chaves marcam esse momento: o não apoio das organizações públicas municipais e a burocratização dos encaminhamentos, caso as comunidades quisessem seguir com o plano de RESEX. E assim, formados com a mesma comissão, as lideranças continuam as reuniões, porém com o intuito de se pensar a criação do PAE.

Teve as reuniões novamente, na Escola do Trevo, as reuniões grandes, né. Aí eles vieram e apresentaram, o pessoal do INCRA veio, apresentou o que era o PAE, explicando pra população o que era tudinho ... Aí o povo se encantou, aí falaram em ganhar casa, ter casa, ganhar.... Porco pra criar, ganhar galinha pra criar, ganhar tudo pra criar. E foi dessa forma que eles apresentaram. O assentamento tem dinheiro, que o Governo vai ajudar, vai implantar... e vai ter uma casa de graça [...]. Foi feito a reunião com os vereadores aqui, ali dentro da Escola. Aí a gente participou de umas.... nós fomos pra câmara, e eu acho que a gente participou de umas duas reuniões. Eu acho que depois de lá quando a gente foi pra Belém, lá pelo INCRA. Lá que já foi apresentado o PAE, e aí naquele negócio, essa aqui é melhor, aquela ali é melhor (Denise, entrevista realizada em julho de 2021).

Observa-se no excerto de entrevista que o debate em torno da regularização fundiária da ilha se deu em meio ao estabelecimento de uma disputa que envolvia muito mais que os moradores da ilha, articulações que passavam pelo controle da política municipal, estadual e federal. Neste momento o INCRA, através da superintendência SR-01 sediada na capital do estado, se inclinava para a maximizar a regularização fundiária nas ilhas, sob o formato do PAE.

Porém, a criação do Projeto de Assentamento ao invés da Reserva extrativista, não se deve unicamente ao direcionamento dado pelo INCRA, mas contou também com a atuação de outras forças e estruturas de poder interferindo nas negociações. Além disso, apontar essa questão como única seria negar a capacidade de ação e luta dos ribeirinhos da ilha. Assim, vislumbramos que a criação do PAE se revelou a única estratégia possível para driblar os antagonistas históricos dos ribeirinhos, que motivados por cálculo político obstaculizam a proposta de criação da RESEX.

O despertar dos moradores da ilha com relação a regularização fundiária se ancorou na trajetória de lutas e mobilizações das populações do campo que se avolumaram no último quartel do século XX, sendo as comunidades ribeirinhas mais uma das frentes de luta do campo paraense e amazônico.

A história dos municípios do Baixo Tocantins é marcada por vários levantes do campesinato contra as oligarquias agrárias que dominaram a política local. As mobilizações camponesas referentes à posse e ao uso da terra são intensificadas como reação ao projeto latifundializador para Amazônia, intensificado nos governos militares. Além do Anilzinho, neste lócus de luta, surgiu o Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT), também sendo intensa a mobilização do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MUNAM) e pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores de Pesca (MONAPE). Na década de 1990, a mobilização dos camponeses na Região Tocantina organizou acampamentos e ocupações das agências do BASA em Belém e Cametá, conquistou créditos para a pequena produção familiar tradicional na Amazônia, rompendo assim a hegemonia de créditos somente aos latifundiários e às grandes empresas adotados pelas políticas

de desenvolvimento do governo federal para a Amazônia, chamado FNO-Especial38. (MAIA, 2017, p. 58).

E continua,

O fortalecimento político do campesinato tradicional se deu também pela influência da atuação da Igreja Católica no mundo rural amazônico, das comunidades eclesiais de base e da Comissão Pastoral da Terra nos movimentos sociais de luta pela terra na Amazônia. E na região do Baixo Tocantins foi responsável pela formação política das lideranças dos trabalhadores rurais nos sindicatos, associações e colônias de pescadores. Movimentos que, mesmo sob uma tutela conservadora da Igreja, possibilitaram a construção de uma autonomia política dos movimentos sociais, quando, na década de 1990, as lideranças dos trabalhadores rurais assumiram controle do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em Cametá, Abaetetuba e Igarapé-Miri, retirando-o da tutela oficial planejada pela Igreja e pelo governo na década de 1960, fortalecendo assim o movimento sindical camponês (MAIA, 2017. p. 57).

Esse acúmulo de experiências e mobilização culminou com a criação, no município vizinho a Barcarena, em Abaetetuba, “do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), em finais do ano de 2006,” (COUTINHO, 2016). Esta frente de luta avançou também para o município de Barcarena apoiado na igreja católica, em particular, pelos padres e missionários adeptos da Teologia da Libertação. Além disso, destacou-se a atuação de dirigentes locais da Assembleia de Deus, que contribuíram significativamente para esses eventos (COUTINHO, 2016, p. 129).

Em 2003 ocorreu uma marcha dos ribeirinhos para Brasília que culminou com a apresentação da proposta do II PNRA, onde o ribeirinho já configura como beneficiário do programa de reforma agrária, o que não aparecia no I PNRA. De acordo com Coutinho (2016, p. 141) a segunda ida dos ribeirinhos para Brasília no sentido de exercer pressão e reivindicar a regularização fundiária de suas terras, resultou na instalação, no ano seguinte como apresentado [...] dos primeiros PAE's na mesorregião, como mostrado anteriormente. O número de famílias atendidas pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1 - Assentamentos agroextrativistas no município de Barcarena

Nome do PAE	Município	Capacidade de Famílias	Famílias atendidas	Data de Criação
Pae Ilha Arapari	Barcarena	120	95	06/09/2006
Pae Ilha Urubuoca	Barcarena	44	44	06/09/2006
Pae Ilha Longa	Barcarena	20	15	06/09/2006
Pae Ilha Mucura	Barcarena	80	71	06/09/2006
Pae Ilha São Mateus	Barcarena	220	216	06/09/2006

Nome do PAE	Município	Capacidade de Famílias	Famílias atendidas	Data de Criação
Pae Ilha Arapiranga	Barcarena	355	354	28/11/2005
Pae Ilha Trambioca	Barcarena	1059	1059	30/12/2008
Pae Ilha das Onças	Barcarena	1000	822	28/11/2005

Fonte: Adaptado de INCRA (2021).

Durante as visitas de campo, em conversa com famílias e com lideranças da Ilha de Trambioca percebe-se que os debates e o processo da titulação se deram de maneira particular em cada ilha. A Ilha de Trambioca teve sua particularidade devido ao estudo realizado pela Universidade Federal do Pará, no qual surgiu a possibilidade de se debater o processo de construção de uma Reserva Extrativista (RESEX). Porém, com o passar do tempo, passa-se a refletir sobre a possibilidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Iremos nos debruçar sobre esse processo e suas particularidades no próximo tópico, porém, busca-se de antemão compreender a diferenciação das modalidades que estiveram presente no processo até a chegada da atual situação.

Quadro 2 - Caracterização das modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra, PAE e RESEX

Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Reservas Extrativistas (RESEX)
<ul style="list-style-type: none"> ● Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ● Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; ● Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; ● Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; ● Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; ● Atividades ambientalmente diferenciadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas (Resex) como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; ● A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambientais federal ou estadual quando da criação das RESEX.

Fonte: INCRA (2021).

As modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA, apresentadas no Quadro 2, possuem propostas distintas, que se entrelaçam com sonhos pessoais de algumas lideranças locais. Isso faz com que se projetem dois momentos para a chegada e decisão do processo de titulação da ilha como Projeto de Assentamento

Agroextrativista. Por isso, dialogar sobre o reatamento entre a criação do assentamento e seus processos, se faz necessário.

Sobre a discussão em torno de qual modalidade realizar a regularização fundiária, destaca Denise,

O que eu lembro o que mais se falava da Reserva Extrativista era a manutenção da nossa Flora e da nossa Fauna, que se fosse implantada a reserva na Ilha Trambioca, ninguém meteria a mão [...], mas a gente teria o espaço e que o Governo inverteria em trilhas ecológicas, na preservação das caças, na preservação da madeira. Então seria proibido que a própria população desmatasse descontroladamente ... as madeiras. Que tirassem a madeira de lei, é que na construção desse processo da reserva, nos discursos, eu lembro que se falava muito que a própria população da Ilha, destruía e desmatava e degradava, essa parte era muito falada, então eu lembro que nas discussões da reserva se discutia isso. Eu lembro que meu tio já era um senhor que fazia esse processo no sítio dele, ele não queimava. Os sacos plásticos ele recolhia, ele não deixava nada de sujeira plástica na área dele, o cultivo de produto dele era mais natural. O adubo se ele usasse alguma coisa, era as folhas secas, os troncos que ele jogava no pé da planta ... os animaizinhos assim, ele não gostava de caças pra deixar a cutia, a paca, pra eles terem acesso ao quintal, essas coisas. Eu lembro que era essa discussão pra reserva, eram esses cuidados. Onde a gente teria respaldo do Governo, pra gente ser um espaço, onde as pessoas viessem visitar, que a gente pudesse montar trilha no nosso terreno, amparado pelo governo ... eu lembro (risos) que a gente pudesse registrar os tipos de madeiras florestais, era mais ou menos isso. Quando se falava em reserva, não se relacionava com a construção de casas, isso já se passou a falar depois que o PAE, foi implantado (Denise, entrevista realizada em julho, 2021).

E continua,

Na discussão da Reserva, que era a RESEX. Até algumas pessoas, algumas pessoas assim, “A agora a gente não vai poder tirar nossa madeira tal ... tal ...tal”. Porque eram algumas pessoas que eram a favor, e que não tinham aquele cuidado, aquele pensamento de cuidar. E aqui dentro da Ilha a gente tem as famílias que trabalham com a questão de madeiras, com cortes com motosserra, vive disse. Então tinham até um pensamento contrário, em relação a reserva que falavam “a então não vou poder cortar mais, como vou sobreviver” (Denise, entrevista realizada em julho, 2021).

Denise ao referir-se a certos questionamentos presentes nas falas de moradores da Ilha no contexto da regularização, enfatiza especialmente as tensões em torno do uso da terra, a partir das práticas de produção e extrativismo existentes na Ilha. Em meio a esse questionamento chama atenção para a questão agrária e sua corolária a concentração fundiária e a necessidade de se reconhecer a diversidade e especificidade dos povos do campo trazendo à tona as diferentes práticas sociais constituídas nesse território, ou seja, as territorialidades. Uma ilha, com mais de vinte comunidades, certamente apresentará formas diversas de ser e de viver nela, uma vez que,

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2007, p. 129).

Esse reconhecimento, parte do diálogo interno, entre esses sujeitos, que integram este território, conceito esse entendido como, “Lugar de relações sociais; de conexões e redes de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir.” (SAQUET, 2007, p. 118).

Ou seja, a partir do território, e as relações construídas, configura-se territorialidades que para Saquet (2007) resultam em uma relação de território-rede-lugar, e assim, a partir desse tríplice relação, potencializa-se uma territorialidade de estratégias de organização política e de luta por desenvolvimento. A territorialidade, por sua vez, carrega uma concepção de caráter político, de “[...] organização societal e territorial, na busca da transformação com mais justiça social, tentando potencializar a autogestão, a recuperação, e a preservação ambiental” (SAQUET, 2007, p. 129).

3.3 A CRIAÇÃO DO PAE¹ TRAMBIOCA E SEU REBATIMENTO NA COMUNIDADE UTINGA AÇU

O projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha de Trambioca criado em 30 de dezembro de 2008, por meio da portaria INCRA/SR-01/Nº 95, possui uma área de 7.594,3210, e reúne 1.059 famílias, distribuídas em 21 comunidades, como destacadas no capítulo I.

Em 2009, um ano após a criação do projeto, foi publicado o plano de uso do Assentamento. Este contou, para sua elaboração, com a parceria dos Beneficiários, Associação do PAE, INCRA, EMBRAPA, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores de Barcarena. O Plano tem por objetivo assegurar a sustentabilidade

¹ O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento rural constituído por meio da obtenção de terras pela União e implantado pelo INCRA. Esta se constituiu na principal política de acesso à terra que atende à população ribeirinha e quilombola no Pará a instalação desta modalidade de assentamento na região das ilhas.

do projeto de assentamento agroextrativista PAE ILHA TRAMBIOCA, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais. Destaca-se no plano,

A relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como os demais procedimentos que devem ser seguidos para cumprir a legislação brasileira referente ao meio ambiente. Assim, este PAE deve ter tratamento semelhante às Unidades de Conservação de Uso Sustentável” (Plano de uso do PAE Ilha de Trambioca, 2009, p. 2).

Além disso, o plano apresenta-se como uma espécie de guia a ser seguido pelos moradores,

Para que realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social. O conceito de “sustentabilidade” é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade. (Plano de uso do PAE Ilha de Trambioca, 2009, p. 2).

E continua,

A sobrevivência dos moradores do PAE ILHA TRAMBIOCA será baseada na tradicional combinação de fontes produtivas que não destruam as bases ecológicas da produção e assim permitam sua manutenção ao longo dos anos. Entre as distintas atividades produtivas dos moradores encontram-se práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca. A particular combinação dessas atividades depende, tanto das possibilidades ecológicas oferecidas pelo meio natural, quanto da criatividade e interesse individual do produtor local. 5. Este PAE deve conter planos, projetos e programas econômicos que contemplem a geração de renda mediante fontes não AGROEXTRATIVISTAS, como parte de uma estratégia de diversificação dessas fontes. Isto pode incluir programas de turismo administrados pela associação, buscando parcerias quando for necessário, e acompanhando as atividades de pesquisas científicas e biotecnológicas realizadas na área.

Sobre os direitos com relação a possíveis descobertas de potencial econômico no PAE, deverá ser formalizado através de convênios entre a associação e os pesquisadores e/ou empresas responsáveis pela pesquisa uma taxa de *royalties* que os beneficiários deveriam receber com a comercialização dos resultados gerados da descoberta.

A execução do plano é de obrigação de todos, porém a resolução de problemas deve atentar para a hierarquia estabelecida no plano:

- a) representantes de Núcleos Comunitários;
- b) Conselho Deliberativo da Associação;
- c) Assembleia Geral;

4) INCRA e GRPU que terá na comissão eleita pela associação sua fiscalização.

Com relação a terra,

I- Não há títulos individuais de terra, mas concessões de uso que legalizam a ocupação tradicional dos moradores em “propriedades”. Conseqüentemente, comercialização de terras com pessoas estranhas ao projeto é proibida, sendo que a cessão de benfeitorias entre os beneficiários poderá ocorrer, desde que com a intermediação da associação;

II- A delimitação das áreas (extremas) serão definidas obedecendo os limites de respeito estabelecidos pelos moradores da ilha, espaço este de usufruto do beneficiário no projeto, denominados pela comunidade local “propriedades”;

III- A concessão de uso feita aos moradores pelo INCRA e GRPU é exclusiva. Qualquer intervenção dentro do PAE de pessoas estranhas à área deve contar com a autorização explícita da associação e do INCRA e em conformidade com este plano de uso;

IV- A associação, junto com o INCRA e outras instâncias governamentais e não governamentais, terá a responsabilidade de elaborar projetos e programas de desenvolvimento produtivos que visem o fomento de novas fontes produtivas e que promovam o constante aperfeiçoamento da estratégia produtiva global para o PAE;

V- As áreas de uso comum como rios, lagos, praias e barrancos, serão utilizados pelos beneficiários do projeto, respeitando a legislação ambiental, ficando a associação com a responsabilidade de resolver os problemas que venham a existir entre os moradores;

VI- As nascentes, bem como as margens dos rios, lagos, igarapés e córregos, serão protegidas de derrubadas, obedecendo a distância de acordo com a legislação ambiental em vigor;

VII- Os caminhos e varadouros serão conservados por todos que os utilizam, sendo permitida a abertura de novas vias de acesso, somente para atender ao escoamento da produção e facilitar o deslocamento dos habitantes da ilha com a expressa autorização do conselho deliberativo da associação, e dos órgãos ambientais competentes;

VIII- Fica proibida a aquisição de implementos agrícolas, extrativos, de pesca e assemelhados, oriundos da concessão de empréstimo do programa de reforma agrária, relacionados com a degradação do meio ambiente (Plano de uso do PAE Ilha de Trambioca, p. 2).

Com relação às intervenções agroextrativistas, define o plano:

I- Cada família praticará as atividades AGROEXTRATIVISTAS na sua “propriedade”, mesmo que estas sejam descontínuas, respeitando os costumes e tradição, e envolva a força de trabalho familiar;

II- As famílias, ao receberem sua concessão ou autorização de uso, ficam responsáveis pela conservação e manutenção de suas “propriedades”, devendo desenvolver atividades que visem aumentar, quantitativa e qualitativamente, o potencial produtivo da área, através de: a) limpeza e conservação varadouros, rios, lagos e furos; b) construção de paióis, armazéns, trapiches, dentre outros; c) plantios de espécies adaptadas a exemplo dos sistemas agroflorestais (SAF).d) Aperfeiçoamento da pesca do camarão e outras espécies de acordo com a legislação vigente;

III- Fica permitido ao morador do PAE a extração de madeira de Lei existente em sua “propriedade”, desde que seja avaliado por técnicos a condição de

corde, e que o destino seja para atividades pouco exigentes em madeira a exemplo de cercas, trapiches, pontes, canoas, dentre outras;

IV- Exploração dos açazais com vistas à produção de palmito será feita de forma sustentável. Para garantir que os açazais não se degradem, os moradores que exploram estas atividades devem elaborar e apresentar um plano de manejo sustentado;

V- A exploração dos açazais de igapós para a produção de vinho e palmito, e de outras espécies de valor econômico em áreas comuns (fora das “propriedades”) dar-se-á mediante acordo entre os moradores que venham trabalhando na limpeza dos canais, ficando os mesmos obrigados a cumprir o projeto de manejo;

VI- A exploração extrativa de produtos florestais será de responsabilidade das famílias envolvidas, sendo a exploração de acordo com a legislação ambiental;

VII- A exploração de resinas, óleos, essências, ou qualquer outra substância com valor comercial, tradicionalmente utilizados, fica condicionada a realização de VIII-estudos técnicos de forma a garantir a exploração sustentável destes produtos;

IX- Os moradores do PAE ILHA TRAMBIOCA poderão utilizar áreas para produzir alimentos, respeitando sempre os limites da área da ‘propriedade’ com o propósito de garantir segurança alimentar. As culturas devem ser adaptadas ao meio físico da ilha, devendo-se evitar culturas exóticas;

X- Intervenções agrícolas devem manter distâncias dos corpos d’água de acordo com a legislação ambiental, evitando-se locais onde existam espécies nativas de reconhecido valor econômico (Plano de uso do PAE Ilha de Trambioça, 2009, p. 5).

Com relação à intervenção na fauna:

I- Fica terminantemente proibida qualquer intervenção que resulte na captura de animais silvestre no PAE ILHA TRAMBIOCA para comercialização, da mesma forma que é proibido aprisionar aves silvestres, filhotes e a acata de ovos;

II- A pesca para a alimentação familiar, bem como para comercialização entre os moradores do assentamento é permitida, conforme os critérios adotados nos acordos, devendo-se atender à legislação ambiental quanto ao período, forma e equipamento;

III- A associação promoverá no PAE ILHA TRAMBIOCA eventos periódicos com a participação da Colônia de Pescadores Z-15, para esclarecimento sobre a legislação pesqueira;

IV- Fica proibida a pesca, caça e extrativismo por pessoas estranhas ao projeto. 32. E proibida a pesca com explosivos e malhadeiras acima de 20 (vinte) metros de comprimento, e o uso de malha inferior a 0,35 cm, ou através de tapagem de igarapés, limpeza de poços, baticao, arrastão ou com o uso do timbó, cunambiassacu ou qualquer outra substância tóxica natural ou química (Plano de uso do PAE Ilha de Trambioça, 2009, p. 6).

Com relação à criação de animais, ficou definido no plano que será incentivada a criação desde que se utilize técnicas apropriadas, respeitando a relação de vizinhança e o ideário de sustentabilidade. Proibiu-se a criação de animais de grande porte tais como bovinos e bubalinos. Já a criação de porcos deveria obedecer às

condições de manejo pré-estabelecido, como o confinamento em cercados, a fim de evitar danos nas propriedades vizinhas, especialmente nas áreas de cultivo.

Ficou proibida também no PAE Ilha de Trambioca a atividade de extração de minérios, excetuando-se aquelas de interesse do Governo Federal. Além disso, proibiu-se a instalação de empreendimento industrial, a exemplo de olaria e serraria, cuja matéria-prima seja o recurso natural da ilha, com a exceção da extração de barro e areia para a construção civil com exclusividade dos habitantes do PAE, para uso na “propriedade”. A comercialização ficou, expressamente, proibida.

Seu Batista relata sobre as mudanças ocorridas na comunidade Utinga Acu com a criação do projeto de assentamento.

Antes do assentamento, a Ilha Trambioca era muito mais pobre do que é, poucas pessoas tinham casas dignas pra sobreviver, pra morar, parte era casas de palha, e assoalho de açazeiro, chão, chão mesmo, terra batida, e hoje não, hoje você não vê nem uma casa dessas aqui dentro da ilha, você já vê as pessoas em casas de madeira, que eles vive na beira do rio é de madeira, mas os que vive em terra firme todos são casas de alvenaria, cê num encontra mais casas de madeira aqui nas comunidades da Ilha Trambioca em terra firme, todas são de alvenaria. Então mudou muito isso. A outra coisa, a gente não tinha ramais, tinha caminhos, aí com o assentamento hoje você tem todas as comunidades, hoje você vai de carro, vai de moto, vai de bicicleta. Tinha algumas comunidades aqui na ilha que a gente só chegava através de barco, como a gente fosse pro farol, ou fosse pro arrozal, essas comunidades tinham que ir de barco que não tinha como ir por terra. Agora não, você vai de carro, vai de barco, de moto, de pé, mas você vai, porque os ramais foram abertos e foi com recurso do INCRA (Batista, Entrevista realizada em julho, 2021).

Seu Batista destaca as conquistas garantidas com a criação do assentamento, ressaltando especialmente os projetos de infraestrutura que viabilizaram a abertura dos ramais e das vias de acesso à comunidade. A implantação do PAE também foi marcada pelas inquietações em torno da questão da terra. Vislumbra-se na fala de seu Batista a preocupação com a possibilidade de comercialização da terra, e a entrada de estranhos na comunidade.

A gente discute muito no movimento social, tanto através dos sindicatos quanto através da CPT, da comissão pastoral da terra, como do conselho regional dos seringueiros, que a gente tinha discutido juntos também, a gente acha mais é, viável você ter uma documentação coletiva, em que uma associação ou uma ONG coordene a propriedade para os beneficiados, então é mais difícil você ter uma área sendo negociada, mesmo por um vizinho, sendo vendida sendo invadida. Porque ali é de todos é da comunidade no geral, mas é difícil esse debate no congresso, é os deputados que faz as leis é os senadores que faz as leis e lá as leis são feitas de acordo com o que eles acha que devem, então é, ainda, você pode ter uma associação com um

título definitivo em nome dela, mas os moradores eles são livres pra ter cada um o seu individual. E aí é o que acontece aqui na Ilha Trambioca, então cada um que precisa vai lá e pega, pega o CCU, pega o aquele que gerencia o mapa como é que a gente chama pra ele? O CAR, é um CAR só do assentamento, mas cada um pode ter uma cópia. Cada morador pode ter uma cópia. Ela é geral” (Batista, Entrevista realizada em julho, 2021).

Observa-se na fala, que a terra é pensada como terra de todos, território de vida, e de garantia do modo de vida e das gerações futuras. Essa preocupação com a invasão e mesmo com mudanças na legislação brasileira, os preocupam e os colocam em alerta no sentido de ampliar a margem de segurança com relação ao domínio da terra.

A implementação do projeto na comunidade viabilizou a construção das casas em alvenaria, alterando o padrão das moradias que eram até 2008 predominantemente de madeira e ou de enchimento de barro coberto de folhagem de guarumã. O projeto das casas de alvenaria foi o primeiro e grande impacto na vida dos moradores, “quando construímos as casas a gente viu o que estava acontecendo, a gente começou a ver mudanças na comunidade” (Batista, Entrevista realizada em julho de 2021).

Nós fizemos 450 famílias beneficiadas logo com casa, logo a seguida com o fomento, pra comprar geladeira, pra comprar o motor, rabetá, pra comprar material de pesca, material agrícola, então esse dinheiro era pra isso. Isso foi em 2010. Depois, também em 2010 a gente conseguiu o segundo cadastro pras famílias que tinha ficado de fora, aí nós atingimos no geral de pessoas cadastradas em RB, dentro do INCRA, é, 1059, aí nós ampliamos mais um pouco de famílias com questão de habitação (Batista, Entrevista realizada em julho de 2021).

Em 2010, a totalidade das famílias da comunidade Utinga Açú foram atendidas e tiveram acesso a casa, através do Projeto Minha Casa, Minha Vida (a construção das casas se deu a partir do Crédito Instalação do INCRA). Somente em 2013 é que essa competência foi retirada do INCRA e transferida para o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (no âmbito do Minha Casa, Minha Vida). Depois, o fomento que garantiu a compra do material de trabalho, para a pesca, material para o trabalho na roça, para retirar o cipó, foi fundamental para a forma como os moradores passaram a se enxergar. Viu-se mudança significativa na forma de conceber e de organizar a comunidade. Neste momento, a organização local girava em torno da associação e das possibilidades que isso garantia através das negociações junto ao INCRA.

Neste mesmo ano as famílias foram contempladas com o Programa Luz para Todos. Com este projeto, os moradores puderam adquirir eletrodomésticos, como geladeira, micro-ondas e outros. A referida política pública é apresentada pelos moradores como a possibilidade de se alimentar melhor, pela possibilidade de armazenar comida. Assim, possibilitou a compra dos aparelhos telefônicos que permite agilidade no contato com a cidade seja para atividades comerciais e ou assuntos familiares.

Em 2011 foi criado o Projeto Bolsa Verde, Programa do Governo federal acoplado ao programa Brasil Sem Miséria. Coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA), o Bolsa Verde foi classificado como um programa de transferência de renda por meio da conservação ambiental. Como objetivos, a bolsa se propunha a promover a cidadania através da elevação da renda da população que vive em áreas de importância ambiental, incentivar a conservação dos ecossistemas e garantir a manutenção da cobertura vegetal. Na comunidade Utinga Açú, dez por cento da comunidade teve acesso a essa bolsa, que correspondia ao pagamento pelo governo federal de R \$300,00 (trezentos reais) mensais. A duração desse projeto foi curta, aproximadamente um ano. “Assim como o projeto começou ele terminou, deixando pra gente a certeza de que essas coisas aqui nunca dura”, afirma dona Néia (Entrevista realizada em julho de 2021).

A partir de 2015, verifica-se uma estagnação das atividades desenvolvidas promovidas pelo INCRA na comunidade. Observamos em campo que projetos foram abandonados e permaneceram inacabados, a exemplo da construção das casas, que não atendeu à comunidade e nem à ilha como um todo. Sobre a questão relata seu Batista:

Hoje nós temos é o projeto parado, mas que conseguimos fazer 700 casas aqui dentro da ilha, essas casas aqui que tu vê tão padronizadas, tu pode ver que elas são do projeto do INCRA, e desses aí a gente conseguiu também chegar o apoio, o crédito apoio, que agora é o crédito instalação. Então, o crédito instalação em si só foi 180, o restante foi lá atrás no crédito apoio, então hoje a gente tá parado nesse governo Bolsonaro, na verdade a gente parou lá dois anos mais atrás com o governo do Temer, até com a Dilma a gente desenvolveu ainda, mas depois a Dilma parou e o Temer pelo meno não acabo né, mas hoje o INCRA realmente não tem nada. Eu tive no INCRA ontem e vou voltar porque o superintendente lá não tava lá, o coronel Lio, aí tá querendo uma audiência com a gente dos assentamento. Eu vou ver o qual é o assunto da reunião, tá falando em regularização fundiária, é, documentos do CCU que tem que ser entregues de famílias daqui que tão prontos” (Batista, Entrevista realizada em julho de 2021).

De acordo com o entrevistado, nem o crédito apoio e o crédito instalação alcançaram a totalidade dos assentados. A partir de 2015, foram muitas viagens dos moradores da ilha até o INCRA e muitas reuniões, mas nada se resolveu com relação aos projetos que ficaram pela metade. Muitas famílias não receberam as casas como prometido.

Quando se perguntava o que mudou na comunidade com a implantação do PAE, recebemos respostas distintas. Para os mais velhos, com idade média de 60 anos em diante, é possível identificar pontos positivos nas suas falas, a exemplo do excerto de entrevista apresentado por seu Batista. Porém, quando conversamos com os mais jovens, entre 20 e 30 anos, sentimos um discurso, marcado pelo “nada mudou”. Percebemos então que o projeto de futuro supostamente firmado com a passagem a assentamento não se cumpriu. Fábio é emblemático quanto a isso:

Pois é, eu digo assim, é uma coisa, pra mim mesmo, isso aí não deu em nada, tanto faz ser assentamento como não, não mudou em nada pra mim. Porque a gente não depende de, olha que nem, pessoal de assentamento foi mais pro pessoal ganhar essas casas, poder fazer, eu não ganhei casa, eu fiz a minha casa por minha conta, então, pra mim mesmo não deu em nada, agora tem gente que coisou por isso, as vezes o cara não tem pedaço de terra, aí já conseguiu, daí porque é assentamento já pegou terra já fez. Olha que nem pra banda aí do Carapajó, o pessoal invadiram um terreno do cara e pegaram essas casa pra poder fazer, o cara que trabalha no sindicato conseguiu a terra pra eles, tomaram do dono, não pagaram, é um terreno grande, é até dos Magno. Pessoal fizeram uma comunidade invadiram tudinho lá e fizeram casa, bom pra eles né. Antes de assentamento, aí foi bom né fizeram as casas do projeto não vão sair de lá nunca, só quando morrerem (Fábio, Entrevista realizada em julho, 2021).

Na fala acima, percebe-se certo descrédito com relação à segurança jurídica da terra no assentamento. Isto se deve em certa medida à morosidade do INCRA em entregar o Contrato de Concessão de Uso. Dez anos após (2018) a criação do PAE, os primeiros assentados receberam o contrato. Neste momento, foram 364 contratos de concessão. Posteriormente em setembro de 2021, mais 306 famílias.

Mesmo entre as famílias hoje assentadas ainda ecoam nas suas narrativas uma insegurança pela garantia do território, que se configura a partir do cenário municipal e a relação de como os grandes empreendimentos vêm atuando nas proximidades. Por isso, dentro do debate realizado por Benatti (2018) ao tratar sobre Posse Agroecológica, incorpora-se um sentido à terra, não só de produzir para comer, mas sim para viver,

A escolha pela denominação de Posse Agroecológica e não Posse Agroextrativista, agroambiental ou comum, ocorreu porque entendemos que a posse das populações tradicionais vai além das atividades agrárias desenvolvidas ou das práticas agroextrativistas. Os elementos cultural e econômico são importantes para entender como ocorre a posse da terra e dos recursos naturais e suas relações sociais. Outro aspecto importante nesse arranjo social é o território natural, o espaço ecológico no seu conjunto de ambientes naturais (solo, cobertura vegetal e recursos hídricos – terra firme, floresta, várzea, lago, mar etc.) (BENATTI, 2018, p. 1).

Continuando,

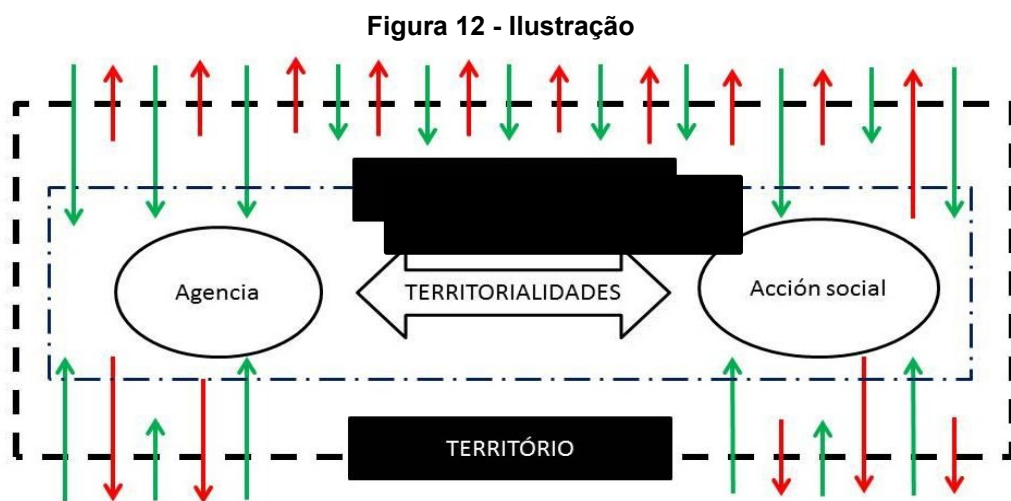
Investiga-se como a posse agroecológica nas terras tradicionalmente ocupadas se difere da posse cível e agrária. Buscamos avaliar quais os pressupostos possessórios que levam ao reconhecimento pelo Estado das terras reivindicadas para criação das reservas extrativistas, reservas de desenvolvimentos sustentáveis, assentamentos agroextrativistas e quilombos; em outras palavras, investigamos a base jurídica que reconhece o direito às terras tradicionalmente ocupadas pelas populações tradicionais. Neste texto não incluímos a posse indígena porque possui uma legislação própria e anterior à Constituição Federal de 1988, além dos índios serem considerados povos pré-colombianos e fugiria ao escopo do estudo (BENATTI, 2018, p. 1).

Diante das questões levantadas pelo autor, seu João pontua que mesmo que hoje eles tenham o título de Concessão de Uso da Terra, é a produção o que garante a continuação deles ali no seu terreno. Não somente essa questão, mas na própria relação de se reconhecer dentro da modalidade de PAE ainda se encontram muitas incertezas, pois para alguns a titulação só não vem oferecer a segurança de se viver no território.

3.4 AS TENSÕES ENTRE OS DE DENTRO E OS DE FORA: AFINAL O QUE CONQUISTAMOS?

O momento da criação do PAE, evidenciou na comunidade os encontros e desencontros ocorridos no processo de discussão que garantiu a regularização fundiária. As tensões entre a população da ilha e os grupos econômicos locais e nacionais representados pelos políticos locais, vereadores, prefeito etc. ficaram latentes. Desse embate forjaram-se organizações internas e ou articularam-se associações municipais a grupos locais que passaram a representar as demandas da comunidade junto às instituições, a exemplo, o INCRA, Prefeitura de Barcarena, Empresa locais, ONGS etc.

De certa forma, essas tensões e as mediações implementadas nos permitiu atentar para a interferência desses processos na comunidade. Perceber a interferência disso nas decisões da comunidade, nos permite sinalizar para a compreensão de como esses empreendimentos implicam na emergência de novas territorialidades? A forma como a comunidade se organiza é um fator fundante para compreendermos tais questões. Essas tensões nem sempre apresentam um caráter intenso, e podem se constituir a partir de relações submersas em relações de poder mais frágeis.



Fonte: Adaptado de Charão e Arce (2019).

Nesse universo, como as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território (SAQUET, 2007). Apoiado em Charão e Arce (2019) ao falar sobre, “*Los interfaces y los ensamblajes son el resultado del colapso de la relación tiempo-espacio, continuidades y discontinuidades, que generan los procesos del desarrollo*”, ou seja, isso possibilita a construção de diferentes territorialidades em um mesmo território que refletem e recriam diferente Mundo de Vida, do qual busca-se compreender o espaço-tempo-território.

Nesse processo de inserção do território ribeirinho camponês na economia globalizada, especialmente através da exportação dos produtos minerários da região, promove-se uma ampliação das disputas do território em decorrência da destruição do seu habitat historicamente construído: o ecossistema amazônico. O território passa então a ser disputado, situações de conflito se instalam.

Evidencia-se a tensão de territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2007), promovida por grupos sociais que têm interesses distintos com relação ao território, sua forma de dominação e apropriação.

Diante dessas territorialidades submergem essas tensões. Tensões essas que declaram a insegurança da garantia do território. Nesse campo de tensão empreendido em decorrência do avanço das atividades minerárias no município, produziu o ruído de que não haveria mais espaço para a permanência do projeto de assentamento. Particpei com as lideranças locais de um debate na ilha onde um dos pontos discutidos foi exatamente isso, a Ilha continuaria sendo um assentamento?

Pois é, mas daí sabe o que eu fico pensando? Esse povo tem provavelmente o chamado título de posse, E nós que somos o chamado “Patrimônio da União”? Vamos pra onde? Então é muito sério, né Carol. Eu sempre disse isso, que eu to com 55 anos, então nasci na ilha moro na ilha, me considero da ilha como todos esses aqui, então é dolorido ouvir essas coisas e ficar quieto. Então eu trago presente a fala do Finado Doralinda que foi lá quando nos reunimos pela primeira vez, e depois nós pensamos uma conversa só com a comunidade pra dar esses alertas porque lá foi alguém dizer “eu quero comprar terreno” e é assim que vai devagarinho né, dando bombons pra criança. As outras reuniões eu vou te falar o que o Antoniel me disse, me disse que o Acleu foi na casa dele na casa de todos os irmãos dele, para comprar terreno lá. Agora tu pergunta: Para que o Acleu quer toda aquela terra da Boa Morte? Então aí tem coisa. Ele foi lá no Seu Carneiro e ele disse “Se vocês não venderem vocês vão ter que sair daqui. Então como diziam os antigos: Gente da gente que a gente nunca imaginou e que tipo assim, aqui na ilha tem uma galera né, vou falar com o Toninho (taxista) ele te bate se disser que a gente é contra. Então é muito sério, acredito que a gente precisa continuar discutindo. Eu conversei já com o Batista né, então quando ela me informou que o Adriano convidou ele então eu acredito que é estreitar realmente esta relação porque quando a gente pensou né, que foi o Batista que sugeriu que seria necessário ir nua secretaria dessa para ver se realmente essa Cargil que poderia já ter dado entrada no pedido de licença ambiental, aí não tem nada pra nós quando o estado dá, né. E aí rola dinheiro, você sabe disso, rola milhões e aí uma pergunta nossa era: Quem é que pode ir lá? Então justamente a gente dizia que poderia ser a associação, porque uma pessoa física não ia chegar lá e dizer “olha eu quero saber.” Então tudo isso a gente precisa estar discutindo (Senhor 01, entrevista de julho, 2021²).

Continua,

Porque segundo as informações esta ponte que vai atravessar o rio, “a fazendinha” que chamam o local né, a ponte é pra atravessar as carretas para os portos que vai ter no farol e aqui na (não audível) para desembarcar (não audível) manganês, essas coisas sabe. Que vai ir não sei pra onde (Senhor 01, entrevista de julho, 2021).

² Nos excertos de entrevistas coletadas por ocasião de uma reunião organizada pelas lideranças religiosas para debater o avanço dos grandes empreendimentos na ilha, optei pela nomenclatura, senhor e senhora.

Questionava-se naquele momento sobre as histórias da chegada de novos empreendimentos na Ilha de Trambioca. Observei que esse assunto estava gerando uma instabilidade na comunidade e na ilha. A possibilidade de perda do território se apresentava para os ribeirinhos como a possibilidade de perder a vida. Muitos chegaram à conclusão de que a criação do PAE não teria sido suficiente para assegurar-lhes o direito ao território.

Esse tema estava causando muitas preocupações e inquietações aos integrantes da comunidade. Percebi, a necessidade de um acompanhamento jurídico a fim de auxiliar a comunidade com esclarecimentos acerca da questão fundiária e sobre os direitos conquistados com a criação do PAE. Muitos ainda lidavam com incertezas do momento da criação do projeto e pontuaram estratégias de resistência referente a Cargill.

Se nós conseguirmos nos manter como assentamento, a gente tem grande respaldo, um assentamento, ele é um caminho que vai nos respaldar, se vai nos socorrer até o final eu não sei, mas a priori o assentamento ele reforça muito essa parte porque não vai ser tão fácil a entrada. O problema é como a gente te falou, a gente tem que estar alinhado [...]. a gente chame o pessoal de fora a gente tem que nos alinhar conhecer bem a nossa realidade, estudar bem tudo. Porque às vezes a colega aqui, mesmo ela morando na ilha ela não conhece a minha comunidade, as vezes eu não conheço parte da comunidade dela como ela conhece, então nós vamos dois juntos falar da nossa comunidade? Eu não vou ter a segurança de falar de parte que ela conhece. Então eu acho que primeiro a gente precisa estudar mesmo a nossa realidade, conhecer o máximo de nós mesmos, da nossa comunidade (Senhora 02, entrevista de julho, 2021).

Colocava-se como questão importante qual a representatividade a ser utilizada nesse processo de disputa e construção de resistência com relação aos grandes empreendimentos. “Vamos falar enquanto comunidade ou enquanto associação?”.

Agora eu pergunto a vocês: Nós estamos querendo lutar por isso, para que haja essa preservação da nossa ilha. Qual a possibilidade que temos de ganhar isso como lutadores, como associação, como comunidade? (Senhora 01, entrevista de julho, 2021).

Hebetté (2004), pontua que sobre o nível de questão da localidade ou comunidade, como um fator que implica na forma de planejamento ou intervenção.

Qualquer que seja a denominação utilizada, resta uma dificuldade quanto à delimitação de um espaço geográfico que pudesse corresponder à noção de “localidade” como nível operacional para fins de planejamento ou intervenção;

possivelmente esse espaço devesse ser definido empiricamente em cada caso. Não obstante, uma dupla terminologia não deixa de apresentar interesse, uma mais relacionada com a dimensão física, importante em se tratando do meio ambiente, a outra se referindo a caracterização social, também fundamental, em se tratando de ação coletiva. (HEBETTÉ, 2004, p. 349).

O autor, aborda que dentro do contexto social, esse espaço geográfico, implica em outras qualificações de grupos sociais (HEBETTÉ, 2004), que aqui descrevemos como territorialidades. Por isso, pensar as tensões é considerar a diversidade das comunidades e suas demandas. Mesmo que as tensões se projetam e impacte de diferentes maneiras nas comunidades, podendo ocorrer, que relações de conflitos, estejam mais latentes em uma comunidade a outra, projeta-se iniciativas tímidas e significativas dentro das comunidades.

No caso da comunidade do Utinga Açú, essas tensões são projetadas por diferentes olhares. O vazamento de rejeitos de 2018, no município de Barcarena, impactou de maneira direta a Ilha de Trambioca, com isso, algumas comunidades receberam a visita de assessoria contratada pela Hydro, uma delas foi a comunidade de Utinga Açú. Posteriormente a empresa passou a fazer estudo do solo na Ilha oferecendo em contrapartida cursos de piscicultura e agricultura.

É eu fiz mais aqui no tinga e fora do tinga eu fiz pelas pessoas que eram indicadas pelo Ediel. Acho que de fora do tinga eu fiz em 3, foi no, aí no ramal do arrozal, esse um da estrada do cuipiranga e dentro da estrada do guariju (Fabio, entrevista de julho, 2021).

Continua,

Eu fiz um curso, o mais recente eu fiz em 2018, que a gente foi em Castanhal fazer. Quem patrocinou foi a Hydro juntamente com o instituto Peabiru, que foi justamente que a gente foi, foi um cara que ele até é bem renomado o nome, seria Manoel alguma coisa, que ele faz adubo de maneira orgânica e que tive melhor pra gente, que hoje em dia o que a gente come a maioria das coisas é com muito agrotóxico essas coisas, ele ensinou muitas maneiras da gente adubar nossas plantas, é, pra dar bem fruto, pra crescer (Fabio, entrevista de maio, 2021).

Entre os cursos ofertados, Fábio destaca que o primeiro foi no ano de 2016, abordando a questões de agricultura e no ano de 2018, um curso de piscicultura. Curso esse, que foi no mesmo ano da tragédia da barragem de rejeitos, “foi no final, acho que ta a data naquele negócio lá, nos laudos”. Esses laudos que Fábio cita, foram estudos realizados pelo instituto contratado para realizar a análise do solo.

Eles fizeram justamente por causa da hydro né que teve aquele vazamento lá daí eles queriam tipo dar um conforto pra gente né, dizer que eles iam analisar na nossa terra e dar o suporte, pra saber o que a terra tava precisando eles iam ajudar, mas infelizmente eles só fizeram mesmo o laudo, coletaram a terra, mas a assistência mesmo pra corrigir o solo até hoje nada (Fabio, entrevista de maio, 2021).

Vale pontuar, que diante do crime ocorrido pela Hydro, a quantidade de famílias impactadas para que sejam atendidas chega a ser vergonhoso. Já que a Ilha por si só tem mais de mil assentados. Percebe-se que não houve uma atuação da empresa no sentido de mitigar os problemas. Buscou-se instituições que atuam na mediação desses impactos a exemplo, do Instituto Peabiru³.

Eu avalio como bom, né. Que é um aprendizado a mais que a gente tem, mas tipo, eu aprendi muita coisa mas muita coisa eu já esqueci pelo fato de não ter aquela assistência sabe, de tipo um impulso do governo, ou de os órgãos mesmo lá, tipo como um ponta pé inicial sabe? É, aí não tem, aí tipo a única coisa que eu desenvolvi desses cursos foi uma pequena criação de galinha que eu comecei. Eu fiz o galinheiro, eu fiz, comprei os recipientes de colocar água colocar ração, eu comprei 50 pintos caipirão, e 30 daqueles brancos, desses brancos que a gente compra. Só que não podia ter zuada perto deles, dos brancos né, que eles são mais melindrosos, e acabou que a maioria deles pegaram doença, ficaram meio tipo parado sabe, aí eu perdi. A única coisa que prestou foi os caipirão mesmo que são mais resistentes, mas justamente do meu recurso entendeu? Eu não tive nada de ajuda de nenhum órgão competente assim. A única coisa foi que eles passaram pra gente foi a, como é que se diz? a teoria, a prática não, porque eles não tinham aonde eles mostrar a prática pra gente (Fabio, entrevista de maio, 2021).

Continuando,

Do meu próprio bolso mesmo, porque pra tudo eles colocam dificuldade pra gente, tipo se eu trabalho na terra a dificuldade que eles botavam pra gente era a dap né, a dap, aí ninguém tinha, era difícil de conseguir, agora que eu consegui, só que eu não tenho mais área pra mexer, as áreas que eu tenho tá tudo plantado já (Fabio, entrevista de maio, 2021).

Essas ações atuaram na comunidade no sentido de acomodar as possíveis tensões que pudessem se amplificar causando assim, intervenções judiciais e de reparos econômicos. Observamos que foram muitas as críticas por parte dos ribeirinhos com relação a ação da empresa na ilha após os inúmeros atentados

³ O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) brasileira, com 22 anos de atuação, com a missão de fomentar o protagonismo de grupos sociais da Amazônia para a promoção do pleno acesso aos seus direitos fundamentais. Com sede em Belém, Pará, atua preferencialmente no bioma Amazônia. No estado do Pará a atenção especial é para três regiões: a Grande Belém, o Marajó e o Nordeste Paraense.

ambientais ocorridos no município, e que ficaram em grande medida restritas a comunidade. No município de Barcarena, são muitas ações judiciais ajuizadas contra as empresas mineradoras que atuam no município, porém caminham lentamente na justiça estadual, apesar de se tratar de crimes federais. Além disso, em sua maioria esses processos encontram-se em segredo de justiça, impedindo o acesso ao público.

Na comunidade Utinga Açú, apesar das tensões não aparecerem de forma latente, sabe-se de situações em que as fricções ocorrem. Destaca-se em particular nas tomadas de decisões junto às associações, especialmente no que tange ao controle do bem comum e das atividades de turismo, que avançam rapidamente sem que haja uma ação concreta no sentido de normatizar essas ações. Histórias sobre o avanço do grande capital e seus empreendimentos pairam como assombração sob a território das ilhas e em particular da Ilha de Trambioca e da Comunidade Utinga Açú. “É todo dia uma história nova de que vai chegar um porto, uma plataforma, uma balsa. Eles avançam, nos afrontam e nós na lida do dia a dia, e um também na luta.

No próximo capítulo, discutiremos as práticas sociais que forjam as territorialidades locais e dão sentido ao território. O que garante essa relação com o território não é a modalidade de regularização fundiária, mas as relações que se constituem através da produção, das relações de sociabilidade, reciprocidade, religiosidade que se agregam promovendo o sentido do pertencimento a este território. Os elementos associativos das territorialidades visualizados na Comunidade Utinga Açú nos remetem a isso.

4 OS ELEMENTOS ASSOCIATIVOS DA TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA NA COMUNIDADE UTINGA AÇU

Nesse tempo de construção do território da comunidade Utinga Açú pelos ribeirinhos camponeses, cruzaram-se muitas histórias de vida, memórias forjando com isso, formas particulares de ser e viver nesse espaço. Tivemos contato com três gerações que foram aos poucos delineando o cômputo das suas relações, materializadas no cotidiano de trabalho e comercialização, nas relações de sociabilidade e reciprocidade, religiosidade e organização política.

Destaca-se a regularização fundiária implementada com a criação do assentamento em 2008, como um momento liminar na construção das territorialidades locais. As incertezas quanto ao modelo a ser implantado, RESEX ou assentamento, a segurança jurídica versus a autonomia tanto com relação ao território quanto a produção, uma vez que a regularização fundiária seja via RESEX, seja pelo modelo do Projeto de Assentamento Agroextrativista, implicaram em novas regras e, por conseguintes novas relações.

Neste íterim, observam-se significativas questões referentes ao território e territorialidade, que buscaremos destacar a partir de um mergulho nas particularidades da vida em comunidade. Essas territorialidades, correspondem “[...] às relações sociais e as atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado da produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana.” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 9).

Os elementos associativos da territorialidade ribeirinha da Comunidade Utinga Açú, podem ser pensados a partir da perspectiva apontada por Saquet (2007, p. 131),

Do território ou dos territórios pode ser centrado no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças e permanências ocorridas) conjugado ao tempo coexistente (tempos lento e rápido, e a multiescalaridade), pois essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais.

O processo de apropriação e produção do território se dá em meio a tensões e estratégias de luta que dão o tom das territorialidades. Em outras palavras, as práticas sociais que materializam o modo de vida e as territorialidades foram sendo gestadas

no processo de formação territorial da comunidade, mas foram se ajustando às novas demandas empreendidas pelos camponeses –ribeirinhos no devir histórico. Neste contexto, o contato com a cidade em virtude da intensificação do turismo na Ilha, a ação dos projetos minerários implementados no Município de Barcarena, a dinâmica populacional decorrente deste aproximam a comunidade das tensões externas e reordenam as territorialidades locais.

Ao mesmo tempo, em que a comunidade se projeta em meio a essas tensões, se constrói relações que pautam elementos estruturais, para a reprodução social desses sujeitos. Fabrini e Roos (2011), explicitam os elementos estruturais para a produção camponesa¹,

- a) A força de trabalho familiar - é a força motriz para o desenvolvimento na unidade camponesa, sendo essa constituída de forma coletiva e, na maioria dos casos, composta por todos os membros do grupo familiar;
- b) A ajuda mútua – acontece nos momentos de necessidades e se realiza em forma de mutirão ou pela permuta de dias de trabalho entre eles. Essa é uma das razões dos camponeses não disporem de rendimentos monetários;
- c) O trabalho acessório – é a transformação, periodicamente, do camponês em trabalhador, o qual também se torna uma fonte de renda monetária extra;
- d) A força de trabalho assalariada – é a contratação temporária de força de trabalho pelo camponês em momentos críticos do ciclo agrícola;
- e) A socialização do camponês – sobre esse item o autor enfatiza a transferência de conhecimento e saberes das pessoas mais velhas para as mais novas, isto é, a preparação das crianças para determinadas funções existentes no interior da unidade de produção;
- f) A propriedade da terra – a terra é um elemento fundamental para o camponês realizar sua produção, sendo que a propriedade lhe proporciona maior autonomia;
- g) A propriedade dos meios de produção - parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, no entanto, é na aquisição que é perceptível a sua subordinação ao capital;
- h) Jornada de trabalho - é um dos fatores que caracteriza o camponês como trabalhador livre, pois sua jornada varia conforme a época do ano. Além disso, a jornada de trabalho geralmente é determinada pela própria organização camponesa.

Na comunidade Utinga Açú, a produção do roçado, associado ao extrativismo do açaí e da produção do artesanato, estão associadas às relações de sociabilidade, reciprocidade, de vizinhança e religiosidade, dão o tom da territorialidade local.

¹ Os elementos da produção camponesa são tratados em várias obras clássicas, como é o caso do estudo de Chayanov (1974), e bem como obras contemporâneas. Nos estudos do campesinato brasileiro, alguns autores procuram sintetizar esses elementos. Dentre esses autores, destaca-se Santos (1978), que aborda a subordinação do trabalho camponês a partir dos vínculos que estabelece com as indústrias vinícolas ao tratar dos “Colonos do vinho”. (FABRINI; ROSS, 2011, p. 35)

Através dessas atividades e relações é possível deslindar aspectos apresentados por Fabrini e Roos (2011) quando tratam dos elementos estruturais da produção camponesa. O trabalho familiar, a ajuda mútua, o trabalho acessório se complementam no cotidiano da comunidade, permitindo-nos identificá-los como ribeirinho- camponês. Ou seja, aproximar as relações estabelecidas pelos ribeirinhos camponeses da comunidade do Utinga Açu, é perceber os elementos associativos que marcam uma territorialidade de resistência.

4.1 PRODUZIR PARA VIVER: ENTRE A VÁRZEA E A TERRA FIRME.

Durante a pesquisa de campo me questionei bastante sobre a produção entre a várzea e terra firme, e a forma como compreendia esses dois ecossistemas e as relações que os cercavam. Em um dos momentos de interlocução na casa de Seu Júlio, enquanto almoçamos, ele me convidou para conhecer sua roça e assim perceber a diferença da sua produção de 2016, quando cheguei a comunidade. Logo percebi que em sua fala, tinha um certo orgulho em mostrar-me a roça, pois naquele momento (ano de 2016) a roça era apenas um projeto, pois não se apresentava como seu Júlio sonhara, roçado grande e com todos os produtos necessários pra o autoconsumo. Ao longo da minha estadia na comunidade, percebi que esse sentimento estava presente na fala de outros ribeirinhos, quando se narra o sentido da terra. Fui descobrindo que só tinha sentido ter o documento da terra, se fosse para garantir alimentação com fartura para os seus. A terra não era produzir mercadoria, mas para garantir a vida da família e da comunidade.

Figura 13 - Pelo caminho da roça de seu Júlio



Fonte: Autora.

Essa conversa, remete-me ao que Wortmam (1997), descreve, quando trata da relação camponesa com a terra, pontuando que, tal relação apresenta-se para além das práticas da lavoura, trata-se de uma “ciência do concreto”, que se amplia na relação da natureza e dos homens, e que a partir da terra, se constituem relações de trabalho, onde se constrói dimensões simbólicas que saem dos espaços agrícolas e modelam novos espaços, como espaços, sociais, políticos e gênero, “O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos. Em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo.” (WORTMAM; WORTMAM, 1997, p. 7).

Em outro momento, em visita a roça de Fábio, filho de seu Júlio, outras questões me vieram à cabeça e me levaram a relação entre roça, roçado e sítio. Palavras de sentido familiar, e que percebi se coadunam com as experiências vividas na Comunidade Utinga Acu. Na conversa com Fábio identifiquei suas expectativas e sonhos, sonho de plantar, sonho de plantar e viver na e da terra “É daqui que tiro o meu sustento, quando a roça e o roçado são bons a vida é muito boa”.

Observa-se a partir desse excerto de entrevista, valores expressos na relação com a terra-território e que se visualiza na territorialidade, no modo de vida, uma espécie de *ethos* camponês. A partir deste fato, percebe-se a forma como Fábio compreende o mundo, ou seja, a forma como ele configura sua relação com o espaço de trabalho e de vida.

Roça é onde a gente planta maniva, roçado é onde se planta legumes, maxixi, quiabo, cariru, favaca, na verdade uma horta, aí quando a maniva tá grande já vira roça. Aí depois que a gente tira a maviva, aí sim ele vira Sítio, é onde tem o açai. Aí ao redor de casa é sítio, lá tem essas coisas assim, açai, muruci, mangueira, jaca. Pra mim, roça é uma coisa, roçado outra e sítio outra. Isso, foi coisa que eu aprendi. É tipo a gente. A gente nasce criança, aí depois vira jovem e depois vira adulto (Fábio, entrevista realizada em junho e 2021).

O excerto da entrevista acima, mostra uma interligação entre esses espaços, é a roca, articulada ao roçado e o roçado articulado ao sítio, onde se encontra a família, extensa ou nuclear e as possibilidades de articulação econômica, políticas e sociais presentes na comunidade. Sobre a definição de sítio, Woortmann (1983, p. 163) destaca,

Um sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si, sistema esse que se reorganiza através do tempo como resposta ao processo histórico de expansão da propriedade pecuarista. Essa organização e essa resposta são informadas por uma lógica, uma estratégia e um saber — ou um “know how” — que possibilitam a reprodução da produção camponesa nesse contexto regional. O sítio pode ser analisado como um sistema integrado de partes funcionalmente interligadas, revelando uma lógica que busca manter internos ao sítio os principais supostos da produção camponesa.

Em estudo realizado na Amazônia paraense, pontuam Macedo e Aquino (2015, p. 77),

O sítio é simultaneamente condição e limite da reprodução camponesa, manifestando sua resistência enquanto modo de vida, e as territorialidades que ali persistem. [...] o sítio camponês na Amazônia Oriental reordenou-se no decorrer do tempo com o intuito de enfrentar o avanço do capitalismo no campo caracterizado pela pata do boi e pela territorialização do agronegócio de commodities. Os projetos variam, mudam, mas as práticas enraizadas na concentração fundiária e, conseqüentemente, na corrida pelo controle da renda da terra e seus corolários persistem.

A dinâmica de produção camponesa é pautada no autoconsumo e concebe o território para além das questões econômicas. Assim, o campesinato encontra na luta a organização necessária para se posicionar diante da disputa que se amplia no

campo quanto ao modelo de desenvolvimento que é totalmente excludente e que tencionam as territorialidades.

Para quem está fora, o camponês e sua família são vistos, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e de produção de valores de uso, com os quais os grupos ou classes sociais podem aumentar seu fundo de poder. Mas o camponês é, também simultaneamente, um agente econômico e o chefe de sua família – mais do que isso, sua propriedade é, ao mesmo tempo, uma unidade econômica de produção de valores de uso para si, valores de uso para outras pessoas e seu lar (WITKOSKI, 2007, p. 162).

Na comunidade observa-se uma dinâmica específica de produção que está distribuída na várzea e terra-firma. Na várzea além, do cultivo dos açazais, há uma forte relação com o cultivo de ciclos curtos, com destaque para a produção de hortaliças. Na terra-firme, persiste a produção de hortaliças, a plantação de mandioca, feijão, milho, açaí e outros. O eixo de unidade que articula literalmente estes diferentes lugares é a unidade familiar e seu trabalho.

A produção dá-se de maneira nuclear, tendo como base o estabelecimento familiar. Por sua vez, também existem possibilidades, onde uma base familiar, une-se a outra. Essas junções, foram vistas nos momentos da produção de farinha, na produção do artesanato e na hora de apanhar açaí e nos momentos da confecção do artesanato. Existindo assim, trocas e formas de consorciar o trabalho.

Dentre as três principais atividades econômicas que dinamizam a comunidade, destaca-se o trabalho no roçado, a extração do açaí e o artesanato. Nesses momentos, chamou-nos atenção o uso dos espaços comuns, na coleta do açaí, nas casas de farinha e nos arredores das casas quando da produção do artesanato. Observamos, que esses momentos se traduzem em situações de partilha. Os quintais são espaços privilegiados nesses momentos. É no quintal, que cercado por açazais, onde as famílias tecem o artesanato, fazem a farinha, debulham o açaí e organizam a comercialização.

Figura 14 - Caminhos que dão acesso a casa das famílias



Fonte: Autora.

No caso da produção de farinha, existem diferentes situações, que torna essa prática momentos de intenso convívio e sociabilidade. Isto se deve ao fato da casa de farinha ou retiro² ser partilhada por diferentes famílias. Observei em campo uma situação em que três famílias partilhavam o espaço de fabricação da farinha, que se divide em seis momentos: a retirada de terra, a descasca, o amolecimento ou ralagem, a prensa, a peneiragem e o cozimento.

Figura 15 - Famílias reunidas para produzir farinha



Fonte: Autora.

² Retiro ou casa de farinha: Local onde as famílias se reúnem para realizar as etapas da produção de farinha, e outros que necessitam da utilização do forno.

Neste caso em particular, Figura 15, as famílias estavam reunidas desde as 5 da manhã, para produzir farinha, que seria vendida e utilizada na alimentação deles. Enquanto uma família estava torrando a mandioca, a outra estava no processo de descascar para depois ralar, e em seguida colocar no tipiti para tirar o caldo da mandioca, e após a retirada desse suco, a massa fica seca e vai para a peneira, para ser levada ao forno.

Figura 16 - Homens retirando o suco da mandioca ralada - Uma das etapas da produção da farinha



Fonte: Autora.

Tanto a produção da farinha quanto a produção do açaí, reúnem diversos integrantes da comunidade, trata-se de práticas que envolvem inúmeros membros da família. Enquanto a farinha é predominantemente direcionada para o autoconsumo, o açaí tende as duas situações, é para o consumo e para a venda gerando a maior parte da renda das famílias desde o momento da extração a venda e transporte do produto construindo assim redes de comercialização internas e externas. É uma atividade que proporciona uma dinâmica que envolve, não só aqueles que possuem açaizais, mas

também possibilitam trabalho na comunidade, para quem não tem terra para produzir, como no caso dos peconheiros e os cuidadores do mato.

Em fins do século XX o açaí foi incorporado à cadeia produtiva nacional por meio de políticas de desenvolvimento que difundiram técnicas de manejo para ampliação da oferta do produto. Na atualidade, o açaí ganhou um vasto mercado consumidor e reconhecimento nacional e internacional, como produto energético e saudável.

Figura 17 - Extração do açaí



Fonte: Trabalho de campo (2016)³

Observamos que a produção do açaí interfere em toda a dinâmica produtiva da comunidade. Pode-se dizer que é a produção do açaí dinamiza as outras produções, pois é a partir da safra do açaí que os ribeirinhos distribuem o seu tempo. Assim, a organização produtiva das famílias, levam em consideração as duas safras do açaí. No excerto abaixo, seu Júlio destaca,

³ Utilizei uma imagem de 2016 pois durante minha ida a campo neste ano de 2021, não tive a oportunidade de ir em açaizais.

O açaí tem duas safras né, ele tem duas safras, só que essa safra de janeiro pra cá ele é fraco né, até junho, é fraca, é uma safra assim que não tem muito açaí. É por isso que fica mais caro de preço, é por isso. A safra mesmo que é boa é, pra gente pra tirar mais, é de agora de junho pra frente, que aí já dá, de junho até novembro é a safra grande. Aí o cara tira açaí. Pro cara que tem mato grande tira açaí direto, todo dia tem que tirar (Júlio, entrevista realizada em junho de 2021).

Nesta fala, seu Júlio apresenta a dinâmica da produção do açaí, com destaque para o período de safra e da entressafra. Destaca ainda que os preços de mercado se diferem de um momento para o outro, apresentando implicações direta na renda das famílias. Mas não só isso, a produção do açaí, acaba por ordenar a dinâmica das outras atividades econômicas. Informando que esses dois períodos, uma diferença do valor e na sua dinâmica de mercado. Sabendo que o açaí é uma produção que ocorre durante o ano todo me questiono, como se distribui o tempo para com as outras atividades? Seu Júlio, responde,

Fica assim. Porque não tem muito tempo de tá trabalhando no artesanato. Não tem muito tempo, já o tempo já tem que dividir. Aí o cara já fica mais no açaí, a gente já não faz muito. Já tem mais tempo pro artesanato no período do inverno, é mais fraco a venda assim pra dinheiro, mas o cara tem mais tempo de fazer né. É porque se tivesse açaí eu não tava aqui (ele estava organizando artesanato para vender no ver-o-peso), tinha que tá tirando açaí. Em dezembro, porque é fim de ano, sempre ainda tem um pouco de açaí, e também tem as encomendas de artesanato, o pessoal compro muito pra fim de ano, olha que nem esse paneiro aqui, a Neia (esposa) falou isso é só fim de ano que eles compram que é pra botar panetone, essas coisas de fim de ano, aí tem encomenda também, a gente faz, tem período que tem mais saída, por período. E agora porque dessa doença, olha, vai chegar agora, era de abril até em junho a gente vendia muito cestos, vendia muito mesmo, tinha vez que tinha gente que chegava no ver-o-peso pra comprar nem conseguia comprar porque já não tinha mais, essa cesta de alça, é tipo uma bolsa, mas é de alça, eles enfeitado pra vender que é pra dança da quadrilha (período de festa junina), e também essas miniatura, que eles faz enfeite das roupas. Agora até que não tá com muita, mas antigamente tinha muita saída, uns dois anos aí atrás tinha muita saída, agora porque o pessoal já faz muita de outros lacinhos né, daí já ficou meia fraca também, mas ainda compro, mas não é que nem comprava (Júlio, entrevista realizada em junho de 2021).

A resposta para a pergunta anterior aparece quando se faz referência à dinâmica dos ecossistemas. Observa-se o excerto acima que conforme, a atividade, o sujeito adapta o tempo para se dedicar ao período do ano. Na safra do açaí, se faz menos artesanato e menos farinha. Já na entressafra, mais farinha e mais artesanato. A produção do açaí implica na negociação com os atravessadores, comerciantes locais e empresários no porto no Ver-o-Peso na cidade de Belém.

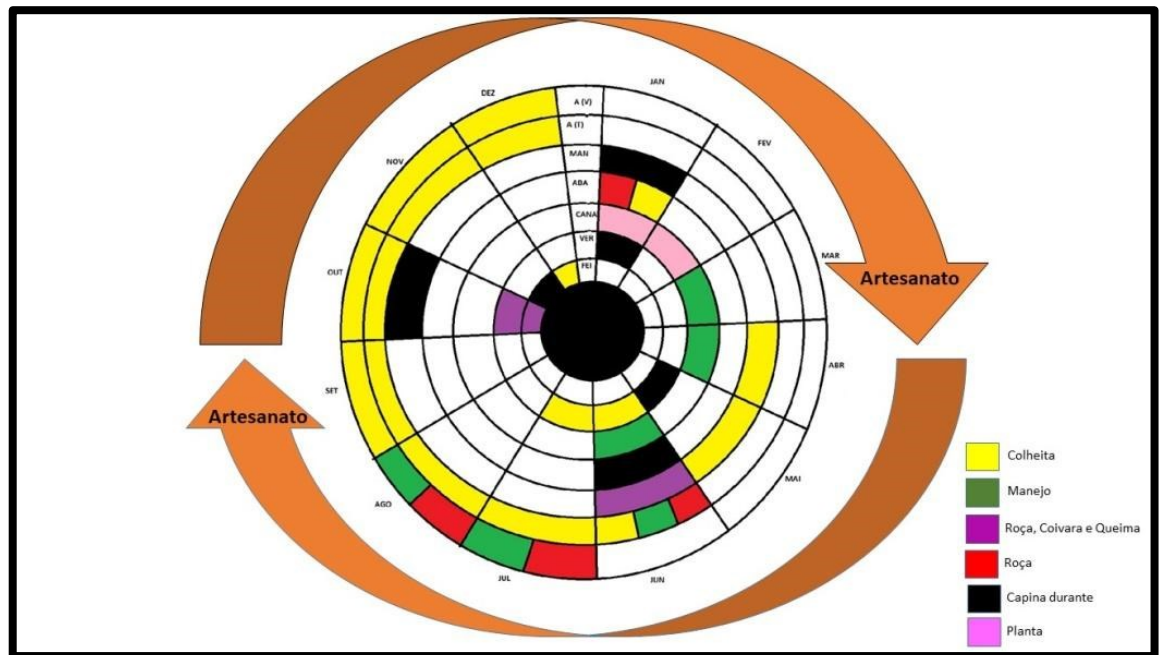
Dentre as três principais atividades produtivas da comunidade, finalizo pontuando a produção do artesanato, feito do guarumã (*Ischnosiphon spp*). A comunidade do Utinga Açú, se destaca na ilha pela produção de artesanato, particularmente, a cestaria fabricada com o uso da tala de guarumã. Porém, essa atividade é vista como uma atividade complementar que circula em todo período do ano, mudando apenas a intensidade, e a reserva do tempo para produzir, como podemos ver na fala a seguir,

Pois é, porque esse artesanato aqui, a gente faz mais assim é nas horas vaga né, que nem eu trabalho na roça até o sol esquentar, depois que o sol esquenta eu venho pra casa, aí esse serviço que eu faço de encapar essas peneiras aí eu faço nesse período, nesse meio tempo aí de meio dia pra tarde, que eu só vou pra roça lá pras 16 horas que eu vou. A roça é todo tempo se o cara tiver tempo pra ela, todo tempo ela é uma coisa que todo tempo que a gente chegue lá tem serviço pra fazer na roça. O cara que trabalha com roça vigia no roçado, tudo tem serviço pra ele fazer (Júlio, entrevista realizada em junho de 2021).

Vale destacar que essas atividades se entrelaçam. Assim, quando o açaí está fraco, busca-se outra atividade, quando o açaí está forte concentra-se nas atividades ligadas ao açaí. Já o artesanato, aparece na organização da produção na comunidade como uma atividade das horas vagas, demonstrado no calendário agrícola e concentrando-se especialmente no controle das mulheres. Assim, o tempo que sobra da roça/roçado, da coleta do açaí e outros, direciona-se para a atividade do artesanato.

Nessa tentativa de compreender a dinâmica de produção e o tempo para produzir na várzea e terra-firme, construímos um calendário agrícola, dando destaque para as atividades produtivas. No calendário abaixo (Figura 18) destaca-se, a produção de açaí de várzea, açaí da terra-firme, mandioca, abacaxi, cana, verduras, feijão e o artesanato, que está em torno da vida da comunidade durante todo período do ano, como descreveremos logo mais.

Figura 18 - Calendário agrícola: Comunidade do Utinga Açú



Fonte: Autora.

Partindo da construção do calendário agrícola, percebe-se que das principais atividades aqui descritas o açaí se destaca, pois mais na maior parte do ano existe a possibilidade de colher o açaí, seja ele da várzea ou da terra firme. Isso fortalece sua importância econômica e social dentro da comunidade e fora dela. Há também, o peso da sua importância cultural e social na comunidade, sendo ele um dos alimentos mais presentes na refeição das famílias ribeirinhas.

Já os cultivos de ciclo curto, mandioca, abacaxi, verduras, cana e feijão representam a diversidade do roçado e as possibilidades de se produzir entre várzea e terra-firma. Diferente da agricultura capitalista que produz para o mercado, os ribeirinhos camponeses produzem para viver, como expressa o calendário. Destacam-se ao longo do ano a produção de alimentos que estão presentes nas mesas das famílias, mas também abrem portas para novas relações comerciais, seja na própria comunidade ou fora dela.

Observamos nas conversas e excertos de entrevistas que a produção das famílias na atualidade, carregam as experiências de seus antepassados, pais, avós pontuando principalmente a diversidade. O acesso nesses diferentes ecossistemas (várzea e terra-firme), norteiam as atividades de produção da comunidade. Dona Mundica, em uma de suas falas, nos conta que ao casar-se com seu João, sentiu dificuldades de trabalhar, na comunidade, pois ele era acostumado a trabalhar

somente com seringueira e açai, que era o ramo mais forte da ilha onde ele morava (Ilha das Onças). Nos diz,

Aí quando ele chegou aqui, ele não se acostumou, veja como é as coisas, ele não se acostumou [...] tinha dias que ele, sempre trabalhou, mas ele não trazia nada, quando ele vinha de lá ... só que ele se dava bem era com os artesanato, ele fez um roçado a primeira vez, achou que não prestou, depois foi fazer calvão, achou que o calvão não prestou, e era assim, sempre querendo ir embora pra ilha das onças. Aí quando foi um dia, ele me consumiu, bora embora pra ilha? Porque aqui eu não me dou bem, sabe-se lá na ilha a gente pode mudar de situação, e tudo. E eu sempre não querendo ir. Até que um dia, que disse, então vamu se embora Tu que ir simhora? Então bora embora, tu diz que é lá que nós vamo mudar de situação, então bora. Aí eu vim e disse pro Papai, eu disse, papai, vou se embora. Ela vai-se embora minha filha? Eu disse, vo! – Pra onde? eu vou morar lá, pra perto da casa do pais do João... tão reclamando todo dia que ele não se dá bem, e que ele não se acostuma com o serviço, o senhor sabe que ele que trabalha mais que eu, eu trabalho mais pra ajudar ele – Bom minha Filha, ele quer te levar? Então vá! Você arrumou ele, então vá! Pra onde ele quiser lhe levar então você vai. Você sabia que ele morava lá, não era aqui. Agora eu vou lhe dizer uma coisa minha filha “ Pedra que anda, ela não cria limo. E a cobra que não anda, ela não manja e a pedra que senta, não cria limo. Agora como é que eu vou entender essas palavras? Porque a cobra que não andava, ela não manjava, e a pedra que não sentava, não criava limo. Só que eu lhe digo, essas duas palavras, mas vá, se quer ir, ele que lhe levar então vá com ele, ele é seu marido, então pra onde ele quiser ele tem que lhe levar. Bora. Aí nós fumu. Nós passamos um ano e oito meses lá. Ai eu já tava acostumado, me acostumei com o serviço de lá... apanhar açai, desbulhar açai pra ele, a gente tirava folha, a gente tirava guarumã... a gente tinha aquela vida, alegre! Mas foi que foi ... foi ... foi nós tava vivendo lá, não era bem, mas tá vivendo, mas quando foi um dia, olhe como é a história de uma pessoa, quando foi um dia ele foi pra Belém, chegou cedo nove horas já estava em casa. Que foi que aconteceu com o João? Ele chegou com malaio com mercadoria. Aí tal, aí ele tinha não tem um costume de chamar de velha. – Senhora minha velha, passe o fogo, ajeite o fogo, passe um café pra nós beber, que é pra nós ... e bote comer no fogo, pra nós almoça logo, pra nós ir no mato pra nós tirar guarumã. Que eu arrumei uma encomenda boa pra nós – Aí eu fiquei bem alegre, né ... aí preparei o café nós bebemu, fez o come, nós comemo, acabemo de comer onze e meia, pra meio dia... Aí vamos embora, fumo embora pro mato, que eu tinha um costume, pra onde ele ia, eu ia com ele. Aí fomo embora, chegou lá no mato, ele disse - se nem sabe o que vou te dizer. Eu disse- Não! Ah minha velha, vamo embora pro tinga É minha velha, vamo embora pro tinga. Eu disse: Vamo simhora? Tu tá ficando doido? Ele disse: não! Sábado nós vamo simhora. Vamo trabalhar com cesto essa semana todinha, que de que eu arrume dinheiro, pra mim fazer um roçado, e nós passar por lá, até nós se inquietar. Teu pai tem aquele enorme de casa, vamo morar com ele, mas tu não fala pra ninguém. Porque a Mãe dele, era contra de nós vim pra cá... E aí , ele chegou, e eu agora vou cuidar da janta, essas coisas que vou aparar guarumã. Não demorou apareceu com um monte de guarumã no meio da casa. Tu vai tirar a tuda do fundo das cestas, e eu vou tirar a de tecer ... Ah minha senhora, trabalhemo a semana toda. Sexta feira ele foi pra Belém, comprou peixe, comprou pra nós passar aqui, que era difícil E comprou tecido, comprou pedra comprou tudo. Mas eu não acreditando no que estou vendo ...quando chegou de Belém sábado Você já arrumou as coisas? Eu digo já.... Mas o pessoal não viru? Eu digo, não! Aí então tá, vamo almoça, acabemo de almoça.. Ajeitei tudo as coisas. Agora eu vo entregar o mato que eu trabalho, e vou dizer pro meu pai, que vou me embora. Eu assim, olhei ..

O João não tá muito bem do juízo, não entendia nada. – Tu sabe porque eu vou me embora, nós vamos embora? Eu disse, Não. – Porque hoje eu vi o Curuja (Primo da Dona Mundica, irmão do Paulo) vender sessenta panero de macaxeira, por doze conto de rez. Naquele tempo doze conto de rez, era dinheiro minha senhora. – Eu vou me embora, vou trabalhar, vou criar vergolha na minha cara, eu vou é trabalhar com horta, e primeira coisa que eu vou fazer é um macaxeiral Ele chegou muito alegre em casa, se eu vou trabalhar... eu disse assim pra ele, eu nem te digo nada, te digo que nós não vamo e nem que nós não vamo, porque a cabeça é tua. Nós tava lá, tu quisesse vim pra cá, agora tu tá aqui e quere ir pra lá? Lá tu tinha muita criação, nós perdemo tudo nossas criação. A gente chegava lá na valgi, não se deram mureram (Isso a várzea da ilha das onças), e acabemo com tudo, a galinha era criada na terra firme né, eu sei que chegamos aqui, no domingo que nós fumo pra Igreja, ele já trouxe pessoas falada pra trabalhar com ele na segunda feira. Quando foi na segunda Feira, o João pulou pro mato, pra fazer roçado ... esse homem, danou-se pra se fazer roçado. e era plantando verdura, e era plantando macaxeira ... plantou roça pra nós fazer farinha. O João nunca mais, nem dizia que ele não pensa que ele morou na ilha das onças. Ele disse que não, e eu digo, é tudo a gente tem que apanhar pra poder aprender. Eu dizia pra ele, tu queria vim w então nós fomo, eu gostei moremo um ano e seis meses lá, mas eu gostei (Dona Mundica, entrevista realizada em julho de 2021).

A entrevista de Dona Mundica e seu João, demonstra de forma clara tempos distintos e dinâmicas diferentes entre a várzea e a terra-firme. Isto por sua vez implica em modos de vida carregados de significados e práticas sociais que por vezes, teimamos em unificar. Vê-se na entrevista as inquietações de seu esposo diante de uma territorialidade ancorada na terra-firme marcada pela produção agrícola, especialmente, diferente das suas origens (Ilha das onças) onde a influência se centra na dinâmica da várzea, do pegar camarão, da coleta dos cipós, do pescado e outros. Com o passar do tempo, o marido de Dona Mundica se predispôs a lidar com outro ecossistema, levando a retornar a Utinga Açú.

Dona Mundica, referindo-se à comunidade do Utinga Açú, destaca que,

E nós aqui, nós tinha vantagem aqui na terra firme, porque nós num comprava farinha, nós num comprava açai, nós num comprava, nós tinha calvão se a gente quisesse cuzinha com calvão, tinha lenha, tinha tudo e eles lá não, lá na ilha das Onça tudo era vendido, era comprado, se eles comprasse eles tinha, se não comprasse num tinha. (Dona Mundica, entrevista realizada em julho de 2021).

No caso de seu João e Dona Mundica, retornar à Comunidade do Utinga Açú, mostra que diferente de outras Ilhas na região. A ilha de Trambioca, mais especificamente a comunidade do Utinga Açú, destaca-se por viver em meio a esses dois ecossistemas. Esse caminhar entre a várzea e a terra firme, possibilita trilhar novos caminhos, que tornam essa produção mais diversa.

A gente não planta só maniva né, a gente planta essas negócio de verdura de legume, planta maxixe, planta quiabo, tudo a gente planta. Tem que aproveitar a terra, planta tudo. Planta girimum, macaxeira, tudo o cara planta, na roça o cara planta tudo, milho. É quando o cara roça, olha, é porque eu to sem tempo, se eu roçar agora mês de maio dava pra mim plantar milho, é que eu quero criar galinha, é bom o cara ter, que o milho ta caro pra caramba, o milho aumentou muito. Olha a menina aí ta criando uns frango ela disse que ela ta gastando um dinheirão com ração, sempre ela compra quilo, eu vendo pra ela, to vendendo a 3 reais o quilo do milho (Emílio, entrevista realizada em junho de 2021).

Percebe-se na fala de Emílio que ao mesmo tempo que se planta de tudo, cada produto possui uma necessidade, o milho por exemplo ao mesmo tempo em que atende o consumo humano possibilita ao ribeirinho camponês manter a criação de galinhas, patos e outros. Já a mandioca, serve como alimento para os animais de pequeno porte, porcos etc.

Os animais de pequeno porte, estão presentes nos quintais. Lembro que em um dos momentos de campo Dona Néia, chegou a comentar que criava as galinhas, mas não gostava de matá-las para comer. Indaguei e perguntei, mas por quê? E tenho como resposta, não sei. Uns minutos de silêncio e em seguida ela continua “A gente cria e vê elas crescer, eu gosto mesmo é de cuidar”. Simplesmente, em silêncio fiquei. E só concordei.

Esse silenciar traz consigo, reflexões das relações de afetividade que são construídas dentre esses espaços. O cuidado e o zelo que são construídos, sei que em cada casa em cada quintal, pode ser uma relação diferente.

Essas relações que são construídas, partem de uma temporalidade que relaciona o passado e o presente. A criação de galinhas, a diversidade e a riqueza do roçado, estão relacionados com a relação abundância versus escassez, vivido por parte de seus antepassados. A criação de pequenos animais e o cuidado com o roçado é a certeza de que não terão que passar necessidade.

Mesmo que exista essa diversidade de produção, nas falas dos entrevistados é muito presente as histórias do tempo da fome, onde muitos que ali moravam passaram por necessidade. Esse episódio, se faz presente, nas falas dos moradores mais antigos, ali eles pontuam que mesmo que a vida hoje seja melhor, ainda existem ali na comunidade famílias que não tem terra para plantar, e que vive da produção do artesanato, e essa produção acaba tornam-se um amenizador da fome. De modo

geral, a várzea e sua riqueza carregam essa responsabilidade de alimentar seu povo⁴, é da várzea que se extrai a matéria prima principal para confeccionar o artesanato, mas é de lá que se tirava; o peixe, camarão e a caça, mesmo que seja em uma menor frequência, pois muitos retratam que tem percebido a diminuição desse tipo de atividade por não ter mais esses peixes. Mas por que falar dessa relação da fome, e a várzea de hoje? Ouvimos nas conversas e entrevistas que “se não fosse o artesanato, muitas famílias ali da comunidade estariam passando fome”.

Aí quando eles aprendero a faze aqui cumigo, aí quando chegava em casa eles insinavo o pessoal dele em casa **(os meninos que o senhor ensinava eram tudo crianças)** era, de quinze ano pra baxo, aí quando chegavo em casa insinavo a família deles em casa. Quando foi cum dois anos, todo mundo sabia faze, aí cada um já fazia na sua casa, ninguém trabalhava mais pra mim (risos) **(e o senhor ficou chateado? (Risos))** não porque a gente se alegre, porque pelo meno correu muito dinheiro, até hoje graças a Deus, é uma comunidade que aqui tem dinheiro na comunidade. Aqui ocê aqui, o que ocê troxe nessa comunidade ocê vendi, ocê pode chega cum qualche coisa oferecendo pá comunidade que ocê num leva di volta, ocê vendi, que aqui tem dinheiro, todo mundo tem dinheiro, aprendero a trabalha, todo mundo ganha dinheiro. Nesse tempo num tinha **(não tinha isso seu João)** ninguém tinha dinheiro **(antes das pessoas, tinha gente que passava fome?)** (Risos) muita gente **(e aí dependia do que pra conseguir o que comer?)** Era só na farinha, trabalhava na roça, na farinha e no calvão, negoço de maderá, mas isso era só algumas pessoa que trabalhavo cum maderá, nem todos tinha terreno pá trabalha **(e o artesanato quem levava pra vender?)** Todos dono de família, todos pai de família que fazio, a família fazio eles io vende em Belém era, cada um levava o seu i vindia **(cada um levava o seu e vendia)** era. Sexta fera, sexta fera ocê vinha saia lancha o barco daqui, saia o barco daqui do porto **(o mesmo porto de onde sai hoje?)** é o mesmo porto é. Tinha, tinha sexta fera de saí cinco barco daqui do porto, todo levava artesanato **(levava artesanato e o que mais?)** Levava verdura **(açai levava?)** Levava açai também, mas o açai era poco. Nesse tempo, nesse tempo o pessoal num ligava pro açai (João Medeiros, entrevista junho, 2021).

Percebe-se que a relação da fome, e não ter onde produzir, fazem com que surjam relações internas que viabilizam condições a outrem de ter autonomia na produção. “Alugar o mato”, “Alugar o igarapé”, por exemplo, se correspondem a essa questão. Porém, isso só é possível através de uma relação de confiança, só se aluga o mato ou o igarapé para alguém em quem se confie e com quem se tenha laços

⁴ O artesanato tem uma questão material importante, de antemão: para algumas famílias ele é uma opção complementar de renda, quando elas possuem terras para trabalhar, enquanto para outras é quase uma obrigação, dada a não posse de áreas para cultivar e auferir dinheiro. A outra questão é que as áreas de águas são livres e dão uma margem de manobra a famílias que não possuem ou possuem poucas terras, pois a pesca funciona também como parte da alimentação e mesmo do pequeno comércio.

afetivos e de respeito. Observamos que essa relação de confiança se projeta desde os primeiros moradores da comunidade.

O dono desses terreno, aí ocê chegava, ocê queria corta seringa né, aí o dono, ocê dizia olha eu quero uma istrada de sirinaga ou duas né, aí ele mandava corta, siringuera. Uma istrada de seringa era cento e vinte siringuera (Estrada de seringa o que é?) As siringuera. Uma istrada que se dava nome, uma istrada de seringa que era centoe vinte siringuera, ocê dizia eu quero uma istradade seringa, alugada né, era alugada (Alugada, como era alugada?) ocê pagava aluguel, ocê trabalhava o mês, quando chegava no fim do mÊs ocê pagava aquele aluguel, pra ocê pude colhe aquela aquela burracha. O dono do terreno aí tê cem, duzentas estrada de seringa no terreno dele, alugava tudo (O pessoal do Madre Deus que alugava?) É, é, porque o pessoal daqui os morado daqui tudo trabalhava pra lá cortando seringa (Mundica: porque o nosso terreno tinha, mas era poca) saiu de note quatro hora da madrugada, duas hora, três hora, da meia note indiante já tavo saindo pra i corta seringa ia depende da quantidade de istrada que o cara ia corta, se o cara cortava uma istrada, uma e meia, tinha que saí mais cedo pra dá tempo de defuma a burracha, pra cinco hora da tardetá pronta a burracha (E vendia onde a borrhacha?) A borrhacha vindia nu comércio. (Mas quando alugava, a pessoa fechava contrato?) Não, não, ocê alugava tabalhava até o tempo que ocê quiria, porque se ocê pagasse direitinho ocêficava anos e anos trabalhando, agora se é ocê não pagasse direto, hora que ocê falhasse de paga, passo o mês e ocê num pago, no outro mÊs o cara já lhe tomava, não, pode para. (Porque assim, essa pessoa que consegue alugar, tinha o dinheiro, conseguia pegar no dinheiro e tinha as pessoas que trabalhavam pra pessoa que algumas não pegavam no dinheiro) é, não, trabalhavo muitos serviço não pegavo no dinheiro, que pegava num dinheirinho assim, era o pessoal que trabalhava com a burracha, nesse tempo era o que dava dinheiro era a burracha, num tinha outro produto (O açai?) Açai num dava nada (Mundica: o açai num valia nada) (A farinha ?) a farinha dava um poco também (João Medeiros, entrevista realizada em julho de 2021).

Seu João, ao descrever o processo de alugar a terra, faz referências a situações do início da ocupação da comunidade. Revela-se nessa fala como se deu de forma desigual a distribuição da terra na Ilha Trambioca. Essa situação, configurava-se da seguinte forma, o dono da terra sedia o espaço e o que era produzido dividia-se com o dono da Terra. Porém com o passar dos anos, essa prática tornou-se mais presente e intensa na comunidade, hoje ela se estende, não só na terra firme, mas também entre várzea e o rio.

Eu to entregando. Eu entrego pro meu tio ali, três né, três lata por dia. Tipo ele fala 'olha vou querer três lata todo dia', aí a gente vai de manhã apanha, deixa na ponte ele vai e pega. Aí eu pego o dinheiro dele, dou pro meu tio e o meu tio paga a gente, por lata. 25 reais a lata, tipo essa rasas aí eles pagam 25 pra nós tirar o açai, apanhar. Açai do meu tio, Trabalho pra ele. Ele me deu o mato pra mim ser o responsável lá. Aí eu arrumo o pessoal pra tirar o açai, vendo e passo o dinheiro pra ele. Ele paga pra mim pagar os trabalhador lá. A maioria das pessoas trabalha assim, tomando conta de mato. Às vezes alguns compram a safra, tipo, o papai tem esses açai aqui, se ele quiser

vender a safra ele vende, aí o cara vem e tira, papai não pode tirar nada aqui (Fabio, entrevista realizada em julho de 2021).

Alugar o igarapé é uma prática comum dentro da comunidade. Essa forma de negociação se dá principalmente no terreno da madre Deus⁵. Esse terreno era dos Costas, e hoje é um dos herdeiros que não moram na ilha, e sim na cidade de Barcarena, alugando a o igarapé para alguns moradores do Utinga. Como descreve o Seu Emílio. Em uma conversa, ele descreve que naquela semana tinha alugado o igarapé do genro dele “Aí essa semana eu tava aqui, aluguei um igarapé lá no rio pra pescar de matapi, para pegar camarão, aí eu tava fazendo umas poquecas que a gente chama, né, pra iscar o matapi”, e questiono, mas se aluga um igarapé?

É porque tem um terreno da madre de deus, dos costas, começa logo aí perto, é grande esse terreno, então os costas não sei nem se eles tão pagando impostos no terreno mas eles alugaram pro compadre João que mora logo aí atrás e pro careca, metade é pra um metade é pra outro, aí na parte do compadre João ficou dois igarapé, o areia e o ladrão, ele alugou pros irmãos dele, aí no careca tem uns 3 igarapé, eu falei pra ele me alugar um aí ele mandou que eu pescasse lá, aí eu pescasse lá não era nada não. O compadre João aluga 600 reais um igarapé, por ano, a safra toda. Ele alugou o mato, eles tão pagando 10 ou é 11 mil reais por ano pro Miguel Costa, os dois né, careca paga 7 mil e o João paga 4 parece. Então aí pra mim pescar lá e não da nada pra ele aí o careca mandou né, o filho do careca é casado com a minha neta, aí ele disse ‘não, pesca lá, não é nada não’, eu digo ‘não, vou te pagar, 400 reais, porque o igarapé é menor’, aí é isso. Eu não gosto de nada de graça pra depois o cara, eu gosto de dizer não gosto de ouvir. Do igarapé é boca a boca. Agora o terreno lá eu acho que é no contrato mesmo. (Emilio, entrevista realizada em junho de 2021)

Diferente dos limites que são construídos para delimitar as áreas da terra firme delimitar o igarapé, é muito mais complexo. Por isso, olhar para a dinâmica de alugar o igarapé é avançar para além das questões econômicas, para além do dinheiro envolvido, existe o respeito com aquele que cuida daquele espaço Desta forma, o que materializa todas essas relações, que atravessam a várzea e a terra firme, vislumbram a reprodução social desses sujeitos. Estas, por sua vez, constituem as territorialidades locais.

⁵ Madre Deus é uma área que antigamente pertencia a uma família da Ilha, hoje essa família não mora lá, só que existe uma pessoa responsável par cuidar da área. Os moradores da comunidade, disseram que o Dono dessa terra ainda reside na cidade de Barcarena.

4.2 O ARTESANATO E O AÇAÍ: ONDE O RIO E A CIDADE SE CRUZAM

“Por que a gente fica responsável pelo produto do outro”.

Desde o início da comunidade, o artesanato e o açaí, estiverem presente na dinâmica de vida desses ribeirinhos. O açaí que vai para a mesa do ribeirinho vai também para a venda em Belém, no Brasil e no mundo. Já a cestaria entra no circuito comercial local, estadual e internacional, como embalagem do açaí. Assim, esses produtos percorrem relações que perpassam alimentação até a complementação de renda na comunidade. Ambos têm sua representatividade econômica, fazendo com que o dinheiro circule, desde a comunidade até o mercado internacional. É a partir dessas atividades que se intensifica o contato da comunidade com Belém e o Brasil.

A produção de açaí em meados dos anos de 1990 ganha um espaço no mercado global. Essa mudança, reflete na dinâmica local, e da ressignificação desse produto no mercado. Quando questiono se o açaí produzido na comunidade, é vendido somente em Belém, Júlio nos diz

Não, não ele vai pra muito lugar, Olha ano passado eu vendia açaí aqui pra exportação, é que aqui em Barcarena tem uma fábrica de exportação, vendia açaí quase tudinho no verão vendia aqui, os caras vinho buscar aqui, pago no quilo, quando chega a safra mas antes vender assim pra eles, eles vem buscar aqui o cara não tem muita despesa, é no quilo, eu cheguei a vender de 2,80 aí depois foi baixando, cheguei a vender até de 1,30, aí depois aumentou de novo, porque fica nessa coisa. Comecei a vender de 2,80, depois foi caindo conforme o tanto que vai dando, aí a safra vai baixando, veio pra 2, 1,50, cheguei até a vender de 1,30 (Júlio, entrevista maio, 2021).

A exportação do açaí, para os moradores é visto de maneira positiva, já que é uma venda garantida de toda semana. Uma das questões que existia antes do açaí ganhar essa visibilidade no mercado global, era a dificuldade de sair com o fruto da comunidade e não ter para quem vender na feira de Belém, pois uma das poucas alternativas era a venda para batedores de açaí local.

Na comunidade do Utinga Açu, essa atividade dinamiza, e faz com que exista diferentes funções na distribuição da tarefa de trabalho, quando se trata do açaí. Por sua vez, o dono do Açaizal, que é aquele que possui a posse da terra, muitas das vezes, por se tratar de uma atividade que necessita de mais de uma pessoa, fez com que existisse nesse meio uma função, onde o dono contrata pessoas só para apanhar açaí. Esse serviço é muito presente entre os jovens da comunidade. É um serviço,

que se calcula o valor que será pago a partir da quantidade de razas⁶ de açai. Vale pontuar, que não existe quantidade fixo de raza apanhada, tudo depende do dono do mato.

A função do peconheiro⁷, na maioria das vezes é feita pelos homens. Esse serviço, durante conversa com jovens da comunidade que vivem desse tipo de atividade. Descrevem que apanhar açai é um serviço árduo, pois em algumas vezes para você chegar a preencher uma raza de açai, é necessário subir em mais de uma árvore. E o valor do serviço, se altera conforme o tempo do ano, no caso se é verão a mão de obra é bem menor, chegando até R\$ 10,00 reais a lata apanhada e no Inverno, a uma valorização da mão de obra.

Para além, das questões do contrato. Essa é uma atividade que rodeia o núcleo familiar. Existem casos, onde as casas da mesma família se reúnem, os homens por sua vez apanham o açai (existem mulheres que fazem a mesma função, mas não é tão comum). Durante minhas idas em campo, não cheguei a presenciar mulheres subindo em açazeiros, mas soube em campo que elas também desempenham tal atividade.

Como foi informado um pequeno número de famílias não possuem terra, mas aqueles que possuem, tem uma área plantada e manejada de açai, seja para realizar a venda ou consumo para família. Dentro da comunidade, existem em média 10 famílias, que possuem uma extensa área de açazal. Essas famílias, são bases nucleares. Quando destaco 10 famílias, vale pontuar que o universo das famílias envolvidas com os açazais, são bem maiores. Por exemplo, o filho casou-se, e divide-se então uma quantidade de açazal dentro da área dos pais. Relação esse próximo com a terra firme, que é dado de herança, um pedaço de terra para que a família possa construir a casa.

Neste caso trata-se do açai plantado, prática não tão comum na comunidade. A maior parte do açai que sai da comunidade, é açai nativo, retirado direto na várzea. Mesmo que exista açai plantado, na área de terra firme, os agricultores destacam que essa forma de produzir o açai ainda é desafiador, principalmente nos dias mais quentes. Com o envelhecimento dos pais, os filhos estão tomando a frente da

⁶ Uma das medidas que é utilizado para vender o açai.

⁷ Peconheiro tem a função de apanhar o açai – Nome esse que vem do instrumento que o mesmo coloca nos pés para subir no açazeiro. Esse instrumento é feito de sacas, ou da folhagem da palmeira do açai. Faz-se trançados, e amarra uma ponta a outra, ficando em um formato de círculo.

produção do açaí. Soube em campo que nesse momento se intensifica o aluguel do açcaizal. Como nos diz Fábio, que alugou o açcaizal do seu tio.

É quem tem mato mesmo, tipo aqui o do papai aqui é pouco, só o Marcelo dá conta de apanhar aqui, entendeu? Mas tem mato que, tipo o do meu tio lá, ele falou que é 1 quilômetro de fundo por 80 de frente, é grande né, aí não dá conta, tipo, aí ele falou tu arruma um pessoal, tipo essa safra que a gente tá tirando agora ela vai terminar em junho agora, não é muito açaí que dá, aí vai parar, vai começar em setembro que leva até novembro e dezembro, por aí, entendeu? Aí é assim que funciona. (Fábio, entrevista realizada em maio de 2021)

Já com relação ao aluguel do mato,

Tipo assim o mato do meu tio é muito grande lá, e é só ele e a minha tia, ele tá velho já não dá conta, entendeu? Aí todo ano ele coloca gente pra trabalhar lá, todo ano. Aí como assaltaram ele esse ano lá aí ele veio embora pra cá aí ele me falou pra mim ser responsável lá, aí tudo que acontecer é, eu posso colocar quem eu quiser lá, eu posso vender do preço que eu quiser. Mas, aí a gente acertou um preço, eu acertei um preço pra ele 'olha tio, o senhor me paga a 25 reais a lata, até o final do ano, o açaí pode da 300 reais a lata mas o senhor só vai me pagar 25 mas também ele pode chegar no verão, quando dá muito açaí, ele pode chegar a 40 reais a lata, de 300 ele põe cair pra 40 reais, mas o senhor vai continuar me pagando de 25', aí ele concordou. É um acordo, palavreado, na palavra. É tipo em pessoas de confiança assim. Ano passado eu trabalhei com o Aldo, tipo ano passado eu não trabalhei assim fixo com ninguém sabe, onde me chamavam, eu tava de toca, eu ia. Mas esse ano não, esse ano ele me chamou pra ajudar ele lá que ele tava também doente, e tal, aí eu fui, aí eu chamei o meu tio pra trabalhar comigo lá, daí é assim que a gente empurra o barco (Fábio, entrevista realizada em maio de 2021).

Alugar o mato significa um processo de democratização do uso da terra, porém isso só se faz a partir da relação de afetividade e confiança. Já a venda do mato só se faz para um parente ou conhecido um compadre, para um conhecido. O que se transfere na verdade é o direito ao bem comum e ao território.

No momento da safra do açaí potencializa-se os ganhos que é guardado para o uso ao longo do ano. Trata-se de uma poupança, para os momentos mais difíceis e de baixa na produção. O período de entressafra é marcado por insegurança, pois não se sabe se será um período de boa produção e bons preços. Já que a entressafra é o momento em que se tem o intervalo, entre uma safra nova.

Assim, como as outras atividades que foram descritas no tópico anterior, o dinheiro que se tira com a venda do açaí, as famílias, compram coisas para casa, como televisão, geladeira, sofá e outros. Em alguns casos, compram até motor para barco, casquinhas (canoas), moto e máquina de bater açaí.

Observou-se que o açaí é motivo de orgulho para essa população. Muitas vezes fui recebida com uma cuia de açaí, nas minhas andanças pela comunidade. Perguntavam sempre, “Tu vens pegar açaí pra ti comer”. Hoje relembro esse momento, fico pensando no significado desse convite, oferta? “Vem pegar açaí pra ti”, é uma forma de receber bem aquele que lhe visita, com o prato mais rico, rico não de valores, mas sim de outras simbologias.

O açaí, além do extrativismo, possibilita outros circuitos de comercialização dentro da comunidade que é o da venda do açaí já em suco. Produto esse que é utilizado na refeição principal das famílias. Muitas ali, se não fosse o açaí, não teriam o que comer. Como, ouvir. “O açaí enche a barriga de muita gente”.

Figura 19 - Momento do jantar - Criança tomando açaí



Fonte: Autora.

Para além das questões internas, o açaí da comunidade sai todas as madrugadas de sexta-feira para sábado que sai da embarcação local, levando diferentes produtos, que são produzidos ali, até a cidade de Belém para

comercialização no mercado do Ver-o-Peso. Essa dinâmica, por sua vez, é fortemente marcada pela presença do atravessador, onde a pessoa entrega a mercadoria, e o atravessador fica responsável de vender na cidade. Só que durante esses últimos anos, esse circuito de comercialização vem perdendo força, já que entre as nove toneladas de açaí que saíam da comunidade semanalmente, está sendo vendido diretamente para exportação.

Figura 20 - Ponto de embarque da saída do igarapé Utinga Açu



Fonte: Autora.

Esse circuito de comercialização, é marcado principalmente pela relação de confiança entre o produtor-artesão e o atravessador. O atravessar é um sujeito da comunidade, onde predomina-se a imagem do homem, que desde criança acompanhava seus pais até o mercado do Ver-o-Peso, e lá vivenciavam o processo de negociação das mercadorias. Essa relação de ir acompanhando o pai se torna presente até hoje, na tentativa que o filho, tenha o seu rosto conhecido, diante dos compradores.

Porém, não é só a relação de ser conhecido, mas também a forma como o produto é oferecido. Como organizar, como ele vai ser apresentado para o comprador. Outro fator importante para uma boa negociação, é de onde vem o açaí?

Entre muitas conversas com os moradores, em especial, destaco uma que chamou bastante atenção. Ao conversar com seu João cavalo, sobre a época que ele saía da ilha para vender artesanato e açaí no Ver-o-Peso, onde ele pontuava a dificuldade de vender o açaí no mercado, pois, entre os compradores, existia prioridade entre o açaí vindo da Ilha das onças (e durante minha infância sempre ouvir essa frase, da boca da minha tia que é batedora de açaí na periferia de Belém, que as primeiras rasas de açaí a ser vendida é o que vem da ilha das onças. Até hoje existe esse dito “Açaí bom é o que vem da ilha das onças”). Em conversa, seu João reforçava que o Açaí que vinha da Ilha Trambica, não tinha espaço no mercado, que inclusive, tiveram situação deles saírem para vender na cidade e chegar lá não conseguirem vender nada, e voltar com os produtos.

Quando eu perguntei. Mas como se define um açaí bom? Meio que sem jeito, seu João Medeiros me olhou e disse “Vai ser difícil de explicar pra você minha filha!”. Continuei questionando, “tem a ver com a cor do açaí? Foi quando de repente, seu João disse para sua nora, que estava ali sentada ouvindo a nossa conversa. “vai lá na sala e pega aquele paneiro que está lá no pátio da sala”, e de repente, ele fez da sua cozinha uma sala de aula. Mostrou-me dois tipos de paneiro (artesanato que é base de medida do açaí, da qual denomina-se raza).

Figura 21 - Paneiros produzidos por seu João - Os dois modelos que ele utilizou para contar a história



Fonte: Autora.

E foi com essas duas imagens que seu João, me descreve sobre o belo, e a sua relação com a venda do açaí, onde nos apresenta que para vender, não é só ter

o produto e sim, como esse produto chega até os compradores. A maneira como organizamos o produto. No caso da Figura XA, seu João descreve que essa era a forma que eles levavam o açaí para cidade, colocando por entre o paneiro, folhas de guarumã, em tempos atrás. Então, foi a pois a mudança, como destaca-se na Figura XB, para esse novo traçado da cestaria, que eles passam a ter uma representatividade na venda do açaí, como nos diz Seu João (Cavalo).

Quando eu cheguei pra cá foi, e o pessoal começar, eu fazia rasa vindia pra eles. Olha o panero era feito assim, forrava cum folha de aninga, inchia de açaí. Aqui era aberto, aqui em cima num tinha nada. Panero destamanho assim, pegava duas, três rasa dessa aqui **(e jogava o açaí aí dentro sem nenhuma proteção?)** Não, só cum a folha de aninga aqui dentro, aqui em cima num tinha nada **(a folha de aninga. Essa daqui também era folha de aninga?)** Não **(aqui não precisa de folha?)** Não, não, só pra faze aqui a boca aqui, pra coloca ao redo, fica bem grande a cabeça. (João Medeiros, entrevista julho, 2021)

Dona Mundica, confirma que após a chegada e mudança do traçado dos paneiros que houve um outro olhar para o açaí da comunidade do Utinga Açú,

A gente vindia nu coisa, cumo é, panero, panero zolhudo sabe. Nós impalhava, nós impalhava pra pode vende, porque nós já viemo a vê rasa depois que, que ele, que ele veio pra cá, ele se deu pra cá, foi que ele veio coisa rasa, que ele trazia (Dona Mundica, entrevista julho, 2021).

Howard (1982), aponta que o mundo da arte contribui para um mundo do artesanato ou anexam-no completamente. Esses mundos se conectam quando ao longo da história, os traçados, diante as suas formas de uso. Nesses momentos de partilha com seu João Medeiros, optamos a trabalhar dentro da lógica que o encontro desses dois mundos do Açaí e do Artesanato, marca diferentes territorialidades, ou seja, a forma de organização do território. Por isso, faz necessária a descrição de como, esses sujeitos se organizam, e vale pontuar, que mesmo sendo atividades diferentes, a distribuição do tempo para os afazeres dessas atividades, estão conectados, pois é da Várzea e Terra-firme que eles tiram a matéria prima para confeccionar os artesanatos, e é desses mesmos lugares que se extrai o açaí.

Não tive como não registrar, essa fala de seu João. Penso que essa narrativa, me permite adentrar no universo do artesanato. Pensei em construir um subtópico, mas depois desistir, desistir, porque ao olhar a imagem do calendário agrícola, percebo que o artesanato é uma atividade que rodeia, outra atividade. E vivenciar a

produção do artesanato, se dá de maneira tão maestral, que decidir, adentrar a questão dessa forma.

Não existe um tempo específico da produção do artesanato, mas essa atividade se distribui por todo o ano. De repente, lá está a senhora tecendo a cestaria, e ao mesmo tempo a senhora está na cozinha fazendo o almoço.

Figura 22 - Senhora tecendo paneiro de guarumã



Fonte: Autora.

A produção do artesanato no Assentamento agroextrativista da Ilha de Trambioca está presente desde o início de sua ocupação. Durante a visita em campo e diálogos por mensagens telefônicas e ligações com os moradores da ilha, são recorrentes as falas sobre a produção de cestarias e equipamentos de pesca, advindos do guarumã. Essa produção é confeccionada para fins comerciais e pessoas (que auxiliam na atividade produtiva) até hoje pelos moradores. A comunidade do Utinga Açú, é referência na Ilha de Trambioca quando se trata da produção de cestarias e artesanatos.

Essa representatividade firma-se com a chegada do Seu João (conhecido como Cavalo). Seu João, mesmo não sendo nascido na Ilha Trambioca, é filho de uma outra ilha chamada Ilha das Onças, que fica próximo a Trambioca, e foi lá que ele aprendeu com os seus pais todo o processo de confecção de cestarias e outras produções. Assim como seu João, e aos entrevistar os moradores que nasceram na comunidade do Utinga Açú, destacam que desde criança já acompanhavam seus pais na produção e alguns na comercialização.

Para além, do produto existem técnicas para tecer, que muitas das vezes é feito pelo artesão anfitrião, aquele que requer um conhecimento. Esse conhecimento não está presente apenas no fazer, está também interligado ao processo de escolha e o corte da matéria prima. Esses são uns dos pontos fundamentais para que se resulte em um artesanato de qualidade. Percebe-se sobre a técnica, que os principais anfitriões compartilham de seu conhecimento com outros, fazendo com que seja Inter geracional. Destaco a chegada de seu João na comunidade como o momento de impulsionamento da produção de cestarias, que utilizando do seu conhecimento especialmente com as crianças, disseminou conhecimento na comunidade.

A produção de artesanato para compartilhar com as crianças.

Nesse tempo bem poca criança istudava aqui, tinha essas mulhe de quinze ano, doze num fazio nada em casa, aí eu cunvidava pa vim pra cá pra casa, aí vinho, passavo a semana cum nós aqui, aí quando chegava nu sábado eu pagava elas. Aí eu colocava elas pá rapari guarumã, pa prepara tala, insinando as coisa mais fácil. (João Medeiros, entrevista em maio, 2021)

É a partir dessas rodas com o seu João que se forma hoje um grupo de famílias que continuam dinamizando e inovando a produção de artesanato na comunidade do Utinga Açú. Dona Neia, hoje com 45 anos, lembra que seus primeiros traçados foram com apenas oito anos e de lá para cá nunca mais parou.

Esse processo de partilha do conhecimento, não fica só na Ilha Trambioca. Seu Júlio (foi aluno do seu João) nos falou que no ano de 2014 foi convidado para ministrar um curso para outros artesões de Barcarena. Ele nos contou que ministrou um curso, para pessoas que trabalhavam com o guarumã. Nessa ocasião perguntei a ele, “Mas seu Júlio, o senhor, ministrou o curso assim mesmo? O senhor não teve medo de que eles pegassem as suas encomendas? E veio a surpresa,

Eles não fazem isso, tem um respeito entre a gente, porque cada um produz um artesanato diferente, e outra coisa, essas coisas que a gente faz é difícil. Tem que saber a grossura da tala do guarumã, porque assim, cada artesanato necessita de um corte (Júlio, entrevista em maio, 2021).

Fiquei até envergonhada com a pergunta, com meu pensamento tão simplório sobre a partilha de conhecimento. Compreendi que aquele conhecimento existe porque é compartilhado com outras comunidades e gerações, permitindo sua renovação na comunidade. Para além da possibilidade de controle da técnica, o que está em jogo é o modo de vida e as possibilidades de construção e reconstrução desse território e territorialidade.

A produção do artesanato é uma atividade que envolve todos os membros da família. Essa produção se dá ao redor da casa. O que difere, são algumas funções que são atribuídas a alguns para a produção do artesanato. Além da produção, existem maneiras de negociação entre o artesão e o senhor que leva o produto para cidade, um deles é a troca de serviço por alimento.

São em média nove famílias que trabalham com artesanato na comunidade, que passam esse conhecimento de pais para filhos, chegando a mais de cinquenta pessoas, que produzem o artesanato.

Sobre as formas de negociação. Durante a atividade de campo, um dos momentos me chamou atenção, refere-se às trocas entre os assentados e donos de mercearias. Observei que produtos industrializados comercializados na mercearia, são pagos com produtos, a exemplo do artesanato. Percebi isso, nos primeiros contatos com a comunidade quando duas crianças compraram arroz e açúcar, e disseram para o dono da mercearia (Seu Júlio), “a mamãe pediu para descontar”. Logo associei, que o seu Júlio negociava, artesanato por produtos alimentícios.

Depois fiquei sabendo através de seu Júlio que essa troca se restringe a produção de artesanato.

Eu faço troca assim, que nem tem a venda aí o pessoal fazem compra aí desconta na mercadoria deles. É que nem a menina ontem comprou, a que tece peneira, a milena, ela tece a peneira aí ela pega alguma coisa aí ela desconta. Vai anotando o que vão pegando, na hora de fazer a conta, olha essa bolsa o troco dela foi 5 reais. Tem gente que vai fazendo negócio. Agora tem outros não, tem outros que pegam o dinheiro, eles fazem compra não fazem troca. Essa minha sobrinha que veio trazer o paneiro, depois eu vou na casa dela eu vou pagar ela, aí as vez ela compra aqui mas as vez ela faz outro negócio. Hoje é só ela com meu sobrinho que moram daí as vez eles fazem compra, sempre compra aqui ... É tem muita gente que faz coisa, aí já pega umas coisas aí na hora já desconto porque se eu der o dinheiro pra eles

eles não vão me pagar aí já desconta. É tudo descontado. porque tem gente que é esperto, pega o dinheiro aí vai comprar em outro lugar aí fica devendo o cara, assim não, eu já levei uns dois furos, o cara pega o dinheiro aí 'ah depois venho te pagar' aí não vem, assim não, vou logo descontar aqui que é o certo. (Júlio, entrevista em maio, 2021).

O artesanato é uma atividade que viabiliza intensidade nas práticas cotidianas. Assim enquanto se tece a cestaria, se forjam relações de troca, vizinhança e solidariedade, configurando-se como “identidade não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz, sempre em processo dinâmico [...] recheados de possibilidades que só se realizam quando impressas e especializadas no território” (RAFESTIN, 1993, p. 161). Através dessas interações visualizadas tanto na produção do açaí quanto do artesanato, vê-se claramente explicitado os elementos da territorialidade, tal qual apontado por Saquet (2010) para quem a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive cotidianamente, relações com o trabalho, com a família, incorpora as relações econômicas, políticas e culturais.

No primeiro momento a produção artesanal é a busca por matéria prima. A principal espécie utilizada para o artesanato é o Guarumã e o Jupati. O Guarumã pode ser encontrado tanto na terra firme quanto na várzea, “só que o guarumã da terra firme não é tão bonito quanto d várze”, afirma Dona Neia.

Um dos principais artesanatos da comunidade, com maior saída para comercialização são os paneiros, que são produzidos de diferentes tamanhos. Fábio destaca a matéria prima necessária para essa produção,

O guarumã, o miriti, o olho do miriti que é pra invira, e o jupati que é pra fazer a roda. Aí pra fazer a peneira de coar o açaí é o guarumã, e as varas, que o cara encontra na mata, varas finas, qualquer tipo, qualquer vara fina presta. É mais isso que a gente, que o pessoal usa aqui, essas matérias primas. (Fábio, entrevista em maio, 2021).

A retirada do guarumã, é feita na maior parte pelos homens. Quando questiono o motivo, justifica-se que a ida até o local é um pouco perigosa, tendo que entrar na mata, e áreas alagadas correndo risco de ser atacado por algum animal, ou outro tipo de acidente.

Figura 23 - Guarumã

Fonte: Autora.

Após a retirada da matéria prima, inicia-se o preparo. Preparo este que será feito conforme, o que será produzido. Em seguida, início da produção, conforme os traços do que vai ser confeccionado, e no quarto momento a ida até a cidade.

O principal ponto de venda é o mercado do Ver-o-Peso. Porém, desde o ano de 2020, a partir de um contato feito com Dona Neia, a comunidade passou a vender seus artesanatos para outros Estados. Dona Neia, pontua, que quando a encomenda é grande, ela chama mais pessoas, outras cinco famílias e distribui a encomenda, entre eles. A parte financeira, da negociação com o comprador é feita pelo seu esposo.

Figura 24 - Artesanato produzido na comunidade do Utinga Açú que foi vendido para loja Feito Brasil



Fonte: Dona Neia (2021).

A partir do artesanato e açaí que se intensifica a relação da comunidade e a cidade de Belém. Nos últimos anos esse contato vem se ampliando através das negociações comerciais. Hoje a comunidade vende utensílios de guarumã para outros Estados, como mostrado na imagem acima. Os cosméticos da marca Feito Brasil são do estado de Curitiba e mantêm contato constante com a comunidade para a produção do artesanato. Comunidade, rio e cidade se cruzam através desses contatos, que ampliam a perspectiva de comercialização de produtos locais e se conectam com outras formas de ser e viver na comunidade.

4.3 A RELIGIOSIDADE: QUANDO SE FEZ COMUNIDADE

Como já referimos no primeiro capítulo, a comunidade do Utinga Açú, nasceu da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na região Tocantina, uma realidade, que marca os territórios rurais na Amazônia. Por isso, não temos como falar sobre elementos associativos da territorialidade e não considerar a religiosidade. É a partir dela que se constrói relações, que perpassa as relações religiosas e ganha o seu papel político, em busca pela garantia de direitos, dignidade social e a luta por justiça social.

Esse reflexo político, configura territorialidades, que contribuem na forma como as comunidades que compõem a ilha se articulam. Atualmente, a Ilha de Trambioca, possui doze comunidades, que sob a experiência das CEBs, dinamizam a vida em comunidade. É a partir desses dois setores que as comunidades se reúnem, de maneira que as atividades são vivenciadas, individualmente e coletivamente. Essa divisão configura-se em dois setores, chamados Efésios e Romanos. Que se dividem dessa forma.

Quadro 3 - Setores de da Igreja na Ilha de Trambioca

SETOR	COMUNIDADES QUE INTEGRAM
Efésios	Utinga Açú, Jucuriteua, Jaquarequara, Guajará da Costa e o poço, Cajuaçu.
Romanos	Arapajó, Guariju, Arrozal, Farol, Cuipiranga e o Guajarino.

Fonte: Autora.

Vale ressaltar, que a Comunidade Eclesial de Base (CEBs), baseia-se em uma igreja que parte da Teologia da Libertação, movimento presente na América Latina, desde a década de 1970 e que se coloca a serviços dos pobres como definido no Concílio Vaticano II (1962 -1965), Encontros Episcopais de Medellín na Colômbia (1968) e Puebla no México (1979). Esses momentos marcam uma igreja que contextualiza a realidade de um povo, que está imerso a questões sociais, econômicas e políticas. Neste momento defende-se uma igreja que seja,

Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (FREI BETO, 1985, p. 07).

Trazer a conjuntura, dessa vertente não é apresentar as vertentes que se estabelecem dentro da Igreja Católica, mas sim compreender, quais os caminhos que essa “igreja” propõe, para com a sociedade. As CEBs, pressupunham uma vida de comunhão e luta pela justiça social. Na comunidade, vê-se em muitas situações essa construção de uma vida partilhada, seja nos momentos de discussão sobre os problemas que afetam a comunidade, seja nos momentos de comemoração. Destaca-se como um momento de partilha a festa do padroeiro.

Quando era festividade, porque essa estrada aqui tá fazendo uns 20 anos, eu acho que ela foi aberta, a principal, era até ali o ramal, aí depois ficou aberto pra cá. Era só caminho né, tinha pouca casa, mas, era só vinte casas do que tinha aqui. Aí a gente se juntava, tinha um menino que tinha um barco, fazia viagem até pra Belém, aí tinha um trapicho lá, a gente ia por aqui, enchia de gente, rodava por aqui, no jaquerequara, o acesso era pelo igarapé, tem um igarapé, igarapé da igreja, daqui pra li assim, uns 100 metros, ne, a gente soltava, ia pra festividade, terminava a festividade as vezes duas horas, três horas, a gente embarcava, mas ia muita gente, o barco ia lotado, o acesso era isso por aí. O Guajará da costa a mesma coisa (João, entrevista em maio, 2021).

As festas dos santos, mesmo sendo regulado pelo calendário da igreja marca principalmente, espaços festivos e políticos⁸, que se configura conforme as práticas ali vividas. Por exemplo, a celebração de agradecimento pelo período da safra do açaí, que ocorre no mês de agosto. São festejos e trocas, reencontros e memórias. Atualmente a festividade do santo padroeiro é realizada no mês de setembro, em comemoração à São Vicente de Paulo, que dura em média 15 dias. Seu João coordenador da comunidade, pontua as mudanças do festejo em tempos de pandemia,

Aí não foi ano passado por causa da pandemia, aí esse ano não vai ser de novo. A gente começa uma semana antes, aí tem as novenas, 15 dias de novena, aí vem a levantação do mastro, aí com 8 dias né, no domingo, tem o círio, a gente faz o círio, lá do guariju, por aqui, depois do círio tem oito dia a novena, aí a festa, de baile né, a missa é o dia do santo. De tarde a derrubação do mastro, aí termina com tudo. O mastro feito de TNT, quando não é de coisa da natureza mesmo, com folha com flor, essas coisas assim, a bandeira do santo. Mas, dá muita gente aí, porque aqui é o seguinte, nós temos doze comunidades na Ilha do Trambioca, católica (João, entrevista realizada em julho de 2021).

Além dos momentos de festejo, o coordenador pontua que existe outras formas das lideranças estarem se reunindo.

Aí, mês a mês também, nós se reúne, tem a coordenação da área, pessoal da paróquia de Barcarena, daqui da área que a gente festeja, a área é São Paulo daqui, a Ilha Trambioca e a ilha das onças lá, aí da ilha das onças tem setor, dois setor, lá nós se reúne todo mês, ou aqui um encontro aqui no tinga, ou encontro lá no piramanha, santa maria lá. A gente se reúne com a coordenação da área que a gente chama né, é da paróquia, é o padre que vem da formação, decide as coisas, a gente decide junto com a paróquia de Barcarena. Não é de dizer 'a é o pessoal do conselho da paróquia', não, pessoal da cidade se reúne, pessoal da estrada, é igualmente nós aqui da Trambioca, aí tu pensa pra fazer essas formação né (João, entrevista em maio, 2021).

⁸ Políticos, pois são nesses encontros que as trocas de informações acontecem e ali que se projeta estratégias para tal questão.

Percebe-se que a Igreja possibilita espaços de formação religiosa e política. Nesses encontros proporcionados pela igreja aborda-se questões do cotidiano, locais, municipais. Assim, a comunidade religiosa toma uma proporção que vai além de uma ação religiosa e sim, adentra a um cenário que pontua um contexto social. Trazendo uma das marcas da CEB'S a "Igreja doméstica": uma Igreja que vive a "fé de cada dia" e uma Igreja que "acontece" nas e pelas reuniões.

Figura 25 - Encontro das Santas Missões - Setor Efésios (Ilha de Trambioca)



Fonte: Registro feito por Denise (2021).

Na comunidade do Utinga Açú, os líderes da igreja católica assumem papéis que ultrapassam os limites religiosos e avançam aos aspectos políticos, sendo, portanto, referência nos debates relacionados aos temas que de alguma forma tencionam a vida na comunidade. Assim, nas negociações com a prefeitura e demais grupos políticos locais e mesmo estadual a igreja é interlocutor nato.

Pra todo mundo da comunidade, não tem separação. A separação só é assim, cada um tem sua igreja. Só tem que, por exemplo, o presidente da comunidade, que tem registro só é o da católica, precisa de uma declaração da comunidade aí tem que ser da comunidade católica, das outras não vai (João, entrevista em maio, 2021).

Quando questiono sobre a validade da declaração e para que serve.

Olha, pra negócio de aposentadoria, é tirar documento, pra muita coisa serve, pra bolsa família. Consta que mora na comunidade, vai o carimbo da comunidade, aí chega lá eles olham o carimbo, a minha assinatura, o

documento tudo organizadozinho, aí é o que vale (João, entrevista em maio, 2021).

Seu João ao referir-se à comunidade enfoca o sentido religioso que ela contém, e mais do que isso, coloca essa relação comunidade- religião como um elemento político social. É através da organização da comunidade e do sentido de pertencimento que se delineiam conquistas sociais. Assim, a identidade desse povo se alinha aos princípios da comunidade que se organiza sob a dinâmica religiosa. Na comunidade a religiosidade, comporta o peso, de articular, de agregar, de socializar. Observamos em campo que essa articulação se ressalta especialmente nos momentos de tensão. São as lideranças da comunidade que fazem a intermediação, seja adentrando as associações, ou levando para os rituais religiosos as tensões que inquietam a comunidade.

Percebe-se, que mesmo que exista diferentes igrejas e religiões, a Igreja Católica ainda ocupa papel de destaque nas negociações internas, tornando-se em muitas situações os interlocutores mais aguerridos. Porém, esse poder vem sendo fragmentado à medida que novas denominações religiosas vão adentrando a comunidade.

5 A QUESTÃO DERRADEIRA: “PRA QUE ISSO VAI SERVIR, MESMO, CAROL”?

Caminhando para o fechamento desta dissertação, seu João (cavalo, como é conhecido na comunidade) não me saía da cabeça. Foram inúmeras vezes em que me perguntava – “pra que isso vai servir? – Fazendo referência às minhas horas de conversas, caminhadas pelos roçados e sítios, enfim meu transitar pela comunidade. Na verdade, seu João acaba guiando de certa forma minhas inquietações, pois compreender as múltiplas territorialidades presentes na Comunidade Utinga Açu, no contexto de criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista- PAE, implicava em dialogar sobre seu mundo, seus anseios enfim, suas territorialidades. Penso que as reflexões aqui contidas podem fomentar novos debates, contribuindo assim para a elaboração de respostas mesmo que temporárias para as questões que concorrem na reprodução social desses sujeitos.

Expliquei ao seu João, que buscava um conhecimento que não estava nos livros e que vinha desse encontro com a comunidade e ao pensar a comunidade e suas práticas sociais, poderíamos construir juntos conhecimento. E seguir, com o exemplo da história dele com o artesanato. “O senhor quando vai definir uma espessura da tala de guarumã, essa definição não está no livro, mas o senhor sabe a medida certa. Pois assim, é esse trabalho”. Ouvi-los, é aprender com a história-geografia da comunidade, é materializar através da escrita esse modo de vida, e suas particularidades (usei essa palavra para tratar de territorialidade no momento da conversa).

Em um município atravessado pelos grandes empreendimentos de mineração, ouvir as vozes dos Povos dos rios e da floresta, é obstruir a sangria capitalista que avança entrando sobre esse modo de vida e suas singularidades. Precisa-se considerar, as formas de vida que rodeiam esses povos, sua forma de viver, de produção, de se relacionar com o rio e com os santos. São as relações ali estabelecidas, que constroem essas territorialidades de vida.

Vislumbrou-se ao longo da pesquisa que apesar das transformações ocorridas no contexto pós assentamento, paira ainda no ar uma certa insegurança com relação ao domínio do território, o que tem levado a comunidade a promover constantemente reflexões e ações comunitárias no intuito de reafirmar seu direito e sua identidade territorial. Tal insegurança ancora-se nas ações materializadas na aliança entre o

capital privado, o poder municipal e estadual que a todo momento levantam rumores da expansão dos grandes empreendimentos no município com rebatimento na ilha e na comunidade. A ação desses empreendimentos nas proximidades da ilha promove insegurança ambiental, especialmente impactando as bacias hidrográficas, inviabilizando a pesca, extração do camarão e o uso propriamente da água e do solo.

A discussão em torno da criação de um porto da Empresa Cargill, no Município vizinho de Abaetetuba, vem mobilizando a Ilha de Trambioca, uma vez que a Ilha será afetada com a instalação do porto. De modo geral, as ilhas da Região Tocantina vivenciam no seu cotidiano disputas jurídicas entre o território das Ilhas e as empresas, gerando incertezas para esse povo. São exemplos que nos inquietam e que fazem com que pesquisadores e outros possam adentrar a esses territórios e pontuar tais territorialidades de vida, de povos que desde o início da história vem sendo invisibilizados.

Essas disputas são quase invisíveis, se olhadas apressadamente e sob o enfoque do desenvolvimento elas passam despercebidas. É preciso estar atento à realidade objetiva, para entendermos por que os ramais que dão acesso às comunidades, por exemplo, não receberam pavimentação, ao contrário das propriedades nas proximidades das rodovias, em sua maioria médias e grandes propriedades. Essas disputas não se limitam a isso, mas se traduzem nas dificuldades de escoar a produção, ou mesmo nos baixos preços dos produtos oriundos da roça e tantos outros. Apesar de todas estas dificuldades, a “maneira particular desses ribeirinhos camponeses lidarem com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos (terra, trabalho, família e religiosidade), lhes dá uma condição social que nos permite identificá-los a partir de seu modo de vida e sua condição de classe.

Observamos ao longo da pesquisa que a confirmação da criação do PAE não acomodou os ânimos com relação ao território. Esse é um debate que está presente no assentamento e que se visualiza, nas trajetórias de vida e nas questões presentes nas reuniões da associação, nas conversas entre os vizinhos e na busca pela inserção desses sujeitos no mercado, seja para a venda do açaí, ou do artesanato, só para fazer referência aos produtos que direcionam esse universo de relações comerciais.

A produção na comunidade revela elementos identitários e de pertencimento que só se fazem compreendidos através de um mergulho no cotidiano da comunidade. Assim, a produção da roça, o extrativismo do açaí e a fabricação da cestaria, se apresentam para além das atividades econômicas, mas se coadunam a outras

práticas, a exemplo da religiosidade, sociabilidade e organização dando conformidade a esse território e suas territorialidades.

Assim a territorialidade ou as territorialidades que se forjaram na comunidade com a emergência do PAE, podem ser pensadas a partir da geo-história local e suas particularidades, do processo de regularização da terra, no formato PAE e sua vigilância (processos de luta e organização) para a garantia dela e dos elementos associativos que acreditamos encontrarem-se na centralidade desse processo. Assim, a Produção familiar, a religiosidade e suas estratégias de coletividade e luta apresentam-se como elemento nuclear dessas territorialidades, que se forjam no tempo de produzir entre a várzea e a terra-firme.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, p. 9-25, maio 2004.
- AMARAL, D. D. *et al.* **Inventário da Flora da região de Barcarena, Pará**: relatório final. Belém: Ministério da Ciência e Tecnologia, Museu paraense Emílio Goeldi. 2002.
- ARAUJO, C. T. D.; NAVEGANTES-ALVES, L. F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Belém, v. 10, p.12-23, dez. 2015.
- ARCE, A.; MARQUES, F. C. **Interfaces y Ensamblajes en la Antropología del Desarrollo**: actores, afectos y materialidades. 2019.
- ARIMA, E.; MACIEL, N.; C. **Oportunidades para o Desenvolvimento do Estuário Amazônico**. Belém: Imazon, 1998. (Série Amazônia, n. 15)
- BENATTI, J. H. Das terras tradicionalmente ocupadas ao reconhecimento da diversidade social e de posse das populações tradicionais na Amazônia. *In: Propriedades em transformação*: abordagens multidisciplinares sobre a propriedade no Brasil. São Paulo: Blucher, 2018. p. 195 -216.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 37-49, 1997.
- CAMACHO, R. S. Algumas Considerações Acerca do Modo de Vida Camponês. X **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Tupã, v. 10, n. 10, p. 1-16, 2014.
- CARDOSO, J. de R. Histórias dos meus 33 anos de Incra. *In: BRASIL*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memórias Incra 35 anos**. Brasília: Incra, 2006. cap. 3, p. 39-48.
- CHAMBOULEYRON, R. Plantação, sesmarias e vilas, uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Débats**, p. 1-10, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.2260>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- COLUCCI, D. G.; SOUTO, M. M. M. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Geografias artigos científicos**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos pela água**. Goiás: CPT Nacional, [20--]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/6-conflitos-pela-agua>. Acesso em: 8 jun. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos por terra**. Goiás: CPT Nacional, [201?]. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias>. Acesso em: 8 jun. 2021.

COUTINHO, M. V. **Ilhas e várzeas de histórias, conflitos e identidades: trajetórias sociais e políticas dos ribeirinhos de Abaetetuba**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/3726#preview-link0>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na Várzea da Amazônia**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/publico/TESE_MANUEL_JESUS_MASULO_CRUZ.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p 49-69.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FABRINI, J. E.; ROSS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. São Paulo: Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos de terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo).

FERNANDES, L. Barcarena: há um ano, mais uma tragédia marcava a mineração no Brasil: Vazamento em barragem de rejeitos da empresa Hydro Alunorte provoca contaminação e doenças em cidades do Pará. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 fev. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/17/barcarena-ha-um-ano-mais-uma-tragedia-marcava-a-mineracao-no-brasil>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FERNANDES, M. de O. O conceito de território: reflexões conceituais e os enfoques na geografia contemporânea. **Revista de Geografia**, Recife, v. 29, n. 2, p. 136-152, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228967/23375>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FRANCISCO, Papa. **Exportação Apostólica pós-sinodal do Santo Padre Francisco**: querida Amazônia ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

GOLÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GOSCH, M. S. A criação dos assentamentos rurais no Brasil e seus desafios: algumas considerações sobre Cerrado Goiano. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/34177>. Acesso em: 19 maio 2021.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Acesso em: 19 maio 2021.

HARVEY, D. O “novo” imperialismo acumulação por espoliação. **Socialist Register**, v. 4, p. 96, 2004.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004a. V.1-4.

HEREDIA, B. P. *et al.* Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Estudos **Sociedade e Agricultura**, v. 18, p. 73-111, abr. 2002.

IBGE. **Banco de Informações Ambientais**: unidades Geomorfológicas Barcarena. Brasília, 2021.

INCRA. **Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987**. Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. Brasília: Incra, 1987

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In*: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n 45, 2002.

MACEDO, O. C.; AQUINO, P. O. C. O sítio camponês na Amazônia Paraense: resistência e contradição em foco. *In*: BRINGEL, F. O.; CRUZ, B. E. V.; MACEDO, O. C. (org.). **Campos e florestas no Pará**: terra, território e educação. Belém: EDUEPA, 2020.

MAIA, R. O. M. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MALHEIRO, B, C. Geografias de exceção na Amazônia: grandes projetos de mineração e seus processos de territorialização. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 34, n. 3, jan./dez. 2020.

MARCOS, V. Campesinato, modo de vida e território. *In*: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C.A. **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019. P. 93-106.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-29, out. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v9i1.11672>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MARQUES, M. M. Atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MITIDIEIRO, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da comissão da Pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOREIRA, E, S; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. *In*: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: UNESP, 2009. v.1, cap. 8, p. 187-207. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/538>. Acesso em: 8 jun. 2021.

NASCIMENTO, N. S. F; HAZEU, M. T. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, pp. 288-301, jul./dez. 2015.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n.1, p. 67-92, jun. 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista de produção agrícola e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PA – MINERAÇÃO de caulim contamina recursos hídricos e compromete a subsistência de comunidades da Vila do Conde, em Barcarena. Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2014. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-mineracao-de-caulim-contamina-recursos-hidricos-e-compromete-a-subsistencia-de-comunidades-da-vila-do-conde-em-barcarena/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108. 1989.

PERREIRA, L. C. Mudanças climáticas em pequenas cidades do Delta e Estuário Amazônicos: caminhos para a resiliência climática. *In*: PINEDO-VASQUEZ, M. *et al.* (org.) **Contextualização das Pequenas Cidades do Delta e Estuário**. Belém-Pará: NAEA, 2018. p. 35-42.

PROENÇA, W. L. Observação Participante. **Revista Antropos**, v. 2, n. 1, p. 8-31, maio 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SIMONIAN, L. T. L. **Gestão em Ilha de muitos recursos, histórias e habitantes**: experiência na Trambioca. Barcarena: NAEA-UFPA, 2004.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPECHT, S. **O território do morango no Vale do Caí – RS**: análise pela perspectiva dos sistemas agroalimentares localizados. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

STEINBRENNER, R. A. *et al.* Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de duração e direcionamentos de escuta. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 307-328, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.2063>. Acesso em: 8 jun. 2021.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: CosacNaify, 2015.

TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas v. 13, n. 1. p. 111-130, jan./jun. 2010.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

WIVES, D. G. O espaço e suas categorias de análise no alhar da Geografia. *In*: RAMOS, J. D.; WIVES, D. G. **Natureza do espaço e o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

WOORTMANN, E. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 164-203, 1983.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.